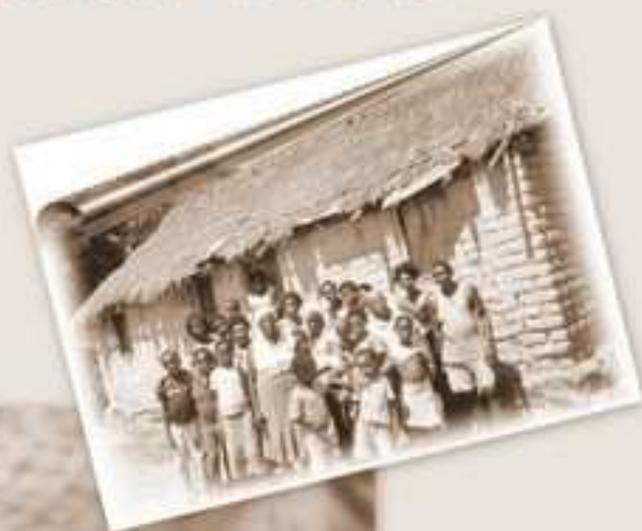


# *Apesar do cativeiro*



*Família escrava em Santo Antônio da Patrulha  
(1773-1824)*



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO

Sherol dos Santos

*APESAR DO CATIVEIRO.*

Família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824).

São Leopoldo  
2009

Sherol dos Santos

*APESAR DO CATIVEIRO.*

Família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Paulo Roberto Staudt  
Moreira.

São Leopoldo  
2009

S237a Santos, Sherol dos.  
Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da  
Patrulha (1773-1824) / Sherol dos Santos. – 2009.  
179 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.  
“Orientador: Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Escravidão – Santo  
Antônio da Patrulha (RS) – História. 3. Escravos – Santo  
Antônio da Patrulha (RS) – Relações com a família –  
História. I. Título.

CDD 981.65

CDU 94(816.5)

Sherol dos Santos

*APESAR DO CATIVEIRO.*

Família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 06 de abril de 2009.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (orientador)  
Universidade do Vale do rio dos Sinos

---

Prof. Dr. Fábio Kühn  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Sílvia Volpi Scott  
Universidade do Vale do rio dos Sinos

*A Vó Cecília (in memoriam) e a Vó Santa,  
pelo amor e dedicação.  
A Tia Emília e a minha Mãe Marta,  
pelo exemplo.  
Ao Cristiano, meu Amor,  
por ter me achado e posto no prumo.*

## AGRADECIMENTOS

Existe uma centena de pessoas a quem devo agradecer, mas quero começar pelo meu “cúmplice” nesse crime chamado dissertação: Meu *Amado Mestre* Paulo Moreira. Quando eu conheci esse ilustre cidadão estava a beira do abismo, ia desistir da História. Não parecia haver nenhuma vantagem em continuar a trilhar um caminho tão penoso que é o acadêmico. Mas, numa mesinha escondida entre as estantes do Arquivo Histórico, encontrei o Paulo acompanhado de um chimarrão e um sorriso. A partir daquele momento lembrei o porquê da decisão na hora do vestibular. A vida pode não ter ficado mais *fácil* depois disso, mas com certeza ficou muito mais *divertida*. E por tudo isso acho que nunca vou poder retribuir a altura: obrigada do fundo meu coração Paulo.

Nesse tortuoso caminho acadêmico que escolhi mais um monte de gente esteve ao meu lado e merece menção aqui: dos primeiros tempos de graduação o Jonas Moreira Vargas; da turma de graduação que me acolheu, Gustavo Coelho, Irma Bueno, Rafael Quinsani, Luciana Boeira, Eliete Tiburski e Ângela Dargen; da “*turma da escravidão*” que conheci mais adiante, Vinícius Pereira de Oliveira, Rodrigo Weimer, Caiuá Al-Alam, Jovani Scherer, Jônatas Carati, Melina Kleinert, Fernanda Oliveira; da minha incursão ao “*mundo quilombola*” meu antropólogo predileto Cristian Salaini; na reta final duas pessoas tiveram a *honra* de assistir meu sofrimento e foram vítimas de minhas noites insones: Éverton Quevedo e Letícia Castro, obrigada pela paciência; e para encerrar o item amigos do peito: Daniela Vallandro e minha pequena grande amiga Gláucia Lixinski.

Sei que devo ter esquecido de alguém, então aos *esquecidos* meu agradecimento também!

Merece mais do que agradecimento e sim uma *Menção Honrosa* a incrível Janaína Trescastro, secretária e alma do PPGH da Unisinos. Reverenciar a

competência e simpatia dessa criatura tão especial com certeza já virou clássico nos agradecimentos, por isso engrosso o coro: ♪ *Jana Maravilha, nós gostamos de você...* ♪

Agradeço também aos fiéis escudeiros que tomam conta de nossos tesouros: Jorge do APERS; Vanessa da Cúria, Giselle e equipe do Centro de História da Família (Mórmom) da Princesa Isabel.

E tem gente que me acompanha desde sempre, e mesmo sem entender porque diabos escolhi fazer mestrado em história me deram total apoio, ou seja, tenho que citar a minha família: a parte *extensa*, Sogrão Flávio e Sogrona Zilá, meus cunhados Denílson, Nilza, Cláudia e Nito, e é claro meus concunhados, Régis, Eduardo e Inajara, e sobrinhos amados, Bruna, Vitor, Vinícius, Mateus, Miguel e Francisco; o *agregado* mais amado do Brasil, meu padrasto Dirlei (também conhecido como “*Budinha da Felicidade*”); como não podia deixar ser tenho uma penca de primos, ou melhor, primas (minha família é completamente matriarcal!) Renata, Fau e Carla vão aqui representando todos; e todos os ilustres componentes da a incrível *Comunidade da Laje*, Renata Kling, Adriana, Renato, Vagner, Josiel e etc. E especial abraço ao meu pai Hércio, fica o agradecimento pelo incentivo a leitura *desde sempre*.

Um agradecimento especial vai pra minha *Ermã* Desirée, e também um pequeno lembrete: tu me passou e se formou primeiro? Ok. Mas quem é Mestre primeiro??? É neguinha, vais ter que comer muito feijão!!!

Outro agradecimento especial tem que ser direcionado ao meu maridão Cristiano. Ele me incentivou, entendeu e agüentou em todas as fases desse mestrado: suportou minha ausência, arrumou meu computador, agüentou meu desemprego e a meia bolsa, leu o texto, teve paciência, me ajudou com os cálculos, fez comida (e não qualquer comida!), me viu chorar e rir, e, depois de tudo isso ainda continuou ao meu lado. Acho que nem preciso dizer que amo este homem com todo meu espírito, já amava antes dessa etapa, mas agora se tornou *divino*.

Dediquei esse trabalho a quatro mulheres incríveis que me fizeram chegar até aqui: a minha avó Cecília, que já nos deixou em matéria e a quem devo a falta completa de tato, o bom humor e o sangue quente polaco; a minha vó Santa, a quem

devo a vaidade, os *bons modos* e a descendência africana; a minha tia Emília, segunda mãe e exemplo de dignidade e bondade sem limites, e a minha Mãe.

A minha Mãe, a ilustre Marta Janete devo agradecer pela simples fato dela existir. Poderia citar mais de um milhão de coisas maravilhosas que ela fez por mim (entre elas me pôr no mundo e ligar todos os dias – sim, eu disse *todos* os dias – pra se certificar de que estou nele ainda), mas a lista se estenderia *ad infinitum* sem que pudesse dar conta de agradecer, então cheguei a conclusão que o simples fato da *Minha Mami* existir é uma dádiva e é a isso que tenho que agradecer.

Mãe, te amo, te admiro e me orgulho de ti. És a base de todas essas linhas.

*Eu não vivo no passado, o passado vive em mim.*

Paulinho da Viola

## RESUMO

As relações escravo-senhor sempre geraram controvérsias na historiografia. Mais “conservadores” ou não todos admitem que por mais “severo” que o sistema escravista possa parecer, não podemos excluir o movimento de seus agentes. Nenhuma trajetória, seja ela individual ou de grupo, pode ser analisada a partir de suas normas. Normatizar as atitudes dos indivíduos, fazendo com que eles percam seu caráter de destino individual e passem a ter comportamentos típicos de um determinado grupo, nos impede a *tentativa* de reconstruir contextos históricos e sociais. Com base nestas premissas se desenvolve este trabalho, que busca perceber como os primeiros povoadores do Rio Grande, estabelecidos na região de Santo Antônio da Patrulha, se relacionavam com seus escravos. E pretende analisar a comunidade negra (cativa ou não) da região que abrangia a freguesia de Santo Antônio da Patrulha, no período de 1773 a 1824, enfocando o estabelecimento de laços familiares e a constituição de redes de parentesco. Trataremos com destaque as relações que se afirmavam através do compadrio, acreditando ser esta uma das principais estratégias utilizadas por estes agentes para se movimentar entre o universo cativo e livre, e sedimentar relações de solidariedade, principalmente étnicas. Utilizaremos como fonte primária os registros paroquiais desta comunidade, com base nos preceitos teórico-metodológicos da história social, que a nosso ver permite o cruzamento de variáveis quantitativas e uma abordagem do universo cultural dos agentes enfocados.

Palavras-chave: Escravidão. Família escrava. Compadrio.

## ABSTRACT

The relations between slave and Mr. had always generated controversies in the historiografia. Some more "conservatives" than others, everybody admits that for more "severe" the escravista system seems to be, we cannot exclude his agents movement. No trajectory, either individual or in group, can be analyzed from its norms. Restore to normal the individual attitudes, making them losing its individual character of destination and start to have typical behaviors of a defined group, prevents the attempt to reconstruct historical and social contexts. Based in this premisses this work has been desenvolved, searching to perceive how the first settlers of the Great River, established in the region of Saint Antonio of the Patrol, has related with their slaves. This work also intends to analyze the region that enclosed the clientele of Saint Antonio of the Patrol black community (captive or not), in the period of 1773 the 1824, focusing the familiar bows establishment and the kinship nets constitution. We will point out the relations affirmed through the compadrio, believing this to be one of the main strategies used for these agents to put themselves into motion between the captive and the free universe, and to sediment solidarity relations, ethnical mainly. We will use as primary source the parochial registers of this community, based in the theoretician-methodological rules of the social history, that in our vision, allows the crossing of quantitative variables and an aboarding of the focused agents cultural universe.

Word-key: Slavery. Enslaved family. Compadrio.

## LISTA DE FIGURAS.

Figura 1 – Avós e Pais de Inácio de Mendonça e Silva.....	96
Figura 2 – Árvore genealógica de Inácio José de Mendonça.....	108

## LISTA DE TABELAS.

TABELA 1 – ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DE VIAMÃO – 1751 .....	63
TABELA 2 – MANOEL DE BARROS PEREIRA COMO PADRINHO.....	81
TABELA 3 – ANTÔNIA GONÇALVES DE FONTES COMO MADRINHA .....	91
TABELA 4 – PAIS E MÃES PARDOS – FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO – 1773-1824 ....	99
TABELA 6 – FILHOS DE MANOEL GONÇALVES RIBEIRO E ANTÔNIA INÁCIA DE MENDONÇA.....	112
TABELA 7 – MANOEL GONÇALVES RIBEIRO E ANTÔNIA INÁCIA DE MENDONÇA COMO PADRINHOS. ....	114
TABELA 8 – FILHOS DE INÁCIO E MARGARIDA COMO PADRINHOS .....	116
TABELA 9 – REGISTROS DE CRISMAS 1783 E 1800.....	120
TABELA 10 – PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS MENCIONADAS NAS CRISMAS.....	121
TABELA 11 – NAÇÕES AFRICANAS MENCIONADAS NAS CRISMAS .....	121
TABELA 12 – LIVROS DE REGISTROS DE BATISMOS DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA .....	136
TABELA 13 – BATIZADOS DE CRIANÇAS ESCRAVAS REGISTRADOS FORA DO LIVRO ESPECÍFICO.....	136
TABELA 14 – CONDIÇÃO JURÍDICA DOS BATIZADOS EXPRESSA NO LIVRO ESPECÍFICO.....	137
TABELA 15 – CONDIÇÃO DAS MÃES LIVRO 1E .....	137
TABELA 16 – PAIS DE CRIANÇAS ALFORRIADAS NA PIA.....	141
TABELA 17 – STATUS DOS BATIZADOS.....	146
TABELA 18 – COMBINAÇÕES DE PAIS DE CRIANÇAS LEGÍTIMAS .....	147
TABELA 19 – CASAIS <i>NATURAIS</i> COM FILHOS <i>INOCENTES</i> .....	148
TABELA 20 – COMBINAÇÕES DOS CASAIS.....	151
TABELA 21 – CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PADRINHOS .....	152
TABELA 22 – PADRINHOS DE BATIZANDOS ADULTOS.....	154

TABELA 23 – PADRINHOS DOS FILHOS DE MANOEL DE LIMA E MARIA FRANCISCA	155
TABELA 24 – AFILHADOS DE JOAQUIM, ESCRAVO DE ANTÔNIO MACHADO GOMES	159
TABELA 25 – FILHOS DE TOMÁS E CATARINA, ESCRAVOS DE ANTÔNIO JOSÉ LOPES	160
TABELA 26 – AFILHADOS DE TOMÁS E CATARINA	161

#### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.**

ACDO – Arquivo da Cúria Diocesana de Osório

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. PAISAGENS CONTINENTISTAS: A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE VIAMÃO. .....	18
1.1. RIVALIDADES IBÉRICAS NO NOVO MUNDO: CONQUISTA E SUBMISSÃO DAS AMÉRICAS. .....	18
1.2. COM SEUS HOMENS E ESCRAVOS: A EXPANSÃO RUMO AO SUL DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL .....	26
2. BASTARDO, TROPEIRO E PARDO: INÁCIO JOSÉ MENDONÇA E A FORMAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. ....	72
3. APESAR DO CATIVEIRO: FAMÍLIA ESCRAVA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA.....	124
3.1. A FAMÍLIA ESCRAVA É POSSÍVEL?.....	124
3.2. FAMÍLIAS CATIVAS NA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. ....	133
CONCLUSÃO .....	163
REFERÊNCIAS.....	165
ANEXOS .....	177

## INTRODUÇÃO

Se existe uma palavra que, ainda nos dias de hoje, parece acompanhar a questão do negro em geral (e do escravo em particular) como uma assombração na historiografia produzida no Rio Grande do Sul, esta é invisibilidade. Esta é a histórica realidade de uma porção sempre considerável da população do Brasil meridional que, de maneira ambígua, estava presente nas estatísticas coloniais e imperiais, porém encontrava-se em situação ironicamente transparente para os historiadores. Citando um jornalista peruano que romanceou uma série de revoltas camponesas ocorridas nos Andes, podemos dizer que os escravos sulinos “eram invisíveis porque não queriam vê-los”. Afinal, na maioria das vezes que enaltecemos nosso regionalismo, que nos descreve como mais politizados, alfabetizados e trabalhadores do que o restante do país, justificamos tal situação com nossas heranças e raízes européias. É como se um ranço etnocêntrico nos cercasse como um miasma e voltássemos as costas para o continente africano. A impressão que temos é que nossa auto-representação regional seria denegrada se déssemos algum tipo de realce a presença histórica do negro no Rio Grande do Sul. Desse modo, mesmo que já tenhamos alguns trabalhos importantes sobre o assunto, percebemos entre eles, via de regra, lacunas temporais consideráveis, que indicam a falta de continuidade e insistência na realização de pesquisas sobre o escravismo.<sup>1</sup>

Este trecho resume bem a intenção desse trabalho. Almejamos visibilizar parte do contingente populacional do Brasil Meridional, composto de africanos e seus descendentes, inseridos nesta sociedade como forros, escravos ou *libertandos*. Sem ambição de ser definitivo ou total, esse trabalho terá atingido seu objetivo se puder ensejar novos trabalhos sobre o tema.

Não será feita aqui uma análise demográfica, apesar das fontes escolhidas se prestarem a esse fim. Optamos por uma análise social, que leve em conta os aspectos quantitativos sem descuidar do qualitativo. Procedemos ao levantamento de todos os registros de batismos existentes para a freguesia de Santo Antônio da Patrulha no período entre 1773 e 1824 e deles tentamos extrair informações sobre as redes de

---

1 MOREIRA, 2007, p. 11.

solidariedade que através do batismo eram celebradas. Sem perder de vista os aspectos religiosos que ensejaram a produção da fonte, nosso interesse focou os seus desdobramentos sociais. Por tratar-se de manuscritos que não contam com o armazenamento adequado, o estado de conservação das fontes impôs algumas restrições a pesquisa. Não foi possível realizar o levantamento dos registros de casamentos e muitas informações perderam-se entre buracos de traças e cupins.

Essa situação poderia ser justificativa para que não fizéssemos uma análise puramente demográfica, mas não o foi. Se não fizemos foi por dois motivos razoavelmente simples: em primeiro lugar, acreditamos que para realizar uma análise demográfica consistente é necessário que o pesquisador domine certas ferramentas e técnicas que nós ignoramos; em segundo, optamos deliberadamente por uma análise social, que levasse em conta os fenômenos históricos e seus micro-impactos no universo imediato dos agentes. A verdade é que não nos furtamos – nem poderíamos – de recorrer aos textos dos historiadores demógrafos sempre que possível, mas não nos sentimos aptos a ser incluídos neste grupo.

Este trabalho, entretanto, traz evidenciado um *pertencimento*, mesmo que fluido e prene de encruzilhadas, como todas as identidades. Sentimos que estamos inseridos em um esforço de renovação historiográfica que tem investido em um entrecruzamento de temáticas e fontes por vezes assustadora. Trata-se, a nosso ver, de uma história social que tem abarcado objetos díspares, através do diálogo entre fontes documentais diferenciadas.<sup>2</sup>

Mesmo que os objetos, as temáticas, sejam variadas, parece-nos que o item família, e o parentesco em suas várias formas, tem se constituído como um ponto nodal no entendimento das formações histórico-sociais. Isso justifica nossa aproximação com os pesquisadores da história demográfica, que já sabiam disso

---

<sup>2</sup> Em termos nacionais, podemos citar, além de muitos outros os autores: Hebe Mattos, Silvia Hunold Lara, Robert W. Slenes, Stuart Schwartz, Cristiany Miranda Rocha; em termos regionais nos sentimos próximos de Fábio Kühn, Martha Hameister, Tiago Gil, entre outros.

muito antes! Famílias, redes, estratégias, são noções que manusearemos com acuidade ao longo da presente dissertação.

Nesta *fronteira em movimento* dos setecentos em que a precariedade material e a instabilidade bélica (forjada pelos antagonismos das Coroas Ibéricas) se faziam sentir cotidianamente, um número dificilmente contabilizável de pardos visualizaram possibilidades de garantir sua sobrevivência e mesmo, quem sabe, ascensão social. Estes investimentos, estas apostas em novas vidas, seriam impensáveis nos setecentos no plano unicamente individual. Eram, certamente, empreendimentos familiares.

Eram os *bandos*, as *parcialidades*, que desciam para os Campos de Viamão, e que não constituíam meros *aglomerados* humanos, mas núcleos entremeados de relações familiares e individuais. Nesta *fronteira em movimento*, caracterizada pela pluralidade étnica, qualquer momento da vida *miúda* destes indivíduos poderia (e deveria) ser aproveitado para amenizar a inconstância generalizada em que viviam. *Criar raízes*, no caso dos ajuntamentos humanos, não significa apenas assentar as bases de uma produção material ligada ao solo, mas *entreteter relações* que possibilitem amparo afetivo, alianças confiáveis.

O nosso lócus de investigação é a região de Santo Antônio da Patrulha, dos finais do século XVIII as primeiras décadas do XIX. Como esperamos que fique claro ao longo do trabalho, nosso marco cronológico, em grande parte, é ditado pelas fontes, o que não denota um empirismo descontrolado, mas a consideração de que as fontes privilegiadas de nossa análise – as eclesiásticas – nos possibilitam uma aproximação das ações significativas dos agentes em análise, mas que também a sua existência nos dá pistas de que se gestava naquela região um núcleo com certa estabilidade.

Mirar esta região do litoral norte com densidade foi possível graças a influência que sofremos da micro-análise. A diminuição de escala, uma das

características fundamentais da micro-história italiana<sup>3</sup>, nos ajuda a valorizar os pequenos detalhes cotidianos. Sucintos rituais tomam significado. Registros de batismo nos desvendam redes sociais, táticas de ampliação e reforço de alianças, representações dos contemporâneos sobre os indivíduos enfocados.

No primeiro capítulo indicaremos o cenário: o Rio Grande colonial e sua inserção na Colônia portuguesa. Nossa intenção foi incluir neste cenário, tantas vezes descrito pela historiografia regional, os escravos e seus descendentes, mostrando que esse foi uma terra de promessa para estes indivíduos, um local a ser construído que contou com a contribuição também desses agentes. No segundo capítulo procuramos entender como esse processo de territorialização e incorporação do espaço à Colônia portuguesa fixou os primeiros povoadores na freguesia de Santo Antônio da Patrulha, destacando-se entre eles o pardo Inácio José de Mendonça.

Dedicamos boa parte deste trabalho a trajetória desse sujeito por acreditar que casos aparentemente singulares como o de um pardo, filho bastardo de uma escrava e um padre que migra para um território ermo e desconhecido e torna-se proprietário de terras, podem representar *possibilidades* que estavam abertas a outros, mas que infelizmente ainda estão submersos nos registros legados a posteridade.

No capítulo 3 fazemos um pequeno exercício metodológico: procuramos *apesar* do cativo identificar os movimentos dos escravos em prol de sua sobrevivência. Para isso, entendemos que a análise das formações familiares entre os escravos seja de fundamental importância. A família escrava representa a possibilidade de pensar o escravismo como um sistema relacional, que não exclui o viver escravo, e representa também uma resistência silenciosa ao sistema, é uma conquista do cotidiano.

---

<sup>3</sup> Sobre esse tema ver: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998. Excelente síntese pode ser encontrada em LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Dessa forma, prezado leitor, nas páginas que seguem encontrarás mais do que respostas, boas perguntas e experimentações. Divirta-se.

# Capítulo 1



Rugendas - Serra dos Órgãos

*Paisagens Continentistas:*  
A ocupação dos Campos de Viamão.

## 1. PAISAGENS CONTINENTISTAS: A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE VIAMÃO.

Neste capítulo pretendemos apresentar ao leitor o cenário onde se desenvolve nossa trama. Cenário, por sua vez, nada estático e bastante complexo, que será narrado a partir das primeiras incursões luso-brasileiras em direção ao interior da colônia portuguesa na América. Por fim pretendemos inserir a freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão.

### 1.1. Rivalidades ibéricas no Novo Mundo: conquista e submissão das Américas.

Perguntado sobre os limites das posses portuguesas no além-mar, qualquer diplomata português do seiscentos não hesitaria em responder: *Ora, 370 léguas rumo oeste das Ilhas dos Açores e Cabo Verde!* De fato, esse foi o limite acordado pelo tratado de Tordesilhas em 1494, que vigorou até a assinatura de outro, o de Madri, em 1750. Mas se fizéssemos essa mesma pergunta a um diplomata espanhol? Ou a um contemporâneo morador da Colônia de Sacramento? Com certeza as respostas seriam diferentes.

As duas Coroas Ibéricas disputavam pelo menos desde o século XV o domínio do oceano Atlântico. O primeiro embate se deu pela posse das Ilhas Canárias e acabou com a assinatura do tratado de Alcáçovas em 1479. Neste acordo, o primeiro a incluir territórios *por descobrir*, Portugal abria mão das Ilhas Canárias em nome dos reis de Aragão e Castela e garantia seu domínio sobre as Ilhas da Madeira, dos Açores e Cabo Verde; e por conta da cláusula que previa a renúncia dos Reis Católicos à navegação ao sul do cabo Bojador, garantia também a costa da Guiné. Este tratado acabou por dividir o oceano em *zonas de influência* dominadas pelas

Coroas Ibéricas, prática que se disseminaria por todo o século XV e XVII, auge da expansão marítima dessas Coroas.

No ano de 1493, o tratado de Alcáçovas foi questionado pelo rei D. João II de Portugal que entendia que as novas terras descobertas por Cristovão Colombo na parte mais ocidental do Atlântico um ano antes estariam sob sua soberania. Os Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, recorreram ao Papa Alexandre VI, que através das bulas *Inter caetera I e II* (ambas de 1493) determinou que fosse traçada uma linha distante 100 léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde, e que “[...] *todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas e por descobrir*”<sup>4</sup> ao ocidente desta linha pertenceriam aos Reis Católicos.

Este documento conduziu as negociações que culminaram com um novo tratado, o de Tordesilhas, assinado por D. João II de Portugal e os Reis Católicos em 1494, que redefiniu as áreas de influências das Coroas Ibéricas no oceano Atlântico. Apesar da mudança na posição da linha demarcadora de 100 para 370 léguas, ambas as partes ficaram satisfeitas com o acordo, pois naquele momento os Reis Católicos acreditavam que Colombo havia descoberto um novo caminho para as Índias (nome atribuído a todo o Oriente). Desta forma, o reino da Espanha se colocaria lado a lado com a maior potência marítima do período, Portugal. Já este reino, mesmo após ter proposto um paralelo na altura das Canárias, ficou satisfeito com o meridiano, pois, acordada a distância de 370 léguas, continuava sob seu domínio a costa africana, “*por onde os portugueses gradualmente avançavam, tomando conhecimento seguro do potencial do continente e tecendo contatos para sua exploração*”.<sup>5</sup>

A busca por um caminho para as Índias tornou-se urgente após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, pois nesse ponto interrompeu-se a principal ligação da Europa com o Oriente, e por conseqüência, interrompeu-se o grande comércio de especiarias que era feito naquela região. Após a descoberta de um

---

<sup>4</sup> Bula *Inter Caetera I*, disponível em:

[http://purl.pt/162/1/brasil/obras/bulas\\_inter\\_caetera\\_ii/hg8822/hg8822-HTML/M\\_index.html](http://purl.pt/162/1/brasil/obras/bulas_inter_caetera_ii/hg8822/hg8822-HTML/M_index.html).

<sup>5</sup> THORNTON, 2004, p. 70

suposto caminho das Índias por Colombo, Portugal intensifica suas incursões pela costa africana. Alguns anos antes, em 1488, uma esquadra chefiada por Bartolomeu Dias havia conseguido transpor o Cabo das Tormentas, ao sul do continente africano (que por conta desse feito passou a se chamar Cabo da Boa Esperança), e com o novo impulso, em 1497, parte do Reino uma nova expedição, comandada por Vasco da Gama com objetivo de cruzar o referido Cabo. No ano seguinte Vasco da Gama conclui a circunavegação do continente africano desembarcando em Calecute, na costa ocidental da Índia, encontrando finalmente um caminho marítimo para a Índia.<sup>6</sup>

Com essa descoberta um grande ciclo de expansão iniciado por Portugal parecia ter chegado ao fim, com feitorias instaladas na costa africana e a comunicação com a Índia. Regressando Vasco da Gama ao Reino, foi organizada uma nova esquadra, composta por 13 navios, que deveria voltar à Índia em missão diplomática, a fim de resolver questões políticas e comerciais, sob o comando do Capitão-mor Pedro Álvares Cabral. Essa frota, no entanto, antes de chegar a Índia aportou em terras americanas, na costa do futuro Brasil.

Até pelo menos a primeira metade do séc. XIX acreditava-se que o Brasil havia sido descoberto *por acaso*, por conta de um desvio de rota. Navegador inexperiente, Cabral teria seguido a risca as instruções recebidas de Vasco da Gama para evitar as calmarias da costa africana, fazendo a *volta larga*, e acabando por afastar-se demais da rota e aportando no Brasil. Alguns autores postulam que mesmo sendo Cabral um *novato* (não se tem notícia de qualquer viagem sua, anterior ou posterior ao descobrimento), ele trazia em sua frota navegadores experimentados, entre os quais o próprio Bartolomeu Dias (descobridor do Cabo da Boa Esperança), que certamente não o deixaria incorrer em tal erro, pois já conhecia bem a região.<sup>7</sup> No entanto, o fato de um navegador inexperiente como Cabral ter sido designado como chefe de uma

---

<sup>6</sup> Segundo o historiador dos descobrimentos Franz Hümerich: "A descoberta do caminho marítimo para a Índia foi considerada pelos contemporâneos mais importante do que a descoberta da América." Cf. GOES FILHO, 1999. p. 65.

<sup>7</sup> Idem, Cap. 4.

expedição de tamanha monta (afinal, o objetivo era o contato tão esperado com as Índias) segundo alguns historiadores demonstraria a intencionalidade da viagem.

Mas, “*se não é provado que os portugueses sabiam que realmente existiam terras onde Cabral encontrou o Brasil é muito provável que pelo menos desconfiassem disso*”.<sup>8</sup> Durante as negociações do tratado de Tordesilhas, Portugal insistiu no aumento de 100 para 370 léguas na distância da linha com relação às ilhas, alegando precisar dessa distância para dar a *volta larga*. Porém, Vasco da Gama já havia notado que havia sinais de terra a oeste da *volta larga*, o que poderia indicar que Portugal pretendia explorar o Atlântico em direção ocidental, principalmente porque 100 léguas seriam suficientes para a referida volta.

Casual ou intencional essa descoberta incluiu o sul da América nas posses portuguesas e reacendeu os embates entre as Coroas Ibéricas. Desde o desembarque de Colombo no centro da América, os espanhóis haviam avançado significativamente na posse de territórios americanos. O primeiro contato foi com a ilha denominada *La Hispaniola* (atual Cuba), de onde partiram novas expedições, sendo que pelo menos duas delas teriam explorado a costa norte da América do sul antes da chegada de Cabral. Alonso de Ojeda tocou o continente em 1499 inicialmente na altura das Guianas, e foi costeando em direção oeste, pela região que chamou de Venezuela “*isto é, pequena Veneza, por ter visto um povoado indígena construído sobre palafitas*.”<sup>9</sup> Vicente Yañes Pinzón aportou em janeiro de 1500 no cabo que chamou de *Santa Maria de la Consolación*, geralmente identificado como o Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco, seguiu viagem e avistou uma faixa de terra que entrava mar adentro que chamou de *Rostro Hermoso*, identificado como a ponta de Jericoacoara no Ceará. Foi o primeiro a subir o rio Amazonas batizando-o de *Santa Maria de la Mar Dulce*.<sup>10</sup> Além desses contatos com a costa norte, os espanhóis avançaram por terra, destacando-se as expedições em direção ao atual Panamá que

---

<sup>8</sup> GOES FILHO, 1999, p. 85.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>10</sup> *Ibidem*, pp. 54-55.

acabaram por estabelecer a ligação com o oceano Pacífico em 1513, e das expedições de Fernando Cortés, que chegou ao atual México em 1519. Desta forma, até 1540 a conquista espanhola alcançava as terras altas centrais e as costas do Pacífico desde a Guatemala até a península de Nicoya (noroeste da Costa Rica).<sup>11</sup>

Com o clima beligerante entre as duas Coroas é muito provável que as notícias sobre os feitos espanhóis chegassem a Lisboa, mas o interesse de Portugal pelas terras recém descobertas foi muito pequeno inicialmente: da chegada de Cabral até que fosse enviada uma expedição com ordens de povoar o Brasil, passaram-se 30 anos.

Cabral permanece nas novas terras por 10 dias e segue o trajeto em direção as Índias<sup>12</sup>, e em 1501 parte de Portugal a primeira expedição de reconhecimento das novas posses. Esta frota foi chefiada por Gonçalo Coelho<sup>13</sup>, aportou no cabo chamado de São Roque (atual Rio Grande do Norte) e seguiu pela costa, fazendo um reconhecimento da área, buscando além de especiarias e metais, uma saída para oeste (nesse momento ainda se acreditava ser possível chegar as Índias dessa forma). Segundo Góes Filho (1999, Cap. 6) alguns autores acreditam que essa expedição teria chegado até a desembocadura do Rio da Prata, antes, portanto, dos espanhóis, mas a maioria deles julga que a expedição não tenha ultrapassado a latitude de 32°, aproximadamente, a atual costa do Rio Grande do Sul.

Do Brasil os portugueses levavam principalmente o pau-brasil (árvore conhecida das Índias Orientais de onde era produzido um pigmento de cor vermelha

---

<sup>11</sup> PÉREZ BRIGNOLI, 1999, p. 23.

<sup>12</sup> Nesta viagem perdem-se 4 navios (um deles levava a bordo Bartolomeu Dias), e para completar o infortúnio não consegue estabelecer-se em Calecute, apenas fazendo contato com um reino rival, denominado Cochim, posicionado a 200km do destino principal. Retornou a frota a Lisboa contabilizando um prejuízo de 7 navios e 1.000 homens, mas carregada de especiarias. Estes fatos talvez tenham contribuído para o *sumiço* de Cabral, pois, como já dissemos anteriormente, não foram encontrados registros de que tenha capitaneado nenhuma expedição após o descobrimento. (GOES FILHO, 1999, Cap. 4)

<sup>13</sup> Segundo Góes Filho (1999, p. 62) o nome do comandante dessa expedição é discutível, porém aponta o nome de Gonçalo Coelho como mais aceito entre os historiadores; corrobora com esta hipótese Coelho ter sido indicado como comandante por Gabriel Soares de Sousa em seu *Roteiro Geral da Terra Brasília* de 1587 (1971, p. 41).

muito utilizado no tingimento de tecidos), sem que fosse preciso povoar o território, pois o faziam através de feitorias instaladas no litoral (a primeira foi instalada em Cabo Frio no ano de 1511). Esse modelo de ocupação era o mesmo utilizado na costa africana e na Índia, mas teve de ser alterado devido ao assédio a costa brasileira de navegadores estrangeiros. Segundo Sousa (1971), logo após a expedição de Gonçalo Coelho, Cristovão Jacques teria empreendido nova viagem e *“correndo a costa, foi dar com a boca da Bahia, que pôs o nome de Todos os Santos”* encontrou duas naus francesas a comerciar com indígenas. Jacques *“as meteu no fundo”* e levou ao conhecimento do Rei a ameaça que estava a se consagrar em suas novas posses, este por sua vez *“ordenou de fazer povoar essa província, e repartir a terra dela por capitães e pessoas que se ofereceram a meter nisso todo o cabedal de suas fazendas”*<sup>14</sup>.

Diante da necessidade de se resguardar mais efetivamente o litoral, foi organizada em 1530 uma nova expedição, sob o comando de Martim Afonso de Sousa, com o expresso objetivo de fundar povoações e colonizar o Brasil. Munido de cartas régias que lhe garantiam total gerência sobre os negócios na nova colônia, Afonso de Sousa navegou pela costa de Santo Agostinho até o porto de Cananéia, e fundou duas vilas, São Vicente (próxima a Santos no estado de São Paulo) e outra próxima ao rio Piratininga (nas proximidades de Santo André, SP), e envia seu irmão e companheiro de viagem Pedro Lopes de Sousa seguir viagem até a desembocadura do rio da Prata no extremo sul.

Enquanto os súditos portugueses ocupavam-se em defender o litoral de corsários franceses, os espanhóis seguiam seu avanço pelo sul da América. Destacamos aqui as viagens do espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca que, nomeado governador do Rio da Prata em 1541, empreende viagem pelo sul da América e, tendo chegado a ilha de Santa Catarina, decidiu seguir a pé pelo interior até Assunción (Paraguai) utilizando caminhos indicados pelos índios guaranis com

---

<sup>14</sup> SOUSA, 1971, p. 42.

quem havia feito contato<sup>15</sup>. Portanto, além da ameaça francesa no litoral havia o avanço espanhol a leste que por suas descobertas (derrocada do Império Asteca e domínio do México em 1521 e principalmente a descoberta das minas de prata de Potosí em 1545) atraía a atenção dos portugueses.

A Coroa portuguesa em 1534 estabelece um novo sistema de ocupação para suas posses americanas através da concessão de lotes de terras delimitados por um lado pelo litoral e por outro pela linha do Tordesilhas. As Capitânicas Hereditárias (como foram denominadas), seriam entregues a vassallos de Portugal que pudessem empregar seus próprios cabedais na empreitada, a estes caberia a administração e o recolhimento dos impostos devidos a Coroa e, principalmente, a vigilância contra ataques e tentativas de ocupação. Ato contínuo, em 1536, a Espanha funda a vila de Buenos Aires na desembocadura do rio da Prata, procurando controlar o florescente comércio ilegal que por ali circulava, envolvendo seus próprios súditos e portugueses.

Podemos marcar a partir desse momento o efetivo *descobrimento* do Brasil. Com o estabelecimento das capitânicas passam a chegar a Colônia milhares de homens e mulheres dispostos a fazer *fortuna* com a exploração e o comércio de pau-brasil e outras especiarias<sup>16</sup>. Neste momento intensifica-se também o cultivo de cana-de-açúcar, introduzido no Brasil a partir da boa experiência com esse produto na ilha da Madeira (que em meados de 1570 já apresentaria sinais de esgotamento) e que se adaptando muito bem, tornou-se em pouco tempo, o principal produto de exportação da Colônia.

Com a disseminação de engenhos em diversas capitânicas a Colônia ganha novo impulso. A produção canavieira viveu seu auge entre 1570 e 1670 e se

---

<sup>15</sup> Para descrição das expedições ver CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. s/d. *Naufraios*. S/d. Disponível em: <http://www.elaleph.com/libros.cfm?item=786&style=biblioteca>. Acesso em: 06/09/2008.

<sup>16</sup> Segundo a historiadora Sheila de Castro Faria é interessante pensarmos a palavra fortuna em sua acepção atual (mais ligada ao montante dos patrimônios individuais ou familiares), mas alargando-a com a sua concepção colonial (destino, fado, sorte). Assim, podemos compreender melhor as trajetórias dos nossos sujeitos históricos e as suas mobilidades – “tanto no espaço geográfico quanto no social”. FARIA, 1998, p. 21.

desenvolveu principalmente no litoral nordeste, seguido pela região próxima a baía de Guanabara. Segundo Fragoso (2001, p. 31), em 1583 a região do recôncavo da Guanabara contava com 3 engenhos, subindo para 14 em 1612, e 60 em 1629, registrando num intervalo de 46 anos, um aumento de 366% no número de engenhos. Este incremento nos investimentos em produção de açúcar na Colônia em muito se deve a situação de crise que havia se instalado no Reino. Potência eminentemente comercial, Portugal vinha enfrentando dificuldades em manter suas diversas praças ao longo do vasto império que arregimentara; no Oriente tinha que se defender frente aos mongóis e turcos, e enfrentava constantes ataques de holandeses e franceses às costas africana e brasileira (intensificados durante e após a União Ibérica). Com essa queda no rendimento dos negócios no Oriente, o aumento da produção de açúcar tornou-se uma boa alternativa.

A baía de Guanabara possuía um excelente porto, estrategicamente posicionado na Rota das Índias. Os portugueses não ignoravam esses atrativos, porém os franceses chegaram na frente. Navegadores franceses já haviam sido vistos por Cristovão Jacques no litoral norte da Colônia, e na Guanabara não eram menos freqüentes, possuindo bons contatos com os indígenas da região de onde contrabandeavam principalmente o pau-brasil. Contatos tão bons que em 1555 instalaram-se definitivamente na região fundando a França Antártica, que com o apoio dos índios Tamoios sobreviveu até 1567.

Em 1558 assume o Governo-Geral o português Mem de Sá que iniciou as ofensivas para a expulsão dos franceses da Guanabara. Após alguns combates os portugueses, apoiados pelos moradores de São Vicente e por uma tribo indígena rival aos Tamoios, fundaram a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro. Após a expulsão completa dos franceses na nascente vila aportaram portugueses vindos do norte de Portugal, principalmente das regiões do Entre Douro e Minho e das ilhas (há muito castigadas pelas ondas de carestia), bem como *brasileiros*, vindos da vizinha São Vicente.

Segundo Fragoso (2001, p. 42) a presença de vicentinos entre os primeiros habitantes do Rio de Janeiro explica o sucesso dos engenhos ali instalados. Através do cruzamento de diferentes fontes o autor identificou 197 famílias que, em algum momento do século XVII, possuíram pelo menos um engenho de açúcar, e destas famílias pôde perceber que 61% tiveram o ponto de partida de seus negócios antes de 1620, famílias que denominou de “conquistadoras”. As famílias conquistadoras (ou extensas) teriam chegado a Guanabara entre 1565 e 1600 “conquistando o recôncavo da Guanabara em nome del Rey”, vindas, portanto, da vila de São Vicente. No período seguinte, entre 1601 e 1620, numa segunda onda migratória, chegaram mais algumas famílias e *forasteiros* que foram absorvidos através dos casamentos pelas primeiras famílias. Esta aliança entre as famílias conquistadoras e povoadoras acabou por formar o “núcleo fundador da futura elite senhorial”.

Ao identificar a origem do capital empregado na construção dos primeiros engenhos das famílias conquistadoras/povoadoras chegadas antes de 1620, o autor indica a possibilidade de que teria sido o capital vicentino, e porque não, *bandeirante*, que alavancou a produção de açúcar no Rio de Janeiro. Num intervalo de uma ou duas gerações, por conta do avanço dos engenhos e das *plantations* a pequena vila tornou-se um dos principais pólos de articulação do atlântico meridional.

## **1.2. Com seus homens e escravos: a expansão rumo ao sul da Colônia portuguesa no Brasil**

Em fins do século XVI a situação de Portugal na Europa não melhora muito. Entre 1557 e 1607 sua dívida interna cresceu vertiginosos 250%<sup>17</sup>, e todo o reino foi assolado por freqüentes ondas de fome. Diante disso, no reinado de D. Sebastião ocorreram discussões sobre o re-ordenamento do Império Ultramarino, e a

---

<sup>17</sup> MAGALHÃES, *apud* FRAGOSO, 2001(a), p. 35.

possibilidade do Brasil substituir a Índia como base de sua sustentação ganha força, “*percebe-se uma atlantização cada vez maior da política ultramarina, e sob as ordens do Desejado [D. Sebastião] seriam tomadas medidas para aprofundar a presença lusa em Angola e na América portuguesa*”<sup>18</sup>.

Esse momento coincide com o auge da produção açucareira na Colônia (1570-1670), e a consolidação do porto do Rio de Janeiro como o principal da Colônia. Por conta do pacto colonial, a Colônia era obrigada a comerciar somente com a Metrópole e proibida de produzir manufaturados, numa relação, muitas vezes vista pela historiografia, como responsável pelo atraso e pelo pouco desenvolvimento do Brasil colonial.<sup>19</sup> No entanto, essas relações eram bem mais dinâmicas do que se imaginava. Portugal foi mais do que uma simples intermediária entre a matéria-prima da Colônia e os manufaturados europeus e cabeça político-administrativa do Império.

A articulação entre a Metrópole e suas colônias criou um mercado imperial bastante complexo e diversificado, e fez emergir (e/ou potencializou) em diferentes paragens do Império circuitos mercantis bastante prósperos e organizados, “*passando pela plantation escravista e produções de alimentos – assentadas em múltiplas formas de trabalho – na América portuguesa, pelas sociedades africanas baseadas no tráfico de escravos, chegando as seculares produções têxteis hindus com suas também antigas redes de comércio*”<sup>20</sup>. Essas relações interligaram comercialmente o Império e também foram responsáveis pela produção material das relações sociais típicas do Antigo Regime em diferentes pontos do *mare lusitano*.

Por certo essas rotas ultramarinas criaram, além dos oficiais agraciados com mercês do tipo “liberdades da Índia”, os seus

---

<sup>18</sup> FRAGOSO, 2001(b) p. 35. Ver também: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>19</sup> Ver: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996 [1ª edição: 1942]; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003 [1ª edição, 1954]; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989 [1ª edição, 1979].

<sup>20</sup> FRAGOSO, 2001b, p. 325.

próprios personagens, no caso, os negociantes com grande cabedal e capazes de estabelecer redes de contato – leia-se sócios, parceiros comerciais, caixeiros etc – nas diferentes partes do ultramar. Por conseguinte, o Império luso seria também o espaço para a existência de um grupo especial de “empresários”, cujos empreendimentos e fortunas se fizeram literalmente nos vários mares onde os portugueses, em diferentes graus, estavam presentes.<sup>21</sup>

Desta forma, a elite senhorial formada a partir das famílias conquistadoras/povoadoras residentes no Rio de Janeiro passa a investir seus cabedais no comércio ultramarino, atuando principalmente no comércio de escravos africanos. A vila do Rio de Janeiro se consolida como principal ponto de ligação da Colônia e o mundo Atlântico e acaba por incluir nas suas rotas comerciais também o interior da Colônia, gerando um novo eixo na colonização da América portuguesa.

O auge da *plantation* açucareira no nordeste e sudeste aumentou a demanda por escravos na Colônia; os comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro os adquiriam em portos africanos em troca de têxteis, aguardente e tabaco. Mas o comércio de almas não foi invenção fluminense. Os portugueses já o praticavam desde pelo menos 1441, quando Antão Gonçalves retornou da recém descoberta costa da Guiné com “*dez Negros entre Mouros e Mouras*”<sup>22</sup>. Neste momento já haviam se passado 25 anos da tomada de Ceuta e o reino de Portugal não havia logrado êxito em sua busca pelo caminho das Índias, e nem estabelecido contatos comerciais dignos de nota, logo, as mercadorias trazidas por Gonçalves trouxeram novo fôlego para as expedições. Finalmente, a empresa navegadora, insistentemente mantida pelo Infante D. Henrique apresentava seu primeiro *lucro*. Segundo Goulart (1975) duas seriam as razões para a empolgação dos reinóis frente à *nova descoberta*: o reino sofria há muito de carência de braços para o trabalho nos campos que seria suprida com escravos, e estes mesmos escravos representariam a redenção do reino frente a Igreja, ou seja, a concretização da cruzada contra os Infiéis.

---

<sup>21</sup> FRAGOSO, 2001b, p. 326.

<sup>22</sup> GOULART, 1975, p. 20.

E pelos anos adiante, cada vez mais freqüentes, foram se sucedendo as expedições armadas à costa africana para apresar escravos. Vinte e cinco anos de esforços e buscas incessantes haviam posto afinal ao alcance da cobiça e da necessidade dos reinos o mais precioso dos produtos nativos da África: o negro.<sup>23</sup>

A cruzada contra os Infiéis contava com o apoio do Papa. Em 1455 a bula *Romanus Pontifex* autoriza o comércio de escravos e sua entrada na Europa cristã em nome da conversão e evangelização dos Infiéis, fossem eles escravizados por povos rivais e vendidos aos europeus ou capturados em guerras justas, cujo caráter de justiça era determinado pelo Rei e geralmente estava vinculado “à *legítima defesa, à garantia de liberdade de pregação do evangelho e, para alguns, à garantia de liberdade de comércio*”.<sup>24</sup>

O Antigo Regime enquanto concepção de sociedade, legitimava e naturalizava as desigualdades e hierarquias sociais.<sup>25</sup> A expansão do Império português levou a uma adaptação deste sistema, a visão corporativa da sociedade e do poder se manteve, sendo acrescentada à hierarquia um novo agente, gerado a partir do caráter cristão da empresa. Os indivíduos *salvos* pelo Rei através da conversão deveriam ser integrados ao corpo do Império e com isso o cativo se torna a forma de incorporação desses pagãos ao Império. Segundo Mattos (2001), a justificativa religiosa pra escravidão não seria uma deturpação dos valores da cristandade pura e simples ou uma exacerbação da lógica mercantil, pois a escravidão seria imperativa para a expansão do Império como um todo e não apenas para o comércio.

[...] a possibilidade do cativo do gentio americano ou africano foi antes construção de quadros mentais e políticos, de fundo corporativo e religioso, possibilitadores daquela expansão, inclusive na sua dimensão comercial. Conseguir cativos índios ou africanos, o

---

<sup>23</sup> GOULART, 1975, p. 24.

<sup>24</sup> MATTOS, 2001, p. 144.

<sup>25</sup> “*Pensava-se a sociedade como um corpo articulado, naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina. Ao rei, como cabeça deste corpo, caberia fundamentalmente distribuir mercês conforme as funções, direitos e privilégios de cada um de seus membros, exercendo a justiça em nome do bem comum.*”. MATTOS, 2001, p. 144.

que significava tornar-se senhor de terras e escravos, afidalgando-se nas colônias, foi uma das grandes motivações a trazer milhares de colonos portugueses para a aventura da conquista.<sup>26</sup>

Neste sentido, podemos dizer que os fluminenses não inventaram o tráfico, mas, com certeza, foram os seus maiores investidores. Portugal dominou a costa da África e o tráfico nela instalado por boa parte do séc. XV e XVI, no entanto, com a expansão de seus domínios, a demanda pela mercadoria africana aumentou substancialmente e junto com ela o investimento para a prosperidade da empresa escravista. Como já dissemos anteriormente, o final do século XVI foi um período de crise no Reino. Com a escassez de recursos tornou-se difícil investir na empresa escravista, e segundo Fragoso (1995), a estrutura social portuguesa que se mantinha atrelada a uma agricultura tradicional com a aristocracia detendo metade das terras, seguida pelo clero e com cidades e indústria pouco desenvolvidas, também constituía outra dificuldade de converter recursos para o tráfico. Essa estrutura, típica de Antigo Regime, foi, ao mesmo tempo, a mola propulsora da expansão ultramarina e seu limite.

A colonização ultramarina transformou-se em condição de possibilidade para a existência desse tipo de estrutura. Como resposta feudal à grande crise por que passava a economia e sociedade portuguesas, a expansão marítima e a ulterior colonização modificaram a antiga sociedade lusitana para preservá-la no tempo. Eis aqui o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: o surgimento e manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo.<sup>27</sup>

No início da expansão o Estado português ocupa papel central na atividade comercial como armador e mercador, explorando monopólios e obtendo grande parte de sua renda da atividade mercantil. Dessa maneira, a renda fundiária ficava

---

<sup>26</sup> MATTOS, 2001, pp. 147-148.

<sup>27</sup> FLORENTINO, 1995, p. 126.

cada vez mais nas mãos da aristocracia e do clero, reiterando assim a estrutura agrária tradicional. Neste processo a figura do fidalgo-mercador ilustra bem como o capital mercantil não serviu para a expansão definitiva do tráfico de escravos africanos. Levado a essa condição pela crise aristocrática, mantinha sua atividade sem base agrária, porém buscava manter (ou adquirir) bens que o garantissem como Fidalgo, ou seja, a renda da atividade mercantil era muitas vezes esterilizada em atividades de cunho senhorial.<sup>28</sup> Em resumo, o capital adquirido por Portugal no mercado ultramarino não foi suficiente para fazer frente aos traficantes luso-brasileiros:

[...] a atividade mercantil lusitana tem por fim último a permanência temporal de uma sociedade arcaica – o que é realizado com pleno êxito – [...]. Isto significa que a esterilização dos recursos por ele apropriados na esfera colonial é tão volumosa, que sua capacidade de financiar até mesmo as atividades essenciais para a reprodução parasitária – os navios, armazenamento de bens e seguros do tráfico – é limitada.<sup>29</sup>

E é no quesito financiamento que os luso-brasileiros instalados no Rio de Janeiro saem na frente. Os bens de escambo foram um dos grandes responsáveis pela proeminência do Rio de Janeiro no mercado ultramarino de escravos. Excetuando-se os têxteis que eram adquiridos por contrabando, a praça fluminense acessava facilmente os demais bens, visto que, eram produzidos na Colônia: aguardente e tabaco. A aguardente era um *subproduto* dos engenhos de açúcar dos quais muitas das famílias envolvidas no comércio ultramarino eram proprietárias, com isso possuir um engenho tinha uma dupla função: fornecia um dos produtos mais requisitados no escambo e através da venda do açúcar a metrópole garantia o capital necessário para armar uma frota e enviá-la a costa africana. O tabaco era produzido

---

<sup>28</sup> “Daí podemos pensar que o ‘atraso’ português, em pleno século XVIII, era, não um estranho anacronismo, fruto da incapacidade lusitana em acompanhar o manifesto destino capitalista europeu: pelo contrário, o arcaísmo era, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia fundamentalmente da apropriação das rendas coloniais.” FLORENTINO, 1995, p. 126-127.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 127.

principalmente na Bahia e também poderia ser adquirido com certa facilidade pela praça fluminense.

Segundo Florentino (1995, p. 123), por algum tempo acreditou-se que o acesso aos bens de escambo seria a principal razão para a perda do controle do tráfico por parte do Reino. No entanto, o autor destaca que essa seria uma situação da qual os traficantes brasileiros tiraram imensa vantagem, mas não seria a única explicação para a preponderância destes no mercado negreiro, pois, mais do que as mercadorias para o escambo a operacionalização do tráfico era muito mais complexa. Para pôr em andamento uma expedição à costa africana exigia-se também: aquisição ou aluguel das naus, formação do estoque para escambo e sustento de boa parte das atividades dos intermediários na ponta africana, manutenção da escravaria durante a viagem e o seguro tanto das mercadorias transportadas como dos equipamentos (principalmente as naus) envolvidos na travessia<sup>30</sup>.

Com o capital gerado pela produção de açúcar, acesso aos bens de escambo e um porto *próximo* a costa africana, os comerciantes do Rio de Janeiro foram estabelecendo contato direto com a África paulatinamente, excluindo Portugal da rota. Em contato com a África os comerciantes fluminenses submetiam seus parceiros africanos através do adiantamento das mercadorias que estes utilizavam para o abastecimento das redes de obtenção de escravos no interior: *“A maior parte dos traficantes africanos era, porém, pelo menos desde inícios do século XVIII, totalmente dependente do capital do Rio de Janeiro. O capital traficante brasileiro aparecia como detonador e organizador do comércio negreiro.”*<sup>31</sup>

Porém, o principal produto nesse comércio, os têxteis, não eram produzidos na América. Eles deveriam ser comprados na Europa e na Índia e para isso não bastava aguardente, açúcar ou tabaco, eram necessários os metais. Nesse momento, intensificam-se as incursões em busca do *El Dorado* português, e os fluminenses passam a se empenhar para o restabelecimento da rota Rio de Janeiro - Buenos Aires.

---

<sup>30</sup> FLORENTINO, 1995, p. 125.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 122.

Nestes contatos era possível vender uma miríade de produtos que abasteceriam toda a bacia do rio da Prata e acessar a prata de Potosí. Essa atração dos fluminenses pelo comércio platino era bastante antiga,

[...] desde fins da década de 1620, já depois da primeira tentativa holandesa de invasão ao Brasil, o Conde-Duque de Olivares, ministro espanhol, favorecia as atividades dos comerciantes portugueses nos portos coloniais de Castela. Fazendo vistas grossas sobre o emergente comércio ativado pelo tráfico negreiro, procurava revigorar a economia ibérica e melhorar a arrecadação Real, combatida pelos custos crescentes das guerras imperiais.<sup>32</sup>

Com a necessidade de metais para o fortalecimento do comércio com a África tornou-se fundamental retomar os contatos com o rio da Prata. Segundo Bicalho (2005, p. 2), a partir da segunda metade do seiscentos os *luso-fluminenses* passam a gerir expedições que buscavam “*agregar os africanos e a prata*”, assim foi com a reconquista de Angola (1648), o povoamento de Laguna (1676), a criação do bispado do Rio de Janeiro com jurisdição até a embocadura do Prata (1676), o donativo régio concedido a Salvador de Sá e a seus filhos de trinta léguas de litoral até o Prata (1676) e a fundação da Colônia do Sacramento (1680).

Salvador Correa de Sá e Benevides, governador da Capitania do Rio de Janeiro em diferentes datas, comandante da armada que reconquistou Angola aos holandeses em 1648 e “*profundo conhecedor da região meridional, tendo atuado no comércio platino e também tendo ciência da geografia do Prata e de seus potenciais para negócios e recursos para a exploração*”<sup>33</sup>, sugeriu ao monarca português, ainda no séc. XVII, a colonização das terras ao sul do Rio de Janeiro, notadamente as próximas ao rio da Prata. Ciente da importância da região do Prata, principalmente através do pujante comércio com o Rio, a Coroa toma algumas ações na expansão rumo ao sul de sua Colônia. Em 1676 foi criada a Diocese do Rio de Janeiro, que segundo Possamai representou “*uma importante vitória diplomática do príncipe regente D. Pedro junto a*

---

<sup>32</sup> BICALHO, 1998, p. 8.

<sup>33</sup> HAMEISTER, 2002, p. 94.

*Santa Sé*<sup>34</sup>, pois estabelecia como jurisdição do bispado os territórios desde o Espírito Santo “até o Rio da Prata, pela costa marítima e pelo sertão”<sup>35</sup>. Esta feita, em maio de 1679 assume o governo do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo com instruções precisas para tomar posse em nome do rei de Portugal de território a margem do rio da Prata.

D. Manuel Lobo organiza uma expedição e parte do porto do Rio de Janeiro ainda em 1679, chegando a ilha de São Gabriel<sup>36</sup>, no estuário do Prata, em janeiro de 1680, instalando-se em seguida em terra firme numa pequena península em frente a ilha e a cidade de Buenos Aires, onde funda a Colônia do Santíssimo Sacramento.

Segundo Prado “A fundação da Colônia do Sacramento foi a materialização do retorno lusitano ao prata após 1640”<sup>37</sup>, pois procurava reativar a rota marítima Rio de Janeiro-Prata-Luanda que durante a União Ibérica garantiu o ingresso da prata potosina e dos couros bovinos na Colônia portuguesa. Este contato comercial com a região platina era bastante rentável devido à situação marginal dessa região dentro do Império espanhol (que utilizava como principal porto o de Cartagena, no Pacífico, distante da região platina) que prejudicava seu abastecimento e a tornava grande consumidora de todos os gêneros enviados pelos luso-brasileiros.

Apenas um ano após sua fundação Sacramento sofreu a primeira represália espanhola, mas foi retomada pelos portugueses (pela via diplomática) em 1683, e a paz durou até 1705. Nessa primeira fase de ocupação Sacramento assemelhava-se a uma feitoria, compunha-se de um pequeno núcleo fortificado dedicado ao comércio. O local escolhido para a instalação de Sacramento permitiu que os comerciantes luso-brasileiros, dali em pouco tempo, controlassem todo o comércio da região. O estuário do Prata possuía perigosos bancos de areia que impediam a entrada direta a rumo oeste de Montevideu em direção a Buenos Aires; para chegar a esta cidade era necessário costear a margem setentrional do estuário até a ilha de Martin Garcia e

---

<sup>34</sup> POSSAMAI, 2005, p. 45.

<sup>35</sup> LEITE *apud* POSSAMAI, 2005, p. 45.

<sup>36</sup> “A ilha de São Gabriel era antigo refúgio de piratas e contrabandistas, principalmente dos holandeses, situação que não deve ter sido ignorada pelos portugueses, uma vez que eles eram os principais agentes do contrabando no Rio da Prata durante o período da União Ibérica (1580-1640)”. POSSAMAI, 2005, p. 46.

<sup>37</sup> PRADO, 2002, p. 39.

dali seguir para Buenos Aires. Essa rota era a mais segura e cruzava a frente de Sacramento.<sup>38</sup>

Em 1705 um novo cerco espanhol expulsa os luso-brasileiros de Sacramento, que só retornam 11 anos depois, em 1716. Nessa retomada há uma mudança no caráter da ocupação com o estabelecimento de um entorno agrícola, ou seja, inicia-se um investimento na ocupação territorial, visando, principalmente, o acesso aos rebanhos da Banda Oriental. O gado *vacum* e cavalos encontrados nessa região passaram a ser muito valorizados com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais em 1690.

A primeira estada em Sacramento forneceu à Coroa importantes informações sobre a região. Prado (2002, p. 45), cita os escritos do Sargento-mor Francisco Ribeiro, de 1704, e a *Descrição Corográfica e Bélica da Colônia do Sacramento*, de 1713, publicada em Portugal e de autoria do ex-governador de Sacramento Sebastião da Veiga Cabral como as principais fontes desta informação e responsáveis pela divulgação das possibilidades da região. O segundo documento, apresentava propostas bem claras

[...] Veiga Cabral aconselhava a fundação de uma série de povoações e fortificações além da Colônia do Sacramento. Alentava a fundação de uma fortaleza e povoação na barra do Rio Grande, outra em Maldonado, visando ao controle das campanhas da Banda Oriental, bem como ao da entrada do estuário platino. A povoação a ser instalada no Rio Grande de São Pedro teria comunicação por terra com Laguna, permitindo o trânsito terrestre de homens e animais.<sup>39</sup>

As descrições de Veiga Cabral incluíam também relatos sobre as Missões Jesuíticas e minas de prata, das quais não indicava a localização exata. O plano de Veiga Cabral tencionava pôr sob domínio português a margem norte do estuário do Prata e foi inspiração para o desenvolvimento das políticas lusas na região. Neste sentido, em 1723 houve a tentativa de estabelecimento de uma nova povoação luso-brasileira no Prata com a fundação da cidade de Montevideu, que além de diminuir o

---

<sup>38</sup> PRADO, 2002, pp. 91-92.

<sup>39</sup> *Idem*, pp. 45-46.

isolamento de Sacramento (cercada de espanhóis por todos os lados), daria acesso a um excelente porto natural na entrada do rio da Prata. No ano seguinte, partiu da vila de Laguna uma expedição chefiada por João de Magalhães que deveria abrir caminho por terra e guarnecer Sacramento.<sup>40</sup> Todas essas ações portuguesas no Prata sempre foram acompanhadas de perto pelos espanhóis, pois a presença lusa representou a perda do controle do comércio, primeiramente naval com a instalação de Sacramento, e agora com o avanço dos povoados ameaçava o controle dos rebanhos da Banda Oriental. Nesse sentido, além de cercar Sacramento, os espanhóis do Prata incentivavam os jesuítas a ocupar novamente a margem ocidental do rio Uruguai, de onde haviam sido expulsos pelos bandeirantes, na tentativa de barrar o avanço luso-brasileiro que já se configurava por terra.<sup>41</sup>

Em 1735 os espanhóis voltam a cercar Sacramento e, durante o cerco, foram destruídas as plantações que ficavam de fora dos muros da fortificação, bem como as habitações que ali se encontravam, forçando os habitantes a fugirem. Alguns seguiram para dentro do Forte, enquanto outros seguiram para o interior da banda Oriental e para a barra do Rio Grande. Segundo Prado (2002, p. 53ss) durante o cerco houve uma *“inflexão da estratégia lusitana”* ao retornar Sacramento ao status de porto comercial, pois não mais contava com seu entorno agrícola e estava impedida de acessar os rebanhos.

Do Rio de Janeiro, em 1736, foi enviada uma expedição sob comando do Brigadeiro de Infantaria José da Silva Pais com objetivo de livrar Sacramento do cerco, além de retomar Montevideu aos espanhóis, reocupar as ilhas de São Gabriel e fundar uma fortaleza (nas proximidades de Montevideu ou na barra do Rio Grande de São Pedro). Silva Pais abasteceu a Colônia e seguiu a *“reconhecer o porto de Maldonado, para plantar nova povoação nele, ou noutra qualquer da costa imediata, que julgasse apropriado, como lhe prescreviam suas instruções”*<sup>42</sup>. O referido lugar não oferecia

---

<sup>40</sup> PRADO, 2002, pp. 49-50.

<sup>41</sup> POSSAMAI, 2005, p. 47.

<sup>42</sup> SÃO LEOPOLDO, 1982, p. 68.

condições para a fundação de um forte, e então Silva Pais seguiu na direção da barra do Rio Grande, onde fundou um forte denominado Jesus-Maria-José.

Ao descrever o desembarque de Silva Pais na foz do Rio Grande, o historiador Guilhermino César dá ênfase a encontrar-se já naquele local o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu. Abreu lá estava com 160 homens, tendo já reunido bom número de gado vacum e cavalos e com um fortim “*erguido na deserta praia arenosa*”.

Mas o encontro dos dois chefes, naquelas remotas paragens, tem de qualquer modo o valor de um símbolo. De um lado, a vocação pioneira dos sertanistas, encarnada em Cristóvão Pereira: de outro lado, a sanção real ao empreendimento, que muito tardara, de plantar no Rio Grande de São Pedro um poderoso núcleo de fixação e expansão da cultura portuguesa.<sup>43</sup>

O Brigadeiro José da Silva Pais tratou logo de organizar a defesa da nova povoação. Com ele, segundo César (1980, p. 112), vieram 41 Dragões de Minas Gerais: um capitão, um alferes, um tambor e 38 soldados, “*contingente que se transformou em Regimento, na Comandância de André Ribeiro Coutinho*”. O Mestre-de-Campo Coutinho foi o segundo comandante militar do Rio Grande, de 11 de dezembro de 1737 a 22 de dezembro de 1740, e coube a ele a criação do Regimento de Dragões, colocado sobre o comando do Coronel Diogo Osório Cardoso.

O Coronel Diogo Osório Cardoso fora enviado à Colônia, com alguns oficiais, para organizar ali um corpo de Dragões, com a finalidade de equilibrar o nosso poder militar com o de Buenos Aires, onde se cogitava de formar uma dessas unidades de cavalaria. Sobreveio, porém, o Armistício de 16 de março de 1737 [...] e o Coronel recebeu ordem de se trasladar ao Rio Grande, com a mesma incumbência. Mas só em março do ano seguinte meteu mãos à obra. O casco do futuro corpo foram os soldados da mesma arma trazidos de Minas por Gomes Freire e incorporados à expedição de Silva Pais. Em janeiro de 1739, formado o Regimento, Osório Cardoso continuou no comando.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> CÉSAR, 1980, pp. 108-109.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 117. Entre as medidas tomadas para viabilizar a defesa do continente estava a criação da Estância do Bojuru, cujo regimento de 1º de abril de 1738 previa o depósito do gado vacum,

Organizada a defesa, foi assinado pelas Coroas um armistício no ano de 1737 que previa “em seus artigos 4º e 5º, a suspensão de hostilidades imediatamente, e o status quo até que as duas Côrtes se ajustassem”<sup>45</sup>, ou seja, Portugal permanecia com o domínio de Sacramento, ainda que “circunscritos quasi aos muros da Praça, sem poderem procurar os recursos no interior, como usavam fazer, nem reaver seus estabelecimentos nos arredores”<sup>46</sup>. Segundo Prado (2002, pp. 53-54) apesar do retorno de Sacramento a uma posição isolada, atuando apenas como porto mercantil, não podemos imaginá-la como “um enclave luso-brasileiro na Banda Oriental”, visto que nesse momento, o avanço por terra com a expedição de João de Magalhães ligando Sacramento a Laguna somada a fundação de Rio Grande, acaba por criar uma área de trânsito luso-brasileiro bastante intenso naquelas paragens.

Este acordo além de cessar com as hostilidades entre as Coroas no Prata, inaugura uma nova fase na apropriação do território por parte dos súditos portugueses. O fato do acordo prever deixar as coisas tal como estavam trouxe o princípio da posse pelo uso à mesa de negociações diplomáticas, inclusive, autores como Prado (2002), acreditam que o envio da expedição de Silva Pais seria um indicativo das intenções lusas de tomar posse de pontos estratégicos na região platina e utilizar-se do *uti possidetis*.<sup>47</sup> Compartilhamos dessa perspectiva com o autor e acrescentamos nesse quadro o avanço paulista por terra, com a fundação de algumas vilas no atual litoral catarinense.

As expedições para o interior eram a *riqueza* da capitania de São Vicente, pois diferente do Rio de Janeiro que possuía um bom porto e terras propícias a produção de açúcar, a capitania de São Vicente possuía um litoral estreito e com terras de má

---

cavallhada, eguada e potrada de S. M. para o suprimento e munício das fortalezas do sul e do Regimento de Dragões. Nesta estância, administrada por um maioral, trabalhavam treze domadores e 7 peões. MIRANDA, 2000, p. 56. Ver também: FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de Historia do Rio Grande do Sul*. 6ª edição, Porto Alegre, Sulina, 1981, p. 51.

<sup>45</sup> MONTEIRO, 1937, p. 332.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 332.

<sup>47</sup> Esse princípio pode ser entendido como algo tipo “quem usa tem a posse”. Cf. KÜHN, 2002, p. 32.

qualidade, o que inviabilizava sua inserção no sistema colonial vigente, voltado para monocultura de exportação.<sup>48</sup> Um litoral pouco atrativo levou os habitantes ao interior, ocupando o planalto de Piratininga, que apresentava condições naturais mais propícias à ação colonizadora com terras cultiváveis; no entanto, para o estabelecimento de unidades produtivas era necessária uma quantidade razoável de mão-de-obra. A possibilidade de adquirir escravos africanos era muito remota, dada a quantidade de capital que era necessário para tal. Da mesma forma, era remota a possibilidade de que esses luso-brasileiros se empenhassem diretamente no trabalho na terra. Lembremos que na Europa de Antigo Regime, os *ofícios mecânicos* eram desenvolvidos pelos servos, camada mais baixa da hierarquia social, sendo, portanto, atividades bastante desqualificadas. Isto fez com que, na Colônia, lugar para onde a maioria viera em busca de ascensão econômica e social para adquirir (ou manter) o foro de fidalgo fosse necessário manter distância dessas atividades.<sup>49</sup>

A mudança para o planalto apresentou o problema da falta de braços e também a solução, pois essa região concentrava uma série de tribos indígenas que poderiam ser utilizadas como mão-de-obra.<sup>50</sup> Podemos dizer que as primeiras expedições organizadas pelos habitantes de São Vicente tinham o intuito de defender os primeiros núcleos de povoação das tribos próximas (até, pelo menos, 1590), mas em pouco tempo a escravização de indígenas tornou-se uma possibilidade econômica. As expedições tornaram-se mais freqüentes e especializadas, e passaram a expressar de forma mais explícita um projeto coletivo de desenvolvimento, que acabou por inserir a capitania de São Paulo no circuito mercantil do Atlântico

---

<sup>48</sup> “[...] na capitania de São Vicente as próprias condições naturais da região não foram propícias à ação do colonizador português. A estreiteza de sua faixa litorânea e a má qualidade do solo das terras próximas à marinha agiram como sérios obstáculos para a consecução do empreendimento açucareiro. A esses fatores acrescenta-se o problema gerado pela própria posição excêntrica de São Vicente em relação aos centros consumidores dos gêneros tropicais”. DAVIDOFF, 1982 apud DECKMANN, 1988, p. 64.

<sup>49</sup> Para Lara (2007, p. 84): “A imprecisão da terminologia utilizada para designar as diversas condições indica a extrema complexidade das formas de diferenciação social, derivada exatamente da multiplicação de critérios superpostos. Fundadas no nascimento, nas concessões distribuídas a partir de cima pelo rei ou por seus delegados, e mostradas a cada passo por um ‘gênero de vida’ ou ‘modo de viver’, as diferenças, de certo modo, estruturavam e davam visibilidade à sociedade do Antigo Regime”.

<sup>50</sup> DECKMANN, 1988, p. 65.

meridional, pois eram os índios que produziam e transportavam os excedentes agrícolas.<sup>51</sup>

Foi durante o governo de D. Francisco de Souza (1591-1601) que se intensificaram as incursões portuguesas ao sertão. O principal objetivo seguia sendo a busca por metais e D. Francisco planejava aplicar o modelo espanhol de exploração: “*articular os setores de mineração, agricultura e indústria, todos sustentados por uma sólida base de trabalhadores indígenas*”.<sup>52</sup> Porém esse plano não pôde ser levado adiante porque as descobertas de ouro e prata não foram muito vultosas. Como resultado o modelo agrícola permaneceu, o crescimento da lavoura comercial foi estimulado e o apresamento indígena atingiu proporções nunca dantes alcançadas. Este *fracasso* impulsionou um redimensionamento dos objetivos e da área de atuação das expedições. O apresamento de indígenas passa a ser principal meta e encurtam-se as distâncias, concentrando-se os esforços na região imediata do planalto (sertões da própria capitania).

Os índios do grupo Guarani eram os *preferidos* pelos sertanistas por suas técnicas agrícolas e habitavam um vasto território ao sul e sudoeste da Capitania. Estas áreas foram alvo de diversas expedições nas primeiras décadas do XVII e ficaram conhecidas como Sertão dos Carijós e dos Patos. O primeiro abrangia a área próxima às margens do rio Paranapanema e compreendia, provavelmente, o local denominado Guairá, região circundada pelos rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi, povoada por guaranis e outros grupos, e que se tornou o centro das atenções dos paulistas por conta do acesso relativamente fácil (cerca de quarenta a sessenta dias de viagem) e, desta forma, principal fonte de mão-de-obra da capitania. Neste local, missionários jesuítas haviam instalado e administravam alguns aldeamentos indígenas. O Sertão dos Patos estava localizado no interior do atual estado de Santa Catarina e era habitado por grupos guarani, identificados, entre outras, pelas

---

<sup>51</sup> MONTEIRO, 1994, pp. 57-58.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 59.

denominações Carijó, Araxá e Patos.<sup>53</sup> Até 1632 as sucessivas invasões haviam dizimado os guaranis e quase todas as reduções jesuíticas do Guairá, forçando o traslado dos missionários para a outra margem do rio Uruguai, e milhares de índios foram introduzidos na capitania. Monteiro (1994, p. 74) cita diferentes relatos e estima que algo perto de 60.000 indígenas foram aprisionados neste período.

No sertão dos Patos os contatos se davam através do mar, no chamado porto dos Patos<sup>54</sup>, e de acordo com os jesuítas que visitaram a região nos últimos anos do século XVI, as aldeias do litoral se especializaram no intercâmbio com os navegadores, ao passo que as principais concentrações da população indígena permaneciam no interior, a vinte ou trinta léguas de distância. Diferente do que aconteceu no Guairá, no contato com os indígenas dos Patos a estratégia aplicada utilizou menos violência física. Ao desembarcar os portugueses eram recebidos por algumas lideranças tribais com as quais trocavam ferramentas e outros utensílios europeus por cativos de guerra. Monteiro (1994, pp. 64-65), cita o caso do líder indígena denominado Tubarão que, com o apoio de seus três ou quatro irmãos, todos supostamente *xamãs*, tornou-se o principal fornecedor de cativos guarani na região dos Patos durante a primeira década do século XVII. Os luso-brasileiros ao desembarcarem mandariam chamar Tubarão e seus irmãos e com eles obtinham cativos da etnia Araxá, capturados pelos Carijós em guerras tribais, além de “*pessoas soltas*”, tais como órfãos e viúvas, provenientes de aldeias Carijós do interior. A negociação também era uma das armas dos paulistas, afinal a “*experiência nativa era útil*”<sup>55</sup> no processo de adaptação. As alianças com indígenas foram táticas fundamentais nos primeiros momentos das expedições por um motivo relativamente simples: era necessário sobreviver no sertão desconhecido, e foi com os indígenas

---

<sup>53</sup> Chamamos a atenção para o fato de que o Sertão dos Patos tem sua localização muitas vezes confundida com a lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul. MONTEIRO, 1994, pp. 60-62.

<sup>54</sup> Este local algumas vezes é denominado como *lagoa dos Patos*, e acreditamos que se refira ao local onde alguns anos mais tarde Domingos de Brito Peixoto tenha fundado a vila de Laguna. Ver adiante. Cf. MONTEIRO, 1994, p. 65ss.

<sup>55</sup> LOPEZ, 1981, p. 21.

que os paulistas aprenderam a andar e sobreviver no sertão, além de usarem as rivalidades tribais a seu favor.<sup>56</sup>

Um dos primeiros paulistas a se aventurar nos sertões mais ao sul da Capitania de São Vicente foi Francisco Dias Velho, que se fixa com alguns filhos, criados e escravos na ilha de Santa Catarina<sup>57</sup> erguendo a capela de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), nome que será dado a futura povoação. Francisco Dias Velho, *“paulista, de ilustre prosápia e que, na mocidade, acompanhara o pai em incursões feitas ao gentio dos Patos”*<sup>58</sup>, era filho de Francisco Dias Velho, *“sertanista e potentado em arcos que conquistou com armas em suas entradas no sertão”*<sup>59</sup> e Custódia Gonçalves. Era neto de Pedro Dias, irmão leigo da Companhia de Jesus que veio a São Vicente no princípio de sua fundação onde colaborou na fundação do Colégio de Piratininga, onde também foi casado com a filha do cacique Tebiriça (Martim Afonso Tebiriça) *“pelo bem da ordem”*.<sup>60</sup> Pertencente a elite vicentina, tendo sido Alcaide e Juiz ordinário em sua vila natal, Francisco Dias Velho (o Filho) recebe a mercê de sesmaria na Ilha de Santa Catarina em 1678:

Em 1678, o paulista requereu ao Governador da Capitania duas léguas em quadro de terras na Ilha de Santa Catarina, onde já tinha igreja de Nossa Senhora do Desterro e culturas, além de outras mais em terra firme, sendo, assim, provável que, antes dessa data, possivelmente em 1675, já tivesse fixado moradia na Ilha, para a qual

---

<sup>56</sup> MONTEIRO, 1994, p. 62.

<sup>57</sup> Cabral identifica algumas versões para a nomeação da ilha que nas primeiras referências chamava-se Ilha dos Patos, sendo atribuída a nomenclatura a Martim Afonso, Dias Velho, entre outros, mas este autor com base em depoimentos coevos indica que a ilha foi rebatizada por Sebastião Caboto, navegador espanhol que passou pela ilha em 1526 onde naufragou parte de sua esquadra e precisou por lá ficar por cerca de 4 meses: *“Discute-se, ainda, se a denominação se deveu a tê-la feito a 25 de novembro, dia consagrado à Santa de Alexandria – razão que aceitamos, com outros Autores – ou se se deveu a uma homenagem que o navegador quis prestar à sua esposa, Catarina Medrano, com quem casara em segundas núpcias e que, segunda consta, era um verdadeiro pesadelo em sua vida, maltratando-o e sujeitando-o a tão ridículos papéis que o navegador, sempre que podia, metia-se em alguma expedição que o levasse para longe do lar, em busca de uma tranqüilidade que nele não encontrava.”* CABRAL, 1968, p. 22.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>59</sup> LEME, [1903-1905], p. 26, v. VIII.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 25, v. VIII.

se transferira com a família, agregados e escravos, época em que teria dado início a todos aqueles trabalhos que alegou para obter doação.<sup>61</sup>

Mas a tranqüilidade da família Dias Velho durou apenas 11 anos. Em 1687 aportou na enseada de Canasvieiras um navio corsário (inglês ou holandês) necessitando de reparos. Dias Velho foi informado, atacou e prendeu os piratas, remetendo homens e cargas para São Vicente, onde tal atitude de repressão ao contrabando lhe rendeu elogios. Os bens confiscados foram dados à Fazenda Real e os homens postos em liberdade e *“dois anos mais tarde [1689], sequiosos de vingança, voltaram eles, tomando práctico em São Francisco para alcançar a Ilha de Santa Catarina.”* Francisco Dias Velho foi alertado, mas pouco pode fazer para proteger sua família. Atacado de surpresa, foi preso e levado até a capela e *“aí morreu em desespero, não podendo defender as filhas da sanha dos piratas, pois, ao tentar fazê-lo, recebeu o tiro que o prostrou”*.<sup>62</sup> Persuadidos por dois frades do povoado e por uma oferta de víveres, suprimentos e mercadorias, os piratas pouparam a família de Dias Velho. Logo após a tragédia chega a ilha José Dias Velho, irmão de Francisco, que encaminha o restante da família de volta a São Paulo. Fica na Ilha apenas um filho de Francisco, José Pires Monteiro, que também não permanece muito tempo no doloroso sítio, transferindo-se para Laguna, ficando praticamente abandonada a povoação da Ilha.<sup>63</sup>

A povoação de Laguna na qual se refugiou o filho de Dias Velho foi fundada dentro dos mesmos moldes da situada na Ilha. No ano de 1676 o vicentista Domingos de Brito Peixoto, que já havia participado anteriormente de algumas expedições ao Sertão dos Patos organizadas por Francisco Dias Velho (o Pai)<sup>64</sup>, acompanhado de seus dois filhos, Francisco de Brito Peixoto e Sebastião de Brito Guerra, partiu de Santos em direção ao sertão dos Patos, onde buscava indígenas e metais. Sua expedição era composta de cerca de dez homens e 50 escravos, além de uma fragata

---

<sup>61</sup> CABRAL, 1968, p. 37.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 38.

<sup>63</sup> *Idem*, pp. 37-38.

<sup>64</sup> Referência a uma destas expedições pode ser encontrada na *“Carta do Rio de S. Francisco, Vila de N. S. da Graça, até o Rio de Martim Afonso de Souza, de 19 dias do Rio Grande e 51 da barra do Rio da Prata”* escrita por Manuel Jordão da Silva em 1698 e transcrita em CESAR, 1998, p. 44-46.

que deveria seguir por mar e aguardá-lo na laguna chamada dos Patos. A viagem por terra durou quatro meses e nela Domingos perdeu quase metade dos escravos que trazia. Chegando a Laguna dos Patos encontrou-se com a parte marítima de sua expedição e se instalou, colocando o lugar sobre invocação de Santo Antônio dos Anjos.<sup>65</sup>

A família Brito Peixoto era oriunda da vila de Santos, na capitania de São Vicente, e estava ligada pelo casamento com uma importante família, os Leme. Domingos de Brito Peixoto casou-se com Ana da Guerra, neta de Pedro Leme que *“foi homem nobre e da governança da terra”*. Este era filho de Leonor Leme e Braz Teves, vindos da Ilha da Madeira e que *“foram por muitos anos moradores em S. Vicente, onde eram proprietários do engenho de açúcar chamado de S. Jorge dos Erasmos, com cujos lucros se tornaram abastados; mais tarde se mudaram com seus f.ºs para a vila de S. Paulo, onde fez Braz Teves seu estabelecimento e teve as rédeas do governo.”*<sup>66</sup> Com esse consórcio Domingos de Brito Peixoto aliou-se a uma das principais famílias da Capitania de São Vicente. Pedro Leme esteve envolvido na expedição de Nicolau Barreto que em 1602 percorreu o rio Tietê e teria percorrido a região do baixo rio Paraná alcançando o rio Paraguai e as regiões andinas, território que pertencia ao Vice-Reino do Peru.<sup>67</sup>

Em comum, Dias Velho e Brito Peixoto tinham a pertença às famílias *nobres* de São Vicente e o interesse pelas terras ao sul da Capitania. No entanto, os Brito Peixoto tiveram mais sucesso na conquista do sul. Após o primeiro estabelecimento, em 1676, Domingos de Brito Peixoto regressou a Santos, pois havia fracassado seu empreendimento por falta de recursos. Em 1678 solicita auxílio régio para retornar a Laguna, e em 1682-83 faz mais uma tentativa de regresso, dessa vez por mar, que fracassa por conta de um revés que o leva para o norte, levando ao fundo sua embarcação na costa do Espírito Santo. Somente em 1684<sup>68</sup> Domingos se estabelece

---

<sup>65</sup> CABRAL, 1968, p. 38.

<sup>66</sup> LEME, [1903-1905], p. 186.

<sup>67</sup> *Idem*, pp. 179-229.

<sup>68</sup> Por conta dessas idas e vindas do fundador de Laguna a historiografia catarinense de caráter mais tradicional debate sobre a data de fundação da vila, alguns a reconhecem no ano de 1676 e outros em

com sua família no povoado de Laguna de forma definitiva, iniciando a construção da igreja matriz alguns anos depois (em 1696).<sup>69</sup>

A fundação de vilas na costa catarinense está inserida no ímpeto desbravador que se disseminava na Colônia; Kühn (2006, pp. 31-32), nos fala da construção de uma “*Nova Paulistânia*”, um projeto para reproduzir na *fronteira o modus vivendi* da capitania de São Vicente dos séculos XVI e XVII, que traria a Laguna, principalmente e, posteriormente, ao Continente de São Pedro, os primeiros povoadores. A principal função da pequena vila de Laguna, assim como o foi a da vila de Desterro, era apoiar a Colônia de Sacramento, mas rapidamente ela passa a ser o pólo de irradiação das iniciativas expansionistas rumo ao sul. A família Brito Peixoto foi a primeira a se instalar definitivamente em Laguna, e, segundo Kühn (2006, p. 32), Domingos de Brito Peixoto

[...] seguia o paradigma paulista do expansionismo voltado para a fronteira, em busca das riquezas do sertão, fossem elas o “ouro vermelho” da mão-de-obra indígena, fossem as tão cobiçadas minas de prata, que se supunham existissem por estas latitudes.

Na virada do séc. XVII para o XVIII outra mercadoria entraria na lista de interesses dos desbravadores: o gado vacum e muar. Segundo Hameister (2002, pp. 28-29) as primeiras referências ao rebanho do futuro Continente de São Pedro foram feitas pelo Padre da Companhia de Jesus Simão de Vasconcelos, em 1663<sup>70</sup>, mas se passariam pelo menos 30 anos até que o gado se transformasse em mercadoria. Com a descoberta das minas de ouro nas Minas Gerais na década de 1690 desenvolve-se um mercado interno para os animais vacuns e principalmente muares, e as

---

1684, neste trabalho utilizaremos como referência o ano de 1684, pois é quando a família Brito Peixoto se instala definitivamente no local. Para maiores informações sobre o debate na historiografia catarinense ver KÜHN, 2006, Cap. 1.

<sup>69</sup> CABRAL, 1968, p. 39.

<sup>70</sup> “*Daqui em diante [Rio Tramandaí] até o Rio da Prata, seguem-se as campinas já ditas, cheias de imensidade de gado, caça, cavalos, porcos monteses, e muitos outros gêneros que andam em bandos (...)*” Vasconcellos in CESAR, 1988, 34 *apud* HAMEISTER, 2002, p. 29.

atividades de preia e arrebanhamento destes animais, antes realizadas somente para o consumo imediato, ganham maior impulso.<sup>71</sup>

Se os paulistas, ávidos por riquezas, cruzaram os territórios meridionais para saquear as Missões e prear índios, parece impossível que não tenham percebido a infinidade de animais que pastavam aos campos. Se não os levaram junto é porque não tinham o que fazer com eles. Antes do ouro, gados no pasto eram apenas gados no pasto e não riqueza traduzível em valores monetários. Assim, como uma “poupança” que a cada período de reprodução aumentava, os gados ficaram no sul, até o momento em que foram postos em movimento para as regiões mais centrais da Colônia.<sup>72</sup>

A exploração comercial dos gados trouxe os povoadores para o extremo-sul de forma mais intensa, pois, nesta fase, era necessário estabelecer estâncias onde o gado pudesse ser reunido e posteriormente encaminhado às capitânicas do centro. As transformações que ocorreram na economia interna a partir da mineração acabaram por incluir esse território no circuito mercantil da Colônia. Para abastecer a região mineradora o gado *vacum*, utilizado na alimentação, foi o primeiro produto a ser exportado do extremo-sul, mas os muares foram o centro das atenções dos comerciantes. Estes animais eram muito úteis no transporte de cargas no interior da Colônia, uma necessidade cada vez mais premente considerando-se que as minas de ouro ficavam distantes do litoral, e eram produzidos a partir do cruzamento entre asnos e éguas, num hibridismo que não ocorre naturalmente, sendo necessária a intervenção humana no processo de reprodução.<sup>73</sup> Por esse caráter híbrido, as mulas

---

<sup>71</sup> “[...] ao que tudo indica, a exploração comercial das mercadorias animais só se tornou possível porque passou a existir um mercado capaz de consumi-las.”. HAMEISTER, 2002, p. 70.

<sup>72</sup> *Idem*, p. 71

<sup>73</sup> “É um processo complexo, que passa pela separação dos rebanhos de distintas espécies – os asininos e os eqüinos – sub-repartidos por sexo, isolados dos reprodutores de outros animais de sua própria espécie, requerendo vigilância constante para não pôr a perder o burro reprodutor (burro hechor). Este é o animal mais caro presente nos inventários de fazendeiros, chegando a valer 15 cavalos mansos. O alto preço deste animal é devido ao adestramento e tratamento especial desde o seu nascimento, para posterior cobertura de éguas, também condicionadas desde filhotes à aceitação dos burros reprodutores. As éguas para este tipo de produção receberam também uma designação própria, chamadas de éguas de cria, éguas de cria de mulas, ou éguas de ventre”. *Idem*, pp. 74-75.

não eram encontradas vagando pela Vacaria del Mar (como era o caso do gado *vacum*), e, num primeiro momento, eram adquiridas na província de Corrientes em território espanhol.

No momento em que se abre um mercado consumidor para os rebanhos da Vacaria del Mar a situação política dos lusos brasileiros na planície platina se agudiza, os sucessivos cercos a Colônia de Sacramento fizeram com que a Coroa passasse a apoiar as investidas particulares no extremo-sul. Já apresentamos aqui as iniciativas fluminenses e vicentinas com relação ao povoamento do extremo-sul, resta salientar que na maioria delas a Coroa atuou apenas indiretamente, limitando-se a conceder mercês àqueles que obtinham algum sucesso, e que a perda do controle sobre a Colônia força a tomada de atitude concreta (talvez primeira) no sentido de apoiar o povoamento do sul: a ordem para a fundação do presídio Jesus-Maria-José (futura vila de Rio Grande) em 1737. Exemplo paradigmático desse encontro entre os interesses da Coroa e particulares é o já referido encontro do Brigadeiro Silva Pais com o Coronel Cristovão Pereira de Abreu, no local onde o primeiro tinha ordens para erguer uma fortificação.

Cristovão Pereira de Abreu (ou apenas Cristovão Pereira) era natural de Ponte de Lima, bispado de Braga, em Portugal. A data de seu nascimento é incerta, variando de acordo com os autores entre 1678 e 1680. Na segunda metade da década de 1690 teria chegado a Sacramento onde *“fez parte dos primeiros grupos de homens que se lançaram à extração dos couros dos bovinos selvagens das imediações do presídio, fabricando este produto em larga escala.”*<sup>74</sup> Ao que tudo indica ele teria vindo de Portugal sozinho, ou melhor, sem a companhia dos pais, e com poucas posses, mas não completamente desamparado. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, muito provavelmente, ele foi recebido por um aparentado chamado Cristovão de Ornelas Abreu<sup>75</sup>, ou alguém a seu mando. Ornelas de Abreu foi comandante da Colônia de

---

<sup>74</sup> HAMEISTER, 2002, p. 115.

<sup>75</sup> *“Não foi possível, ainda, conferir a veracidade desse parentesco aludido por Aurélio Porto junto à documentação paroquial portuguesa ou mesmo junto à genealogias que o incluam. Considerando que fraudes nos registros eclesiásticos e genealogias falsamente forjadas com o intuito de garantir uma nobreza ancestral aos*

Sacramento nos anos de 1683 e 1689, sendo seu governo marcado pela “*corrupção generalizada*”<sup>76</sup> e o contrabando com Buenos Aires.<sup>77</sup> Quando Cristóvão Pereira chegou a Sacramento Ornelas de Abreu já havia deixado o governo, mas segundo Hameister:

[...] não é inconcebível pensar que as relações estabelecidas por Cristóvão de Ornelas Abreu estivessem longe de se esmaecerem totalmente, e em sua ausência, ter deixado o jovem aparentado sob os auspícios de algum amigo ou mesmo um familiar seu. E as relações de Cristóvão de Ornelas extrapolavam os limites da praça de Sacramento, fazendo vau ao Prata e negociando mercadorias com o “inimigo” mesmo estando o fundador, D. Manuel Lobo, sob prisão em território espanhol.<sup>78</sup>

A partir desses possíveis contatos Cristóvão Pereira iniciou seus negócios ligados ao comércio de couros e animais. Reza a lenda que ele em pessoa embrenhou-se na campanha em busca do gado, “*por jovem que era ou por desprovido de capital, fez-se necessária a sua atuação nas coureadas e nas negociações diretas com os índios que vendiam gado e couros*”.<sup>79</sup> Atuando na campanha entre as estâncias dos padres jesuítas (próximas ao rio Jacuí) e a Vacaria del Mar, Cristóvão Pereira expunha-se a grandes riscos, não só aqueles relativos a topografia do lugar, mas também aos ataques de indígenas e espanhóis que dominavam a área. Perigo compensado pelo lucro que advinha dessa atividade que foi de tal monta que em 1702

---

*poderosos desse período, obtenção de distinções, ingresso nas ordens militares ou em certas confrarias não foram tão raras assim (Mello: 2000), esses laços familiares ficam sob suspeita até que se possa investigá-los. No entanto, essa informação não é de todo desprezível, e dando um voto de confiança ao autor da História das Missões Orientais do Uruguai, considerar-se-á aqui a possibilidade de realmente existir algum vínculo entre esses dois Cristóvãos”. HAMEISTER, 2002, p.123.*

<sup>76</sup> POSSAMAI, 2004, p. 22. “*Em março de 1683, Teixeira Chaves voltou para o Rio de Janeiro, deixando no governo de Colônia o tenente Cristóvão de Ornelas de Abreu. Parcela considerável da culpa pelo fraco desenvolvimento de Colônia durante os primeiros anos do restabelecimento dos portugueses deve-se à má administração de Ornelas de Abreu, que se preocupou mais em enriquecer que em buscar o desenvolvimento da povoação*”. POSSAMAI, 2005, p. 47.

<sup>77</sup> “*Pois era certo que o Governador Dornelas, de conluio com o de Buenos Aires, fazia comércio por sua conta, não permitindo que os mais o fizessem, chegando a ponto de mandar ao fundo um lanchão de particulares que comerciavam às ocultas*”. MONTEIRO, 1937, v.1, 108 *apud* HAMEISTER, 2002, p. 123.

<sup>78</sup> HAMEISTER, 2002, p. 122.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 119.

aproximadamente uma década depois de estabelecido em Sacramento, Cristovão Pereira já havia reunido capital suficiente para arrematar o direito sobre o quinto dos couros.

O quinto dos couros e gado em pé “*consistia na arrecadação de 20% de todos os couros produzidos e sobre o gado em pé vendido para fora da Capitania*”.<sup>80</sup> Instituído pela Coroa em 1699, este imposto era aplicado apenas no sul da Colônia e tinha o seu recolhimento leiloado em praça pública podendo ser arrematado por particulares que deviam, por tempo determinado (geralmente de três anos), pagar um valor fixo anualmente. A arrecadação era feita em moeda ou em produtos (no caso, couros e gados), sendo a segunda forma mais recorrente, inclusive aceita pela Coroa no pagamento do contrato.<sup>81</sup> Cristovão Pereira arrematou o direito de arrecadação desse imposto em 1702, o primeiro triênio em que este foi a leilão.

Considerando a imprecisão da data de nascimento de Cristovão Pereira, ele poderia ter entre 19 e 24 anos de idade quando desta arrematação – o que, ainda assim, é considerada pouca para este tipo de atividade. Também era alto o valor desse contrato. Segundo Aurélio Porto, era de 70.000 cruzados ao ano. Essa quantia evidencia o conhecimento, por parte de representantes da Coroa, dos grandes valores movimentados nesse negócio. E conhecimento das potencialidades da exploração dos couros por parte do arrematador do contrato. Queda a pergunta sobre as maneiras que teria um jovem para aproximar-se do mais lucrativo negócio e do mais lucrativo imposto cobrado na região.<sup>82</sup>

Para arrematar o contrato do quinto dos couros que “*naquele tempo era um dos maiores daquela conquista*”<sup>83</sup>, Cristovão Pereira precisava de um ou mais fiadores que tivessem cabedais suficientes para arcar com um contrato tão alto. Acreditamos que a rede de solidariedade a qual Cristovão Pereira pode ter sido inserido por seu

---

<sup>80</sup> OSÓRIO, 1999, p. 206.

<sup>81</sup> “*Esta taxação era cobrada também dos couros adquiridos aos castelhanos e aos índios e dos outros subprodutos dessa extração: os sebos e as línguas postas em barris de salmoura que eram enviadas para o Rio de Janeiro e consumidas como iguarias.*”. HAMEISTER, 2002, pp. 115-116.

<sup>82</sup> *Idem*, pp. 117-118.

<sup>83</sup> PORTO, 1943, v.1, p. 354 *apud* HAMEISTER, 2002, p. 116.

aparentado ilustre tenha lhe permitido a fiança necessária para arrematar este contrato, pois segundo Hameister “*Ainda que não se conheçam os critérios específicos para que alguém pudesse arrematar e contratar os couros, para todas as adjudicações havia a necessidade comum: deveriam ambos, fiador e arrematador, contar com cabedais, boa reputação e boas relações na praça*”.<sup>84</sup> Duas informações nos remetem a construção de uma rede de relações bastante variada por parte de Cristovão Pereira: seu contato com os ilustres intermediado por Ornelas e sua atuação direta na preia do gado junto a indígenas e peões. Mesmo que sua entrada tenha sido parcialmente facilitada por seu aparentado, a permanência de Cristovão no mercado dos animais dependia de sua capacidade de manter e ampliar essas redes. Por ter se empenhado pessoalmente na *colheita*<sup>85</sup> do gado na Campanha Cristovão Pereira fez contato direto com indígenas, homens livres, libertos e escravos, súditos tanto da Coroa espanhola quanto da portuguesa, e essa variedade de relações sociais foi fundamental tanto para iniciar o negócio quanto para mantê-lo e ampliá-lo.<sup>86</sup>

A prosperidade dos negócios de Cristovão Pereira só seria atrapalhada pelos conflitos bélicos que se desenrolavam na região. O clima tenso certamente dificultava suas relações com súditos e indígenas espanhóis, mas em termos práticos a guerra entre as duas Coroas não impedia o trânsito de suas mercadorias.

Os marcos divisórios estabelecidos pelas duas Coroas eram antes de mais nada uma membrana permeável às relações sociais entre os seus súditos. Os elos humanos da grande cadeia de relacionamentos e parentescos moviam-se através dela senão a bel prazer, ao menos com muita desenvoltura.<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> HAMEISTER, 2002, p. 117.

<sup>85</sup> O termo colheita era utilizado para a atividade de preia de gado, pois remetia a abundância desses animais.

<sup>86</sup> Hameister fala de relações estabelecidas por Cristovão Pereira com gente do Chile e Buenos Aires: “*Não foram raras as vezes que Cristóvão Pereira manteve negócios e relações de amizade com gente do Chile e de Buenos Aires (Carta de Cristóvão Pereira a Gomes Freire de Andrade – 1736, in BR, 1946: 360), tendo, nos idos de 1730, procurador constituído nessa cidade.*” (2002, pp. 123-124).

<sup>87</sup> *Idem*, p. 125.

O *limite teórico* delineado pelo tratado de Tordesilhas entre as Coroas ibéricas, conforme já explicitamos, de forma alguma pode dar conta da heterogeneidade deste espaço. Ele confrontou-se sempre com uma fronteira em constante processo de formação e transformação, pois, entendemos, e apresentamos aqui, a *fronteira* como um espaço de circulação de pessoas e mercadorias, que não deve ser confundido com o *limite* político, estático e definido por tratados e acordos, ou seja, mesmo que podendo ser utilizada para *indicar* o limite político é um espaço socialmente construído, que pretende dar conta da ação dos sujeitos naquele espaço. Os contatos de Cristovão dos dois lados da *fronteira diplomática* mostram que esse limite não fazia parte do cotidiano das pessoas que ocupavam aquelas paragens como algo *imobilizador*.

A colônia de Sacramento permanece sob domínio espanhol de 1705 a 1716, e segundo Hameister (2002, p. 119), Cristovão Pereira possuía ainda em 1705 o contrato do quinto dos couros, algo que chama atenção, pois se a Coroa portuguesa havia perdido a posse de Sacramento seu único território próximo a Vacaria del Mar, onde era recolhido o gado como poderia sobre ele cobrar impostos?

Esse fato é um tanto instigante e que merece estudo futuro: o território estava perdido para os portugueses, mas a cobrança de uma taxa instituída pela sua Coroa continuava a valer para essas terras, agora sob domínio de Espanha.

Novamente há indicativo de não haver limites claros entre o que se julgava ser o Continente do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental e que, mesmo estando em guerra os dois países europeus, de forma aberta ou velada o comércio entre os súditos de ambos continuava existindo. Também percebe-se que a rixa, transformada em guerra nas imediações da única praça lusa no Prata, era nascida muito mais nas altas esferas do que entre aqueles que compartilhavam das mesmas atividades. Mesmo que transformado em soldados, beligerantes cada qual na defesa de sua Coroa, seus negócios prosseguiram.

Denota, por outro lado, que a Coroa lusa – malgrado suas incessantes tentativas de manter a posse territorial – mais do que deter este território, procurava garantir a manutenção dos negócios de seus súditos com espanhóis e autóctones. Disso dependia o acesso da Coroa às riquezas provindas desta região. Até o descobrimento do

ouro, Sacramento era a grande fonte de acesso luso aos metais preciosos, justamente através do comércio legal e do contrabando.<sup>88</sup>

Portanto, podemos afirmar que mesmo com os conflitos em Sacramento os negócios de Cristovão Pereira continuavam a prosperar. Pacificada a fronteira, na década de 1720 uma nova oportunidade de negócio é vislumbrada por Cristovão Pereira: o transporte terrestre de animais para outras localidades. A descoberta desse novo mercado não foi exclusiva de Cristovão Pereira, houve um aumento na demanda por carnes salgadas, couros e animais muares na região das Minas Gerais que rapidamente passou a ser suprida pela região sul.<sup>89</sup>

Num primeiro momento os animais eram transportados de Sacramento até Laguna onde eram abatidos e transformados em carne salgada, através do “Caminho da Praia” que ligava as duas localidades via litoral e era a única via de acesso ao extremo-sul desde pelo menos 1703, quando foi descrita por Domingos da Filgueira<sup>90</sup>, e utilizada por tropeiros.

O caminho da costa do mar era o mais seguro, porque menos infestado de índios. Mas, ao atravessar o Mampituba, entrando em santa Catarina, essa via de acesso esbarrava nos taimbés e serranias de Araranguá. Ali, deviam as tropas alcançar o planalto, rumo aos campos de Curitiba e Sorocaba, por trilhos sinuosos e alcantilados, quase impraticáveis, que dificultavam enormemente a condução das alimárias.<sup>91</sup>

<sup>88</sup> HAMEISTER, 2002, pp. 119-120.

<sup>89</sup> *Idem*, pp. 129ss. Ver também: PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1977, pp. 94-100. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1999. Pág. 76-77. SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul – Século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1984. (Brasiliense, V. 379). CÉSAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 7-28. SILVA, Elmar Manique da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. PETRONE, Maria Thereza Schorer. As áreas de criação de gado. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Difel, v. 2, pp. 218-227, 1977. OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*, Tese de Doutorado, UFF, 1999.

<sup>90</sup> “Como viajar, por terra, da Colônia do Sacramento a Laguna”. In: CÉSAR, 1998, pp. 47-51.

<sup>91</sup> CÉSAR, 1980, p. 93.

Por conta desse traçado dificultoso o Caminho da Praia era demasiadamente demorado e cansativo, tanto para os condutores quanto para os animais, e acarretava muitas perdas. Com o aumento da demanda tornou-se urgente a abertura de um novo caminho. Em 1721 Bartolomeu Paes de Abreu enviou ao governo um pedido de licença para abrir uma estrada que ligasse São Paulo a Sacramento via sertão, nele Paes de Abreu pedia como contrapartida grande porção de terras, a patente de Capitão-mor do distrito do Rio Grande, o posto de Guarda-mor das minas que se descobrissem no trajeto e ainda a isenção de impostos sobre os animais que exportasse (ele e seus sócios) pelo período de 9 anos.<sup>92</sup> Segundo Fortes (1931, p. 135) Paes de Abreu não recebeu autorização, pois o Governador Rodrigo César de Menezes estava absorvido pelos negócios do Mato Grosso, onde haviam sido descobertas minas de ouro, mas acreditamos que as avultadas mercês solicitadas também tenham contribuído para a negativa.

Sendo ainda muito necessário ao bom andamento dos negócios do sul, o projeto foi retomado em 1727 quando assumiu a capitania de São Paulo Antônio Caldeira da Silva Pimentel que designou Francisco de Souza Faria para a empreitada. Seu plano era de, chegando a Laguna por via marítima, partir em direção a foz do rio Araranguá e dali seguir pelo planalto, no entanto, não o pode levar a cabo sem dificuldades políticas. Aos habitantes de Laguna não interessava esse novo caminho, pois até o momento era a pequena vila que centralizava o trânsito de animais vindo do Rio Grande e para impedir tal prejuízo, liderados por seu Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, puseram-se a atrapalhar os planos de Souza Faria.

Francisco de Souza Faria partiu do porto do Rio de Janeiro em finais de 1727 acompanhado por 35 pessoas em direção a Laguna, no caminho aportou nas vilas de Paranaguá, São Francisco e na Ilha de Santa Catarina procurando nesses locais

---

<sup>92</sup> FORTES, 1931, p. 132.

“alguma gente mais para a diligência em que ia”.<sup>93</sup> Após, aproximadamente, três meses de viagem ele chega a Laguna acompanhado de 96 pessoas, permanecendo nesse local por “dois meses, não só para dar descanso a toda a tropa, prepará-la do necessário, e prover-me de novos Práticos, mas também para consultar ao Capitão-mor da dita Vila, segundo as instruções que trazia de S. Paulo”.<sup>94</sup> Nesse momento a oposição dos lagunenses se efetiva. Fazia pouco mais de dois anos que o Capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto havia organizado e enviado, a cargo de seu genro, João de Magalhães, uma expedição ao território sulino com a intenção de povoar a fronteira do Rio Grande, claro está que além de instalar uma estância nas proximidades de São José do Norte e de arrebanhar boa quantidade de gado essa empreitada trouxe ao Capitão-mor o conhecimento sobre as possibilidades do lugar. Foi este conhecimento que baseou a oposição do mesmo ao novo caminho, pois seu possível controle sobre os rebanhos do Continente se via ameaçado.

No papel de *apaziguador*, temos a interferência de Cristovão Pereira:

Neste tempo me achava eu na nova Colônia do Sacramento, e tendo esta notícia, me pus logo a caminho a ver o estado em que se achava esta diligência, e chegando a Vila da Laguna achei ao dito Francisco de Souza com alguma gente, mas quase impossibilitado a dar a execução ao que se ordenava, porque o Capitão-mor da dita vila, ou pelos motivos já ditos, ou por contemplação dos moradores das Vilas de Santos, Parnaguá, e Curitiba, com quem era aparentado, simuladamente lhe fazia impossível, principalmente na gente, porque tanto se lhe alistava de dia como lhe fugia de noite; e vendo-o eu neste estado, cuidei em aplicar-lhe o remédio, fazendo-o primeiro congraciar o dito Francisco de Souza, com o Capitão-mor a quem não falava, e tive a fortuna de que ele pusesse a caminho com boa ordem e a gente necessária em Fevereiro de 728.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> Notícia – 1ª Prática. Dada ao R.P.M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavalaria Francisco de Souza faria, primeiro descobridor, e abridor do dito caminho. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIX, parte I, 1908, p. 237.

<sup>94</sup> Notícia – 1ª Prática. Dada ao R.P.M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavalaria Francisco de Souza faria, primeiro descobridor, e abridor do dito caminho. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIX, parte I, 1908, p. 237.

<sup>95</sup> Notícia – 3ª Prática. Dada pelo Coronel Cristovão Pereira d’Abreu, sobre o mesmo caminho, ao R.P.M. Diogo Soares. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIX, parte I, 1908, p. 256.

Cristovão Pereira em sua *Notícia* apresenta alguns dados que julga comporem as razões para o embargo dos lagunistas a empreitada de Souza Faria. Segundo ele os principais protestos partiam de moradores de Santos, Paranaguá e Curitiba, uns por viverem escondidos nesses locais “*por crimes ou por outros iguais motivos, como régulos sem obediência nem temor algum de justiça*” e temerem por suas liberdades, outros por serem proprietários de pequenas fazendas nos Campos de Curitiba temiam a desvalorização de suas propriedades e culturas. Por isso, acrescenta Cristovão Pereira, corriam boatos na região de que “*Paulistas antigos*” davam o sertão a ser percorrido para abertura do novo caminho como *impraticável* e que a região seria alvo fácil de ataques de indígenas por serem os ditos confinantes às aldeias administradas pelos Padres Jesuítas. Acrescentaremos a estas razões o fato de que havia o perigo real de que Laguna fosse excluída da rota comercial, e de que as vilas citadas por Cristovão Pereira foram povoadas por famílias paulistas assim como Laguna e por isso, muito provavelmente, estavam interconectadas por elos de parentesco.<sup>96</sup>

Até o momento não sabemos quais foram os argumentos utilizados por Cristovão Pereira para persuadir os lagunistas a permitirem a partida de Souza Faria, mas sabemos que ele não conseguiu completar a obra, e, principalmente sabemos que foi Cristovão Pereira quem a concluiu e por isso recebeu todas as honrarias e mercês. Segundo Fortes (1931, p. 139) o fracasso de Souza Faria deve-se a “*fraqueza*” do mesmo como chefe sertanista:

Preferiu tomar muito ao pé da letra as Instruções do Governador de São Paulo e **talvez influenciado tendenciosamente pelas sugestões dos habitantes da Laguna**, foi buscar o itinerário menos aconselhável, dada a natureza da região. Na parte onde inaugurou a construção é onde a Serra do Mar muito se aproxima da costa e onde se apresenta em alcantás de elevado perfil.

[...]

As dificuldades que venceu foram tremendas e, segundo penso, devidas à falta de verdadeira orientação do chefe e de seu piloto.

---

<sup>96</sup> *Notícia – 3ª Prática. Dada pelo Coronel Cristovão Pereira d’Abreu, sobre o mesmo caminho, ao R.P.M. Diogo Soares. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIX, parte I, 1908, p. 255.*

Tomaram estes um rumo geral e seguiram por ele a despeito das dificuldades, que iam superando pela força e não pela inteligência.<sup>97</sup>

Ousamos afirmar que a *inteligência* que faltou a Souza Faria sobrou a Cristovão Pereira. Fortes (1931, p. 141) afirma que Souza Faria não usou adequadamente “*um velho roteiro de sertanistas que, seguido, lhe facilitaria melhor acesso ao planalto, poupando-o a exaustivos trabalhos e ganhando tempo para chegar a Curitiba*”, porém, ao que o autor identifica como fraqueza e falta de inteligência por parte de Souza Faria preferimos creditar a uma manobra por parte de Cristovão Pereira e Francisco de Brito Peixoto que o conduziu a erro, afinal ambos conheciam a região, por onde circulavam há bastante tempo, provavelmente conheciam o roteiro e dele poderiam não ter dado o devido conhecimento a Souza Faria, sendo levados a esse procedimento por seus interesses compartilhados. Em comum os grupos representados por esses dois líderes mantinham o desejo de controlar o fluxo de gado que vertia da Banda Oriental e adjacências, e, posteriormente, ambos se beneficiaram com o novo trajeto proposto por Cristovão Pereira.

Logo após a saída de Souza Faria de Laguna, Cristovão Pereira retornou a Sacramento onde pretendia reunir (e reuniu) uma tropa de cavalos e bestas muares para transportar através do novo caminho aberto por Souza Faria

[...] e, na consideração de que o acharia feito, parti daquela Praça com 800 cavalgaduras e cheguei a este porto (do Rio Grande São Pedro) nos fins de outubro de 1731, e passando à parte do Norte, achei várias pessoas com um grande número de animais para entrarem ao dito caminho; e, sem embargo de haver notícia certa que os descobridores tinham saído fora, nenhum se animava a isto; assim por se dizer que o tal caminho necessitava de reformado e de muito benefício.<sup>98</sup>

Constatando que o novo caminho não poderia ser utilizado Cristovão Pereira dirigiu-se a São Paulo para ter com o General Caldeira Pimentel com quem pretendia

---

<sup>97</sup> FORTES, 1931, p. 138. Grifos nossos.

<sup>98</sup> *Notícia – 3ª Prática. Dada pelo Coronel Cristovão Pereira d’Abreu, sobre o mesmo caminho, ao R.P.M. Diogo Soares.* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIX, parte I, 1908, p. 257.

buscar “*nova providencia de gente armas, ferramentas, e munições*”<sup>99</sup> para consertá-lo. Recebendo apoio do General, Cristovão Pereira entrou no caminho com 60 pessoas, depois de refeitos alguns trechos pelo caminho, finalmente, começaram a passar as tropas reunidas por Cristovão Pereira em São José do Norte. Além de melhorar o trânsito na parcela do caminho aberta por Souza Faria, Cristovão Pereira introduziu uma importante mudança em seu traçado ao ligar parte da estrada ao Caminho da Praia através de um desvio na altura do atual município de Palmares (RS) que seguia em direção ao rio Rolante, afluente do rio dos Sinos, rumo a serra.<sup>100</sup> Este novo rumo e sua ligação com a estrada de Souza Faria foi chamado de Caminho dos Sertões (ou caminho de Cristovão Pereira, ou ainda Estrada dos Tropeiros) e concluído por Cristovão Pereira entre 1730 e 1740, cruzava o território conhecido como *Campos de Viamão*, que, segundo Kühn (2006, p. 106) já era conhecido por paulistas e lagunistas que exploravam o Rio Grande pelo Caminho da Praia e compunham-se de “*todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro*”. Uma das famílias que lideravam esse processo de exploração e apropriação dos Campos de Viamão foram os Brito Peixoto, por esta razão acreditamos que o Capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto se unira a Cristovão Pereira para não perder precocemente o domínio dessa região.

Anos antes, em 1715, o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto recebeu do governador do Rio de Janeiro Francisco da Távora ordens para examinar as campanhas do Sul até Sacramento averiguando se em algum daqueles sítios haviam se instalado algum estrangeiro, e para cumprir essa tarefa enviou de Laguna uma pequena expedição composta por cinco homens brancos com alguns escravos, “*os quais depois de tudo explorarem até à aldeia dos Índios Charruas de São Domingos Soriano, ao voltar com a notícia de que se conservavam desimpedidos, foram atacados, aprisionados e despojados de armas e roupa por um troço considerável de índios, de cujo cativoiro, passados*

---

<sup>99</sup> *Notícia – 3ª Prática. Dada pelo Coronel Cristovão Pereira d’Abreu, sobre o mesmo caminho, ao R.P.M. Diogo Soares. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIX, parte I, 1908, p. 257.*

<sup>100</sup> Ver Mapa em anexo 1.

*tempos, conseguiram escapar*".<sup>101</sup> Aquém desse pequeno incidente, nova expedição foi enviada ao sul pouco tempo depois, e dessa vez composta por 40 homens brancos e 25 escravos, que retornou a Laguna com boa porção de gado e quarenta indígenas aprisionados nas margens do Rio Grande, que declaravam terem sido para lá enviados pelos padres das reduções para escolher um sítio para a instalação de novas aldeias. Estes indígenas foram libertos pelo Capitão-mor de Laguna que com eles enviou carta aos missionários jesuítas "*na qual lhes intimava que todo aquele território pertencia ao domínio português, e, portanto se abstivessem não só de ali erigir povoações, mas até de o devassar pelos seus emissários*".<sup>102</sup>

Neste contexto que parte a mais conhecida e documentada expedição de lagunistas no território do Rio Grande, a *frota* de João de Magalhães, em 1725. Essa expedição, apesar de ter aprisionado 14 índios, não tinha essa como principal meta, Magalhães pretendia fundar uma povoação no Rio Grande e fazer contatos com os índios minuanos para assegurar o livre fluxo de gado. Para assegurar o caminho foram estabelecidas as primeiras estâncias: Cosme da Silveira se instalou nos Campos de Viamão (próximo a futura freguesia de Viamão), e Antônio de Sousa, Francisco de tal e seu genro João Garcia Dutra instalaram-se no campo de Capivari, "*além de outros que por lá ficaram*".<sup>103</sup>

Dessa forma, a agência de Brito Peixoto associada à de Cristovão Pereira trouxe ao Rio Grande os primeiros povoadores, que ocupando o território que iniciava ao sul do rio Mampituba, confrontando a leste com o oceano Atlântico e a oeste e a sul com o Guaíba e a lagoa dos Patos, ainda não traziam suas famílias, *povoando* a região com seus animais, estabelecendo núcleos de cercamento do gado, composto apenas de agregados e escravos.<sup>104</sup>

---

<sup>101</sup> SÃO LEOPOLDO, 1982, p. 65.

<sup>102</sup> *Idem*, p. 65.

<sup>103</sup> GOULART, 1961, pp. 43-44.

<sup>104</sup> Cristovão Pereira se destaca como conquistador e é esse status que lhe permite ser o homem de confiança a receber e apoiar as ações da Coroa impetradas por Silva Paes em Sacramento e na barra do Rio Grande.

Apresentamos até aqui duas ordens de interesses que deram início a ocupação do extremo-sul da Colônia: por parte da Coroa interessa defender e ampliar suas fronteiras meridionais, representado pela fundação, e luta pela manutenção, de Sacramento, e, por parte de particulares, ligados ao comércio de gado, interessa manter em atividade as redes de comércio e solidariedade construídas pelas expedições que desbravaram o território. E, ainda conforme o dito até aqui, percebemos que a estratégia por parte da Coroa de permitir a agência *quase autônoma* de particulares em seus domínios não era novidade, incapaz de manter suas conquistas há muito recorria a estes agentes para dar conta desse *Real Serviço*. Esse foi o caso do auxílio dado por Cristovão Pereira à expedição do Brigadeiro Silva Paes. Mas devemos lembrar que em contrapartida, esses particulares, ao cooperarem com a Coroa recebiam além das mercês régias o reconhecimento de sua autoridade frente seus liderados, legitimando seu poder *de fato*, independente de ser ou não *de direito*, e, no caso, do novo território político que se inaugurava, tornando-os aptos ao exercício do poder político local.

Em última análise, a fundação de Laguna e do presídio Jesus-Maria-José, futura vila de Rio Grande, marcam a convergência dos interesses luso-brasileiros e Reais no extremo-sul da Colônia. A pacificação da região do Prata através do armistício de 1737 transformou migração para a *fronteira* uma possibilidade de sobrevivência e ascensão, expediente especialmente utilizado pela elite paulista:

Migrar significava poder tentar reproduzir as práticas sociais dos antepassados em outras regiões. Este seria um padrão característico da elite paulista, que seria replicado na fronteira meridional, em maior ou menor medida.<sup>105</sup>

Apesar do caráter transitório dos primeiros estabelecimentos, esse movimento proporcionou a efetiva ocupação do futuro Rio Grande do Sul. Em 1747 foi criada a freguesia de Viamão, desmembrada de Laguna, que posteriormente deu origem a

---

<sup>105</sup> KÜHN, 2006, p. 21.

diversas freguesias, como Triunfo (1756), Santo Antônio da Patrulha (1763) e Porto Alegre (1772), marcando a consolidação da expansão portuguesa rumo ao sul, com especial destaque a agência da “*empresa familiar paulista*”.<sup>106</sup> Essa característica pôde ser identificada por Kühn (2006) que em sua tese de doutorado nos apresenta além da família Brito Peixoto pelo menos mais três famílias paulistas que se ocuparam da expansão meridional<sup>107</sup>, Hameister (2002) nos lembra que uma variedade de pessoas foi atraída pelo sul, e é interessante notar que nos dois casos os caminhos que cruzavam a região foram facilitadores dessa migração sem que a distância geográfica rompesse os laços de reciprocidade e parentesco que uniam as famílias dos migrantes:

O Caminho das Tropas não uniu apenas geograficamente os pontos de atividade de pouso, internada e comércio de animais que ficavam ao longo de seu trajeto. Aproximou a gente que habitava os povoados, pequenos ou grandes, que passaram a contar com um fluxo sazonal, mas constante, de peões, condutores, comerciantes, tratadores e adestradores de animais. As famílias se utilizavam da rota. O contato entre membros de comunidades por vezes com mais de mil ou mil e quinhentos quilômetros entre elas se fazia através dos migrantes. Estes deixavam seus lugares de origem e de nascimento, mas não rompiam os vínculos com tais localidades.<sup>108</sup>

Esse movimento se refletiu no aumento da população dos Campos de Viamão, em 1746 já residiam na região cerca de 60 famílias, com aproximadamente 280 pessoas.<sup>109</sup> Em 1741 foi erguida a primeira capela nos Campos de Viamão com invocação a Nossa Senhora da Conceição, nesse ano Kühn (2007, p. 49) contabiliza 32 fogos<sup>110</sup>, mas destaca que “*a grande ‘arrancada’ no povoamento de Viamão se deu entre*

---

<sup>106</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>107</sup> *Idem*, especialmente capítulo 2, sub-capítulo 2.3.

<sup>108</sup> HAMEISTER, 2002, p. 137.

<sup>109</sup> KÜHN, 2004, p. 65.

<sup>110</sup> Fogos eram unidades domiciliares ou, na linguagem da época: “*As pessoas que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Os parentes e aliados. O que está sob o pátrio poder*” SILVA, 1813, p. 96 *apud* MOREIRA, 2008, p. 185-200. Segundo Kühn (2006, p. 65) no Antigo Regime, fogo era um termo similar ou equivalente à família.

*finais da década de 1740 e princípios da década de 1750”*. Após 1750, novo impulso será dado ao povoamento com a definição das fronteiras políticas entre as Coroas ibéricas no Prata pelo Tratado de Madrid; nele ficou acordado que Portugal entregaria Sacramento em troca da região das Missões onde estava instaladas aldeias guaranis administradas por padres jesuítas. A demarcação desse tratado foi bastante turbulenta (como não poderiam deixar de ser as relações nessa fronteira), e levou alguns anos, mas importa aqui destacar que a partir desse momento tomam raízes mais profundas os interesses da Coroa sobre o extremo-sul. Uma das ações que demonstram isso foi o subsídio dado pela Coroa para a migração de casais do arquipélago dos Açores para ocupar a área que lhe cabia pelo Tratado de Madrid. Recrutados em 1747, os primeiros casais chegaram entre 1749-1750 à ilha de Santa Catarina, de onde deveriam ser transferidos, mas nunca chegaram nem perto das Missões. Os planos portugueses e espanhóis esbarraram na inédita resistência indígena de massa conhecida como Guerra Guaranítica, e os casais acabaram se instalando nos Campos de Viamão, especialmente nas regiões próximas aos rios Jacuí e Guaíba.<sup>111</sup>

Portanto, a partir da década de 1740 intensifica-se a migração de moradores de Laguna em direção aos Campos de Viamão, e segundo Kühn

Vários motivos podem ter contribuído para que a região se tornasse atraente aos olhos de muitos povoadores: o relativo esvaziamento econômico de Laguna, que provocou a migração de alguns de seus moradores para Viamão; a fundação da vila de Rio Grande em 1737, ponto de referência para os povoadores portugueses de Viamão, que para lá se deslocavam para batizar seus filhos, por exemplo; ou ainda

---

<sup>111</sup> Sobre migração açoriana: CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período Colonial. Porto Alegre: Editora do Brasil, 1980. Cap III – Colonização Açoriana.; FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*. Presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 1978. GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. [Doutorado em História]. NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975. Sobre a Guerra Guaranítica: GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998. REIS, A.C.F.. Os tratados de limites. In: HOLANDA, S.B. de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 5.ed. São Paulo: Difel, 1976, v.1. pp. 364-380.

a própria dinâmica econômica da região, cada vez mais integrada aos mercados consumidores de gado do sudeste brasileiro.<sup>112</sup>

A primeira vila, chamada de Viamão, é fundada em 1747. Kühn (2004) nos apresenta alguns dados demográficos a respeito dessa ocupação, utilizando como principal fonte os róis de confessados, que apesar de não serem muito comuns em estudos de caráter populacional, podem lhe dar uma rica contribuição, desde que fiquemos atentos às suas limitações de origem. Ou seja, não muito diferente do que deve fazer o historiador com outras fontes, é necessário atentar para uma série de fatos que levaram a produção de determinado documento, principalmente sua finalidade e autoria. Neste caso, temos uma listagem *“Para constar, que todos os fiéis cumprem com a obrigação da Confissão, e Comunhão na Quaresma”*<sup>113</sup> coligidas pelos padres em cada paróquia, onde deviam constar os nomes de cada um dos fregueses, bem como o local exato de suas residências. Segundo Sirtori,

O cuidado principal que devemos tomar diz respeito à análise de cada rol como distinto dos demais, uma vez que com a mudança de párocos e de distinção (inserção ou não) na sociedade colonial, muda-se a forma de produzir o documento: acrescentam-se informações; organizam-se fogos de acordo com o papel de cada um de seus habitantes; incluem-se viandantes; ou estes dados deixam de estar presentes. A atenção central deve estar em se considerar cada rol único, o que, por outro lado, não significa a impossibilidade de compará-los, mas tratá-los como uma série homogênea pode ser enganoso.<sup>114</sup>

Ciente dessas dificuldades e atento ao manejo dessas fontes, Kühn contabiliza para a freguesia de Viamão, no ano de 1751, 631 moradores distribuídos em 118 fogos, com uma média de 5,35 fregueses por unidade, que agrupados por condição social apresentam o seguinte quadro:

---

<sup>112</sup> KÜHN, 2004, p. 49.

<sup>113</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título 37, p. 61.

<sup>114</sup> SIRTORI, 2006, p. 5.

**Tabela 1 – Estratificação social de Viamão – 1751**

Condição social	Nº pessoas	%
Homens escravos	204	32,4
Homens livres	197	31,2
Mulheres livres	108	17,1
Mulheres escravas	62	9,8
Administrados	20	3,2
Camaradas	14	2,2
Índios	14	2,2
Agregados	07	1,1
Pardos forros	05	0,8
Total	631	100

Fonte: KÜHN, 2004, p. 50.

Apenas 4 anos após a sua fundação a freguesia já estava dividida em dez “*bairros rurais*”, o rol abrangia todos esses locais, a saber: o Arraial, Morro Santa Anna, Beira-Rio, Lombas, Estâncias de Fora, Rio dos Sinos, Caí, Taquari, Guarda de Viamão e Em Cima da Serra. Sendo que o maior era a Guarda de Viamão, com 31 fogos, seguida pelo Morro de Santa Ana com 20, e Estâncias de Fora, com 18. A partir desses dados, o autor chama a atenção para o “*elevado número de escravos em um período tão recuado da colonização lusa*”<sup>115</sup>, pois 45,4% da população da freguesia era composta por escravos, sendo 42,2% de origem africana, e 3,2% de “*administrados*”, ou seja, escravos indígenas.

Já dissemos aqui, que na primeira fase da ocupação as estâncias eram montadas e deixadas a cargo de agregados ou escravos, sem que o proprietário trouxesse sua família, esse dado pode ter interferido no baixo número de pessoas livres proporcionalmente ao de escravos. Mesmo com essa característica, Kühn (2004, p. 51) ressalta que esses números são bastante significativos frente aos encontrados para zonas mineradoras ou de *plantation*, e não compatíveis com uma região voltada ao mercado interno como era o extremo-sul colonial.

Para efeitos comparativos, podemos citar a zona rural de Buenos Aires, onde as pessoas de “*cor*”, cativas ou não, perfaziam somente

---

<sup>115</sup> KÜHN, 2004, p. 50.

15,6% em 1744 ou ainda a vila de Sorocaba em 1772, onde apenas 15,6% da população era composta por escravos. Todavia, os números de Viamão não parecem tão discrepantes quando comparados ao Piauí colonial, outra conhecida região de pecuária. Em 1762, segundo um levantamento da população das fazendas do Piauí, havia cerca de 2.400 moradores, dos quais mais de 1.300 eram escravos. Ou seja, 55% do total de moradores.<sup>116</sup>

Essas informações a respeito da estratificação social no início do povoamento do Rio Grande do Sul servem de firme contraponto à historiografia tradicional, notadamente a inaugurada pelo Instituto Histórico da Província de São Pedro (1860) e continuada pela primeira geração de associados do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), fundado em 1921, e produzida até meados do século XX. Estes estudos identificados com os ideais nacionalistas do período<sup>117</sup>, buscavam uma identidade brasileira e nacional para o Rio Grande do Sul, para isso o caminho escolhido fora o da ligação entre o Estado e Portugal. O General João Borges Fortes foi um dos autores que mais contribuiu para essa vertente, identificada por Gutfriend (2004, pp. 2) como *lusitana*, pois em seus estudos sobre o Rio Grande do Sul no período colonial o autor defende que os *casais açorianos* foram trazidos para povoar o sul, *espaço vazio*, onde bravamente defenderam as fronteiras lusas e construíram o Estado.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> KÜHN, 2004, p. 51.

<sup>117</sup> “O RS, na década de 20, após o conflito interno que passou à História como Revolução Assisista, encerrado com o Pacto de Pedras Altas, gradativamente encaminha-se para um projeto conciliador amplo. As oposições políticas gaúchas, inseridas na vaga dos nacionalismos e até então radicalizadas, aproximam-se e reorientam suas ambições, abandonando as disputas internas. Unidas em uma Frente Única, focam seu interesse em aagauchar o Brasil pretendendo, em verdade, ter o estado sulino reconhecido no contexto brasileiro e garantir espaços no centro do poder. É com esta intenção que não apenas historiadores mas também políticos empenham-se em construir uma identidade brasileira e nacional para o estado gaúcho.” GUTFRIEND, 2004, p. 1.

<sup>118</sup> Deste autor: FORTES, João Boges. Troncos seculares: o povoamento do Rio Grande. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, I trimestre 1932, nº 45, ano XII, p. 03-14. \_\_\_\_\_. O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. III trimestre 1933, nº 51, ano XIII, p. 03-119. \_\_\_\_\_. A frota de João Magalhães. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre I trimestre 1934, nº 53, ano XIV, p. 63 -93. \_\_\_\_\_. O povoamento do Rio Grande. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre III trimestre 1934, nº 55, ano XIV, p. 123-46. \_\_\_\_\_. Velhos caminhos do Rio Grande. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre IV trimestre 1938, nº 72, ano XVIII, p. 203-54. \_\_\_\_\_. O levante dos Dragões do rio

A obra do General Borges Fortes sobre os casais açorianos, na qual praticamente nega a presença africana na formação do Rio Grande, é emblemática neste sentido. Como este autor, mas com diferentes matizes de racismo, toda uma corrente de historiadores de ampla circulação regional afirmaram a pouca significação da escravidão, a origem ariana da população e o igualitarismo das relações sociais: “no campo de luta, com raríssimas exceções, senhores, escravos, peões e agregados, nivelavam-se tratando-se quase como de iguais para iguais”. Em toda essa produção afirma-se a “democracia racial” e a “democracia rural gaúcha”.<sup>119</sup>

A presença escrava foi sempre minimizada por essa corrente historiográfica, e considerada de pouca importância para a economia do Continente, pois estaria localizada em atividades específicas, como nas charqueadas. As lides da estância estariam a cargo de mão-de-obra predominante livre, o peão

Quanto ao regime de trabalho, o gaúcho clássico, o “gaudério”, trabalhador andejo do campo, era um concorrente natural do escravo. Os grandes proprietários, por sua vez, mesmo não fazendo maiores inversões, na compra de escravos, dispunham no campo, ao primeiro apelo, de trabalhador qualificado, esse gaúcho a cavalo, pronto a prestar-lhes ajuda, nos rodeios e apartes, na marcação e nas tropeadas, mediante “conchavo” (contrato de serviço). Salvo nas charqueadas, no transporte de mercadorias e nos portos. Nesses trabalhos duros, desdenhosamente refugados pelo “monarca das coxilhas”, o negro era o trabalhador preferido. O homem da Campanha, de uma forma ou de outra, recusava tal sujeição.<sup>120</sup>

Na década de 1930, influenciado pelas obras de Gilberto Freire, o advogado Dante de Laytano inicia uma nova fase nos estudos sobre a presença escrava no Rio Grande do Sul ao analisar documentos e relatos em busca de pistas sobre escravidão.

---

Grande de 1742. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre II trimestre 1939, nº 74, ano XIX, p. 217-23. \_\_\_\_\_. Fundação do Rio Grande. In: *Anais do II Congresso de História e Geografia Sul -Rio-Grandenses*. Vol. 2. Porto Alegre. Livraria do Globo, 1937. pp. 203-39. \_\_\_\_\_. A Estância. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, nº 93. Porto Alegre, 1944, p. 8-26. FORTES, João Borges. *Casaes História*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1932.

<sup>119</sup> OSÓRIO, 1999, pp. 14-15.

<sup>120</sup> CÉSAR, 1979, pp. 22-23.

Em suas obras “*Os africanismos no dialeto gaúcho*” (1936), “*O negro e o espírito guerreiro*” (1937), entre outras, permanecem em evidência a “*democracia racial*” e “*democracia rural gaúcha*”, constata-se a existência dos escravos, no entanto, o tratamento a eles dispensado seria mais humano do que no restante do país.<sup>121</sup> Em 1962, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso dedica-se a analisar também a escravidão no Brasil meridional, em sua obra “*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*”.<sup>122</sup>

No que se refere ao período colonial, os estudos sobre a presença escrava, e afro-descendente em geral, ainda merecem maior atenção. Desde pelo menos a fundação de Sacramento temos notícia de escravos circulando pelo extremo-sul da colônia.

Já em 1680, quando da fundação da fortaleza, os portugueses levaram para Sacramento escravos destinados ao comércio, pois, segundo depoimento de um soldado espanhol, o filho do capitão de um navio português ofereceu-lhe dezesseis ou dezessete negros, enquanto que o capelão do mesmo navio queria vender-lhe seis ou oito escravos além de outras mercadorias. Um piloto português que o mesmo conheceu em Buenos Aires disse-lhe ainda que “*trazia seis moleques para vender*”. Alguns anos depois, numa carta datada de 1691, o governador D. Francisco Naper de Lencastre relatava que o número de escravos diminuía sensivelmente em Colônia devido à venda de muitos deles em Buenos Aires, vendas cujo montante ultrapassava a quantia de vinte mil pesos.<sup>123</sup>

O comércio de escravos na região platina era bastante intenso. Entre meados de 1744 até dezembro de 1745, 435 escravos teriam sido vendidos aos espanhóis

---

<sup>121</sup> LAYTANO, Dante de. *Os Africanismos do Dialeto Gaúcho*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1936. (Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul). \_\_\_\_\_. *O Negro e o Espírito Guerreiro nas Origens do Rio Grande do Sul*. In: CONGRESSO (2<sup>o</sup>) Afro-brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940. \_\_\_\_\_. *As Congadas do Município de Osório*. Porto Alegre, Edição da Associação Riograndense de Música, 1945. (Boletim de Estudos do Folclore do Rio Grande do Sul).

<sup>122</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Para uma excelente revisão historiográfica sobre os estudos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, ver: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.) *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional*. Guia bibliográfico. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. 392 p.

<sup>123</sup> POSSAMAI, 2008, p. 1.

através de Sacramento, segundo estimativa feita por Possamai (2008, p. 2) a partir da arrecadação de uma taxa sobre cada escravo vendido aos espanhóis, introduzida pelo Brigadeiro Silva Paes, e em vigor nesse período.<sup>124</sup> Lembramos que esse número se aproxima ao número total de escravos da freguesia de Viamão alguns anos depois. Sendo o rio da Prata e os Campos de Viamão regiões onde a economia baseava-se primordialmente na pecuária, estes números, que obviamente não contabilizam o contrabando, nos permitem, mais uma vez, questionar o mito de que a mão-de-obra escrava foi pouco usada no Rio Grande porque não *servia* a pecuária.

Em análise da “*Relação de moradores que tem campos e animais no Continente*” elaborada em 1784<sup>125</sup>, Osório identifica 1.564 proprietários de terras. Neste documento era necessário que o Provedor indicasse “*qual é o negócio em que se empregam os seus moradores, se na lavoura, se em criação de animais*”<sup>126</sup>, apesar da significativa lacuna gerada pelas ocupações não-informadas na lista, foi possível identificar 4 grandes categorias de ocupações, a saber: “*lavrador*”, “*criador*”, “*criador e lavrador*” e “*mais lavoura que criação*”.

A primeira constatação que a “*Relação*” possibilita é a de que no Rio Grande, região comumente considerada como o “*reino da pecuária*”, o número de possuidores de terras dedicados à agricultura predominavam amplamente sobre os criadores de gado. Se considerarmos os “*lavradores*” e aqueles que se dedicavam “*a mais à lavoura do que à criação*” de animais, temos um contingente de 56,7% dos censados o que equivale dizer, das unidades produtivas

---

<sup>124</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>125</sup> Esta *Relação* foi mandada realizar pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza ao Provedor da Fazenda do Rio Grande Diogo Osório Vieira no ano de 1784 e tinha como objetivo conhecer a real situação da distribuição de terras no extremo-sul, nela deveriam constar o nome do ocupante, os títulos de propriedade que possui (ou não), o nome de antigos proprietários, a atividade à qual se dedica e a espécie e número de animais existentes na propriedade. O provedor realizou a relação de cada distrito e freguesias a partir dos títulos comprobatórios enviados pelos possuidores, após seu requerimento através de edital e, na falta desses, das informações dos capitães de tropas auxiliares de cada localidade. Esses documentos foram enviados entre agosto de 1784 e fevereiro de 1786 ao Rio de Janeiro, exceto aqueles que se referem às freguesias de Conceição do Arroio, Santo Antônio da Patrulha, Caí e Lombas, que podem ser acessados através dos borradores sob guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. OSÓRIO, 1999, pp. 65-66.

<sup>126</sup> Ofício do vice-rei do Brasil ao Provedor da Fazenda Real. Rio de Janeiro. 07/03/1784. ANRJ, cód. 104, v. 6, fls. 562-563 *apud* OSÓRIO, 2004, p. 77.

existentes. Eliminando-se os casos não informados do número total de registros, este percentual chega a 67,6%, contra 26,8% dos “criadores” e “criadores e lavradores” somados. A importância numérica deste grupo na configuração da paisagem agrária e produtiva do Rio Grande fica aqui evidenciada.<sup>127</sup>

Portanto, apesar de terem sido os rebanhos da Vacaria del Mar um dos principais atrativos para o povoamento do Continente, a pecuária não foi a *única* atividade desenvolvida, pelo menos nesse período inicial. A leitura do trabalho de Osório (1999) deixa claro um perfil produtivo que combina a lavoura com a criação. A peculiaridade do caso do Continente está no tamanho dos rebanhos possuídos por esses “*Estancieiros que plantam*”, enquanto que na capitania da Paraíba do Sul, em 1785, o proprietário de 22 cabeças de gado era classificado como “*criador*”, no Continente, novamente utilizando a “*Relação*” como fonte, Osório percebeu que aqueles indicados como “*lavradores*” possuíam em média 61 cabeças e os “*mais lavoura*” possuíam em média 104, ou seja, no Continente para ser considerado criador um proprietário deveria ter em suas terras 5 vezes mais cabeças de gado que em outras paragens.

Nessas unidades mistas o uso de mão-de-obra escrava foi indicado por Osório e reforçado por alguns outros autores dedicados a história agrária e econômica.<sup>128</sup> Novos estudos baseados em consistentes levantamentos empíricos vem paulatinamente desvendando o papel do escravo na economia do Rio Grande do Sul, Moreira em diferentes trabalhos apresentou o escravo como força de trabalho na cidade e suas relações<sup>129</sup>, Berute empreendeu análise das características demográficas

---

<sup>127</sup> OSÓRIO, 2004, p. 77.

<sup>128</sup> Ver: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. 320 p.; \_\_\_\_\_. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. 1. ed. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1997. 208 p.; FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. TESE (História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007; GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. DISSERTAÇÃO (História) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

<sup>129</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo*. Experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforria - Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. \_\_\_\_\_. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço

dos escravos traficados e a caracterização da dinâmica de funcionamento do circuito mercantil no sul<sup>130</sup>, Aladrén e Scherer buscaram entender a busca pela liberdade<sup>131</sup>, Oliveira identificou a presença de escravos em zonas de imigração europeia<sup>132</sup>, Weimer debruçou-se sobre o período pós-abolição e o destino dos ex-escravos.<sup>133</sup> Desta forma, concluímos que como mercadoria ou como força de trabalho, o escravo esteve presente desde o início do povoamento do Rio Grande do Sul.

A presença a que estamos nos referindo não foi apenas pontual, possuir cativos era algo bem mais disseminado. Retornando a análise dos róis de confessados examinados por Kühn, o de 1778, mostra que a estratificação social se mantém, a proporção de escravos frente ao montante geral cai um pouco, desaparecem os *administrados*, mas a quantidade de fogos com cativos aumenta: 66% deles possuíam pelo menos um escravo. O autor indica a semelhança desses números com alguns indicados para a Capitania da Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, “*uma possível explicação para este aparente paradoxo seria a maior vinculação destas regiões (Viamão e norte fluminense) com as redes do tráfico atlântico sediadas no Rio de Janeiro, nesta ocasião o maior porto importador de cativos do Brasil*”.<sup>134</sup>

---

urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003, v.1. 356 p. \_\_\_\_\_; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

<sup>130</sup> BERUTE, Gabriel. *Rio Grande de São Pedro do Sul: uma análise do tráfico doméstico de escravos (1788-1822)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. (Dissertação de Mestrado em História)

<sup>131</sup> SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo, UNISINOS, 2008. (Dissertação de História). ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas Paragens do Sul: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008. (Dissertação de Mestrado em História)

<sup>132</sup> OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais - século XIX*. 2005. Dissertação (História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Esta dissertação foi publicada, ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais - século XIX*. Porto Alegre, EST, 2006.

<sup>133</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Livres pela lei: um estudo sobre a transição da escravidão ao trabalho livre em dois municípios do Rio Grande do Sul. Conceição do Arroio e São Francisco de Paula, 1880-1900*. 2007. Dissertação (História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A presente dissertação foi publicada: *Os Nomes da Liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo, Oikos / Editora da UNISINOS, 2008.

<sup>134</sup> KÜHN, 2004, p. 55.

Foi neste cenário, ou nestas paisagens continentistas, que vários indivíduos pardos foram tentar fortuna. Suas trajetórias se confundem com a primordial ocupação dos Campos de Viamão, espaço fronteiro que, como vimos, primava pela pluralidade étnica. É a eles que no próximo capítulo direcionaremos nossos olhares.

## Capítulo 2



Debret - Tropeiro

*Bastardo, Tropeiro e Pardo:*  
Inácio José de Mendonça e a formação  
da freguesia de Santo Antônio da  
Patrulha.

## 2. BASTARDO, TROPEIRO E PARDO: INÁCIO JOSÉ MENDONÇA E A FORMAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA.

O Caminho de Cristovão Pereira ao cruzar o território da futura freguesia de Santo Antônio da Patrulha, impulsionou o povoamento dos campos de Cima da Serra; segundo Neis, este caminho teria sido o catalisador do estabelecimento de estâncias nesta região:

Sabemos que estradas valorizam geralmente as regiões por onde passam. É o que também aconteceu com a “Estrada dos Tropeiros”, que em poucos anos levou a civilização para toda a zona de Cima da Serra por onde passava, fazendo com que suas adjacências fossem ocupadas por sesmeiros e fazendeiros [...].<sup>135</sup>

As oportunidades abertas por esta estrada foram tantas que o próprio Cristovão Pereira, responsável direto pela abertura deste trajeto, recebeu um lote de terra nas suas proximidades. De fato, a região dos Campos de Cima da Serra foi uma das primeiras a ser ocupada regularmente e também onde foram concedidas as primeiras sesmarias. No Rio Grande as sesmarias foram concedidas principalmente como retribuição a serviços militares prestados, e muitas vezes uma ocupação anterior da terra precedia a legalidade da posse; com isso, no ano de 1755 receberam mercê, além de Cristovão Pereira, João de Magalhães, Jerônimo de Ornelas, Cláudio Guterres, Manoel de Barros Pereira, Inácio José de Mendonça, entre outros.<sup>136</sup>

Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que havendo Respeito me Representar por sua petição Cristovão Pereira de Abreu, que ele há muitos anos tinha povoado nos Campos de Cima da Serra de Viamão uma Fazenda de cria de gado vacum e cavalari entre os Rios das Farinhas e Camisas: e por não ter mais títulos, que a posse

---

<sup>135</sup> NEIS, 1975, p. 27.

<sup>136</sup> Todas essas cartas foram transcritas na Revista do Arquivo Público Mineiro entre os anos de 1921 e 1933: Cristovão Pereira de Abreu, vol. 24, p. 171; João de Magalhães, vol. 24, pp. 180-181; Jerônimo de Ornelas, vol. 24, pp. 63-66; Cláudio Guterres, vol. 24, pp. 206-207; Manoel de Barros, vol. 24, pp. 215-216; Inácio de Mendonça, vol. 24, p. 152-153.

queria tirar por Sesmaria três Léguas de terra na forma das Ordens de S. Mag. fazendo testado no Capão das Congonhas com as vertentes de uma, e outra parte, e costeando pelos ditos dois Rios com os fundos que der até a Serra donde tem o seu nascimento; [...] Dada nesta Vila do Rio Grande de São Pedro a vinte e três de Junho. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos cinqüenta e cinco. O Secretário da Expedição Manoel da Silva Neves a fez e escreveu Gomes Freire de Andrada.<sup>137</sup>

Não há indícios de que Cristovão Pereira tenha ocupado pessoalmente a área, pois falecera em Santos entre o final do ano de 1756 e o começo de 1757. O certo é que a localização de sua sesmaria era privilegiada. A área entre os rios Farinhas e Camisas além de ser muito propícia a agricultura por conta da fácil irrigação e solo fértil, permitia fácil acesso a Estrada dos Tropeiros por onde eram escoados os principais produtos. Não temos dados sobre a produção que Cristovão Pereira pode ter instalado em suas posses, mas é possível que ele tenha continuado a comerciar tropas. Já falamos neste texto a respeito dos negociantes que estimularam o estabelecimento de Sacramento e o comércio entre este local e o porto do Rio de Janeiro. O interesse destes homens de negócios pelas praças comerciais do extremo-sul engendrou a formação de um grupo mercantil específico ligado a produção de couros e arrebanhamento de animais, composto por negociantes de menor cabedal, *“necessariamente mais aventureiros”*, como Cristovão Pereira e os tropeiros que o acompanhavam. Foi este pequeno grupo que acabou por fixar-se definitivamente na fronteira sul, acompanhando e assegurando sua expansão.<sup>138</sup>

Segundo Osório, a formação desse grupo mercantil no extremo-sul esteve diretamente ligado ao movimento migratório vindo de Portugal

A imigração [sic] recente teve um importante papel na constituição e re-produção do corpo mercantil do Rio Grande. A trajetória Portugal-

---

<sup>137</sup> Registro de uma Carta de Sesmaria passada a Cristovão Pereira de Abreu. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XXIV, nº 1, 1933, p. 171.

<sup>138</sup> OSÓRIO, 2000, p. 102.

Rio de Janeiro-Rio Grande foi a mais comum entre os negociantes que se estabeleceram na capitania do extremo sul.<sup>139</sup>

Segundo Durães (2007), a migração fazia parte da cultura portuguesa desde pelo menos a Idade Média e esteve sempre relacionada ao melhor posicionamento em rotas comerciais.

Através de alguns testemunhos de que dispomos, sabemos que as raízes históricas do fenómeno remontam à Idade Média. Os portugueses aproveitando o surto comercial que então se verificou, formaram pequenas colónias de comerciantes nos principais portos do Mediterrâneo e do Atlântico Norte, para tratar não só dos seus negócios como dos interesses da Coroa portuguesa.<sup>140</sup>

Em sua pesquisa a autora analisa as correntes migratórias internas a Portugal: *“são os homens que se deslocam temporária e sazonalmente, para fora da sua região de origem, ausentando-se, durante alguns meses, na tentativa de obter recursos financeiros que complementem os rendimentos das suas pequenas explorações agrícolas”*.<sup>141</sup> A vinda para o Brasil tornou-se uma alternativa a parte desse grupo, que ao chegar ou passar por Lisboa, testemunharam o fortalecimento da rota Rio de Janeiro-Lisboa e a ela se associaram de diferentes formas. Àqueles indivíduos que se dedicavam ao comércio essa rota era bastante atraente, bem como a migração para pontos estratégicos da mesma (neste caso, a Colônia de Sacramento e o extremo sul da Colônia). Acreditamos que esse teria sido o caso de Cristovão Pereira, e também de um coevo seu Manoel de Barros Pereira, que também recebeu sesmaria nos Campos de Viamão em 1755.

---

<sup>139</sup> OSÓRIO, 2000, pp. 102-103. Destacamos o termo imigrantes do original para lembrar que atualmente discute-se o uso do termo *imigrantes* para os portugueses vindos ao Brasil durante o período colonial, visto que este território fazia parte do Império português, tratando-se, sob este ponto de vista, de migração.

<sup>140</sup> DURÃES, 2007, p. 237.

<sup>141</sup> *Idem*, p. 245. Durães utiliza como fonte o registro dos passaportes internos utilizados em Portugal durante o séc. XVIII e XIX, e em sua análise destaca o papel dos pedreiros da região do Alto Minho nessa movimentação.

Natural da Ilha de Santa Maria, nos Açores, Manoel de Barros Pereira nasceu aproximadamente em 1713, filho de Manuel Pereira e de Margarida de Barros. Aos 10/13 anos de idade já estava em São Paulo e *trabalhava* para o Sargento-Mor Sebastião Fernandes do Rego<sup>142</sup>, acompanhando os tropeiros e cuidando dos animais das tropas. Segundo Neis (1975, p. 78), Manoel de Barros foi para São Paulo em 1726 e aproximadamente sete anos depois, em 1733/34, chegou aos Campos de Viamão, com aproximadamente 20 anos. No processo de justificação de solteiro que faz em 1759, uma testemunha chamada Agostinho Guterres<sup>143</sup> disse conhecer Manoel de Barros há 30 anos “*quando foram pelo sertão com Cristovão Pereira abrindo o caminho*”.<sup>144</sup> Portanto, Manoel de Barros teria deixado São Paulo para embrenhar-se nos sertões com as tropas de Cristovão Pereira, envolvendo-se também na expedição de abertura da Estrada dos Tropeiros. Em 03/07/1734 ele assinou, juntamente com o Pe. Manuel da Silva Albuquerque e Antônio Lopes Cardoso uma representação contra as pretensões de Brito Peixoto, que pediu toda a costa de Tramandaí em sesmaria, o que nos indica que ele já havia estabelecido residência nos campos que em 1755 recebe por mercê:

Manoel de Barros Pereira morador em Viamão, que ele há muitos anos estava de posse de uma fazenda chamada Santo Antônio para a parte de Tramandi, em que tinha Casas, currais e animais assim vacuns, como Cavalares, cuja fazenda compreenderia três Léguas de terra de comprido e uma Léguas de Largo, partindo pelo Rumo do Norte com João Velho Barrete, pelo sul com Bernardo Pinto, pelo Rumo de Leste com Francisco Ribeiro Gomes, e pelo Oeste com o Arroyo chamado Capivari, e com uma Lagoa chamada Lingoeta ao pé da serra; (...) Dada nesta Vila do Rio Grande de São Pedro a vinte e seis de Outubro. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de

---

<sup>142</sup> Foi “*Provedor dos Quintos e Casa da fundição da cidade de São Paulo*” por diferentes períodos na década de 1720 e 1730. *Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo*, vol. XXVI, parte 1<sup>a</sup>, p. 88.

<sup>143</sup> Segundo Kühn (2002, p. 28): “[...] *um dos precursores do povoamento dos Campos de Viamão, o valenciano Agostinho Guterres, aportuguesado como Guterres. Ele era casado com Maria de Brito Peixoto, filha natural do Capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, com uma índia carijó. Apesar de sua origem hispânica, Guterres foi vereador na Câmara de Laguna em 1723, tendo se mudado, um decênio mais tarde, para os Campos de Viamão.*”. Ver também, do mesmo autor, 2006, Cap. 2, item 2.3.2.

<sup>144</sup> AHCMPA – “Autos de Justificação que fez Manoel de Barros Pereira”. Viamão, 1759/27. fl. 3.

mil setecentos, cinqüenta e cinco. O Secretário da Expedição Manoel da Silva Neves a fez e escreveu. Gomes Freire de Andrada.<sup>145</sup>

A propriedade de Manoel de Barros, diferentemente da de Cristovão Pereira, não estava localizada a margem da Estrada dos Tropeiros; ficava na costa da parte leste da Serra do Mar, entre a subida da Serra e o Caminho da Praia. No texto do registro, além da referência a posse anterior por parte de Manoel de Barros, destacamos a presença de lindeiros (João Velho Barrete, Bernardo Pinto e Francisco Ribeiro Gomes), suficientemente estabelecidos para servirem de referência à petição. Isso ilustra bem o movimento migratório constatado por Kühn em análise feita junto aos róis de confessados.

O avanço de tropeiros, estabelecidos como sesmeiros, nesta região estimulou a Coroa a instituir um Registro (espécie de pedágio), na margem da Estrada dos Tropeiros. Localizado no Campestre próximo ao rio Rolante há aproximadamente 5 ou 6 km da atual sede do município de Santo Antônio da Patrulha, e denominado na época de *Guarda* ou *Patrulha*, este registro tinha a finalidade de fiscalizar o movimento da estrada e cobrar os impostos sobre os animais e mercadorias que por ali circulavam. O *Registro da Serra*, ou *Registro de Viamão*, foi estabelecido no ano de 1735, fato que corrobora com nossa hipótese de que o requerimento de sesmaria feito pelos estancieiros do lugar fora precedido pela efetiva posse, e também demonstra a importância deste caminho para a economia do Continente naquela época, área onde, alguns anos mais tarde (1773), foi instalada a freguesia da Guarda Velha de Viamão (Santo Antônio da Patrulha).

Próximo ao Registro, no morro do Púlpito, temos a concessão de sesmaria dada a Inácio José de Mendonça em 1755:

[...] Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que atendendo a me Representar por sua petição Inácio José de Mendonça que ele há bastantes anos estava situado com casas e Roças na barda

---

<sup>145</sup> Registro de uma Carta de Sesmaria passada a Manoel de Barros Pereira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XXIV, nº 1, 1933, pp. 215-216.

do mato Geral da Serra de Viamão entre o cargo da Guarda Velha, cabeceiras do Rio Gravatahy, e a paragem chamada o Pulpito [...] <sup>146</sup>

Inácio José de Mendonça e Silva era pardo, filho do Padre Luís de Mendonça e Silva e de sua escrava Joana de Souza, nascido em Santos (SP) em 1705.<sup>147</sup> Assim como Manoel de Barros, Inácio de Mendonça também cruzava o Continente desde pelo menos a década de 1730. A mais antiga referência a sua passagem pelo Continente que encontramos data de 1742:

Diz Inácio José de Mendonça, **soldado dragão** da Companhia do Capitão José Inácio de Almeida, do Regimento que é Coronel Diogo Osório Cardoso, que ele Suplicante está contratado para casar com Antônia Gonçalves, natural da Laguna, e como o Suplicante se lhe faz preciso três meses de licença, para dentro deles pôr seus papéis correntes e receber-se em a dita Vila da Laguna, para cujo efeito tem a de seus oficiais, e a não pode conseguir sem a de V. S.<sup>a</sup> <sup>148</sup>

Em comum, Manoel de Barros e Inácio de Mendonça possuíam o *pioneirismo* na fronteira sul e a posse de terras importantes. Após se instalarem nos Campos de Viamão enredaram suas trajetórias formando uma mesma família. No mesmo ano de suas concessões de terras, 1755, Inácio de Mendonça casa com a única filha de Manoel de Barros, Margarida da Exaltação, parda, filha deste e de uma escrava sua.

[...] foi perguntada a mesma Margarida da Exaltação que [motivos tem] ela para casar com o dito Inácio José de Mendonça, disse que por muito seu gosto e vontade livre queria casar com ele, para o que lhe passara escrito de casamento e sendo-lhe apresentado o escrito disse que o escrito que lhe mostravam era o mesmo que ela passara ao dito Inácio José de Mendonça **feito de sua própria letra e sinal** e que **não**

<sup>146</sup> Registro de uma Carta de Sesmaria passada a Inácio José de Mendonça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXIV, nº 1, 1933, pp. 152-153.

<sup>147</sup> ACDO – Registro de óbito de Inácio José de Mendonça, Óbitos de Santo Antônio da Patrulha, livro 1, 20/03/1765, fl. 5v.

<sup>148</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Anais, volume I, Registro de um requerimento que fez o soldado dragão da Companhia de José Inácio de Almeida, José Inácio [sic] de Mendonça, p. 173. Grifos nossos.

**quer casar com outro homem mais que com ele** Inácio José de Mendonça [...] <sup>149</sup>

O texto acima faz parte do auto de perguntas feitas a Margarida da Exaltação da Cruz e Inácio José de Mendonça e Silva em 08 de agosto de 1755. Alguns dias antes Inácio de Mendonça apresentou ao Vigário da Vara, na Vila de Viamão, o bilhete feito de próprio punho por Margarida, onde esta prometia “*a Deus e a Virgem Maria de me casar com Inácio José de Mendonça [por ser] minha livre vontade e sem constrangimento de ninguém*”.<sup>150</sup> Inácio, de posse do documento, requereu ao Juízo Eclesiástico que mandasse buscar a moça na casa do pai. Em 03/09/1755 Margarida foi *seqüestrada* de casa e trazida à presença do vigário e em 08/09/1755 deu seu depoimento confirmando a vontade de casar-se com Inácio. Ato contínuo foi *depositada* na casa de Cláudio Guterres para esperar enquanto corriam os autos de justificação e os proclames. Casaram-se em 19/09/1755 na Igreja Matriz de Viamão.<sup>151</sup>

Inácio de Mendonça era viúvo de sua segunda esposa e Margarida era solteira, então porque foi necessária uma promessa por escrito e uma ordem de seqüestro da moça para habilitá-los a casar? O que os impedia? O pai da moça, Manoel de Barros Pereira.

Margarida da Exaltação da Cruz era filha bastarda do tropeiro, e na época já estancieiro, Manoel de Barros e de uma escrava sua chamada Tereza Pereira de Jesus. Batizada na fazenda de seu pai no ano de 1743, Margarida tinha então aproximadamente 13 anos de idade. Mesmo sem ter acesso ao registro do batismo de Margarida podemos inferir que Manoel de Barros sempre a reconheceu como filha, deu a ela o nome de sua mãe e, principalmente, preocupou-se com algo raro a época: a educação de Margarida.

---

<sup>149</sup> AHCMPA – Habilitação de casamento de Inácio José de Mendonça e Silva e Margarida da Exaltação da Cruz, 1755/29, fl. 4. Grifos nossos.

<sup>150</sup> AHCMPA – Habilitação de casamento de Inácio José de Mendonça e Silva e Margarida da Exaltação da Cruz, 1755/29, fl. 6. Reprodução do bilhete pode ser encontrada no anexo 2.

<sup>151</sup> AHCMPA – Habilitação de casamento de Inácio José de Mendonça e Silva e Margarida da Exaltação da Cruz, 1755/29, fl. 8.

Quanto consta, foi filha única de Barros, e recebia dele todo o amor e carinho paternos. Apesar de naquele tempo as moças, **inclusive as filhas de Jerônimo de Ornelas**, serem analfabetas, Margarida da Exaltação aprendeu a ler com perfeição e a escrever com muito boa caligrafia.<sup>152</sup>

Segundo Moraes, “até a segunda metade do XIX, as aprendizagens de leitura e escrita davam-se em momentos dissociados”<sup>153</sup>, aprendia-se primeiro técnicas de leitura num processo que durava de um a dois anos, e posteriormente, caso houvesse possibilidade, técnicas de escrita, somente depois as operações básicas de matemática. Buscando identificar o grau de instrução dos homens da elite do Continente no séc. XVIII, Kühn (2006, p. 165) analisou os termos de entrada dos irmãos na confraria do Santíssimo Sacramento de Viamão, que admitia somente membros da elite e que deviam assinar um termo, e concluiu que quase 80% dos irmãos sabiam assinar o nome, algo que indica que estes haviam superado pelo menos uma etapa do processo de *letramento*<sup>154</sup>, mas não garantia que seriam capazes de ler e escrever.

Se nem mesmo os membros da nascente elite rio-grandense preocupavam-se com as habilidades de leitura e escrita, bastando-lhes a assinatura, e no caso das moças, como as *distintas* filhas do pioneiro Jerônimo de Ornelas, nem isso, porque então Manoel de Barros investiria no *letramento* de sua filha bastarda? A bastardia por si só não era empecilho. Prova disso é que a principal família lagunense responsável pela expansão rumo ao sul, os Brito Peixoto, tinham boa parte da linhagem miscigenada, envolvida em relações consensuais.<sup>155</sup> Por isso acreditamos que esse investimento fizesse parte de uma estratégia de Manoel de Barros para

---

<sup>152</sup> NEIS, 1975, p. 115. Grifo nosso.

<sup>153</sup> MORAIS, 2007, p. 495.

<sup>154</sup> Considerando que boa parte dos letrados do período possuía formação autodidata ou aprendera a ler, escrever e contar em espaços não escolares, consideramos que a noção de *letramento*, utilizada para entender os usos sociais cultural e historicamente atribuídos a palavra escrita, é mais adequada a este estudo. Cf. MORAIS, 2007, p. 497.

<sup>155</sup> KÜHN, 2006, capítulo 1, especialmente item 3.

inserir-se através do casamento de sua filha nas principais famílias do Continente, pois em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime:

[...] os arranjos familiares eram fundamentais para o processo de reprodução social, engendrando uma lógica de funcionamento que levava em conta cálculos econômicos, mas também incorporava elementos de uma mentalidade ainda aristocrática, baseada nas premissas do enobrecimento social e da reciprocidade entre os agentes envolvidos na transação matrimonial.<sup>156</sup>

Acreditamos que a educação de Margarida fazia parte do seu *dote*. Manoel de Barros já tinha a seu favor suas boas relações com comerciantes de São Paulo por conta de sua atividade como tropeiro e o fato de ser um dos pioneiros na ocupação dos Campos de Viamão. Ao criar ou reafirmar alianças através do casamento de sua filha ele cumpriria com os atributos essenciais para pertencer à elite social: riqueza, *status* e poder<sup>157</sup>. As alianças que o casamento de Margarida poderia formar ou fortalecer, conseqüentemente garantiriam a Manoel de Barros o acesso ao poder local; mesmo que neste período, no nascente Continente de São Pedro, houvesse apenas uma vila (a de Rio Grande) e uma Câmara, as possibilidades estavam abertas. Já agraciado com a mercê de uma sesmaria, Manoel via desenvolver-se próximo a suas posses a freguesia da Patrulha, que brevemente precisaria de *homens bons* para a sua administração. Muito provavelmente, além de saber ler e escrever, Margarida também dominasse alguns códigos de comportamento *fidalgo*. Dessa forma, podemos imaginar porque Manoel de Barros se indispusera a dar a mão de sua única filha a um *pardo*.

Analisando os registros paroquiais de batismos da Freguesia de Viamão, podemos identificar indícios das estratégias de Manoel para adquirir/manter seu status social:

---

<sup>156</sup> KÜHN, 2006, p. 174.

<sup>157</sup> *Idem*, p. 174.

Tabela 2 – Manoel de Barros Pereira como padrinho.

Data	Batizado	Pais	Madrinha
27/05/1748	Juliana	Pedro Fernandes, natural das Índias de Espanha, e Teresa Pereira Tapanhuna, da costa da Mina, escrava de Manoel de Barros Pereira	Catarina de Lima, esposa de José Antônio de Vasconcelos
28/05/1748	Clemente	Sebastião, castelhano, e Isabel, índia Tape forra	Catarina de Lima Pinta, esposa de José Antônio de Vasconcelos
04/06/1748	José	José Leite de Oliveira, natural de Bastos, e Fabiana de Ornelas, natural de Guaratinguetá	Catarina de Lima Pinta, esposa de José Antônio de Vasconcelos
23/12/1753	Manoel	Remoaldo Correia e Eusébia Pires	Maria da Conceição
16/04/1754	Antônio	Gaspar Fernandes e Maria de Brito	Margarida Pereira
27/02/1758	Manoel	João Moreira, natural de São Paulo, e [Simoa] da Cunha, natural de Laguna	Maria Bernarda

Fonte: AHCMPA, 1º Livro de batismo de Viamão, fl. 7v, 8, 8, 42v, 49 e 90v respectivamente.

O sacramento do batismo celebra a entrada de um novo cristão na Igreja Católica; através dele o fruto do pecado da carne é salvo, conduzido à pureza pelos padrinhos, num ritual que representa a própria dualidade de Cristo (parte humano, parte sobrenatural). Por ser porta de entrada ao catolicismo este foi o sacramento que mais se difundiu entre todas as camadas da sociedade, e, felizmente, legou a nós historiadores um importante testemunho: o registro de batismo. A partir destes registros procuramos identificar as pessoas nas quais os pais confiavam a salvação de seus filhos e entender quais eram os atributos necessários para ocupar tão digno posto.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que estes registros são gerados dentro de um ritual cristão e que respeitam normas estabelecidas pelos dogmas da Igreja Católica; temos a clareza de que a própria instituição delegava poderes aos padrinhos:

[...] e que o Sacerdote, que batizar, declare aos ditos padrinhos, como ficam sendo **fiadores para com Deus** pela perseverança do batizado na Fé, e como por serem seus **pais espirituais**, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Cristã, e bons costumes. Também lhes declare o **parentesco espiritual**, que contraíram, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio: o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contraem somente entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai, e mãe; e entre o que batiza, e o batizado, e seu pai, e mãe; e o não contraem os padrinhos entre si, nem o que batiza com eles, nem se estende a outra alguma pessoa além das sobreditas.<sup>158</sup>

Ensinar a Fé Cristã, substituir os pais, proteger, estar ao lado. Estas eram as obrigações dos padrinhos para com seus filhos espirituais, mas o papel dos mesmos não se encerrava aí. O apadrinhamento entrelaçava não somente padrinho e afilhado; envolvia em parentesco também os pais da criança e por isso, nos parece tão fundamental a análise das pessoas envolvidas nesse ritual, pois essas pessoas são escolhidas porque compartilham do mesmo círculo de convivência, ou ocupam o lugar no qual os progenitores gostariam de ver seus filhos inseridos. Segundo Hameister: *“Ter um padrinho significava ter alguém que lhe dava fiança ante Deus e ante a sociedade”*.<sup>159</sup> Portanto, considerando que o compadrio é uma forma de vincular as pessoas entre si e só pode ser entendido *de dentro pra fora* (mesmo que seu sistema emane da Igreja e tenha uma interpretação espiritual), torna-se importante meio de análise das formas de construção das relações sociais.

Em três das seis vezes em que Manoel de Barros foi convidado a ser padrinho, ele compareceu a pia batismal ao lado de Catarina de Lima Pinta, esposa de José Antônio de Vasconcelos. Acreditamos que se trata do Capitão José Antônio de Vasconcelos, proprietário do Rincão dos Palmares *“cujas terras confrontam por uma parte com Manoel Jorge, por outra com Bernardo Pinto Bandeira ficando-lhe de um lado as praias deste Rio Grande, e de outro a estrada Geral, que vai para Ilha de Santa Catarina”*<sup>160</sup>,

<sup>158</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, livro 1, título XVIII, art. 65, p. 26-27. Grifos nossos.

<sup>159</sup> HAMEISTER, 2006. p. 187.

<sup>160</sup> Registro de uma carta de sesmaria passada ao capitão José Antônio de Vasconcelos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XXIV, nº 1, 1933, p. 207-208. Grifos nossos.

que em 1755 recebe mercê de sesmaria e é nomeado Capitão de Infantaria de Ordenanças:

Hei por bem nomear e prover (como por esta faço) em virtude do Capítulo dezenove do Regimento dos Governadores desta Capitania ao dito José Antônio de Vasconcelos no posto de Capitão de uma das três Companhias novamente formadas em Viamão termo desta Vila do Rio Grande de São Pedro, **cujo distrito compreenderá a Charqueada até o arroio Tramandy, e da Lagoa de Manoel de Barros até o arroio de Capivary**, cujo posto exercitará enquanto eu o houver por bem ou S. Mag. não mandar o contrário e será obrigado a Requerer ao mesmo Senhor pelo seu Conselho Ultramarino Confirmação do dito posto, **com o qual não vencerá soldo algum; mas gozará de todas as honras, graças, privilégios, Liberdades e isenções**, que diretamente lhe pertencer e **residirá no mesmo distrito**, sob pena de que não o fazendo se lhe dará baixa do dito posto.<sup>161</sup>

Criados em Portugal em 1570<sup>162</sup>, os Corpos de Ordenanças deveriam ser formados por todos os súditos capazes de pegar em armas, que prestariam serviço militar gratuito, agrupados em regimentos sob o comando superior de um Capitão-Mor. Apesar de arregimentar *todos* os súditos, o Corpo de Ordenanças não podia ser liderado por *qualquer* súdito, para isso eram necessárias algumas qualidades encontradas apenas entre os *principais da terra*.

Supunha-se que os membros das famílias localmente mais prestigiadas e antigas dispunham de uma autoridade natural, ou seja, sedimentada pelo tempo, que mais facilmente seria acatada pelos de baixo. Pensava-se também que os mais nobres e ricos seriam igualmente os que davam maiores garantias de isenção (“desinteresse”) e independência no desempenho dos seus ofícios, no sentido de poderem viver para eles sem deles viverem.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> Registro de uma Patente de Capitão de Infantaria da Ordenança passada a José Antônio de Vasconcelos, 09/09/1755. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XXIV, 1933, p. 195. Grifos nossos.

<sup>162</sup> “Os Corpos de Ordenanças se organizaram a partir d’O Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores, de 10 de dezembro de 1570, que foi a disposição legislativa tomada por D. Sebastião a fim de regular com maior precisão a vida militar em Portugal e em seus domínios ultramarinos, mantendo, assim, todos os súditos em condições de tomar armas sempre exercitados e aptos a servir na defesa da terra em caso de necessidade.”. Cf. MELLO, 2006, p. 29.

<sup>163</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1998, p. 325, *apud* MELLO, 2006, p. 31.

Como eram designados por zonas de atuação, o que no caso do Brasil se dava sobre capitânicas, vilas e distritos, esses regimentos acabavam por concentrar a *pequena nobreza local* e foram muito importantes não somente por sua função de defesa e manutenção da posse territorial, “*mas, também, devido ao papel e à relevância que assumiam em sua potencialidade simbólica de expressar e representar uma ordem social que se queria construir*”.<sup>164</sup> No ainda conturbado Rio Grande de São Pedro as alianças do poder central com as lideranças locais era fundamentais. Faria (2004, pp. 294), em análise da implantação das Ordenanças no Arquipélago dos Açores, destaca o papel estratégico que este regimento desempenhava no controle das rotas comerciais que por ali circulavam

A insularidade, a dispersão territorial, a distância ao Reino, as necessidades específicas de defesa do Arquipélago na rota da principal via do comércio marítimo intercontinental, infestada por corsários e piratas, ditaram para estes corpos militares, nos Açores, uma relevância única.<sup>165</sup>

Caso semelhante parece ter sido o do Rio Grande. José de Vasconcelos tinha *jurisdição* sobre um importante ponto de circulação de mercadorias e pessoas, pois pela indicação topográfica, é muito provável que dentro de sua jurisdição estava o ponto em que Cristovão Pereira abriu um desvio no Caminho da Praia em direção a Serra, e por onde desde sua abertura circulava a maior parte da produção de gado vacum e muar vindo da Campanha. O local onde estava localizada sua estância, entre “*as praias do Rio Grande*”, nome dado na época à lagoa dos Patos, e “*a estrada Geral, que vai para Ilha de Santa Catarina*”, que se não se tratava do Caminho da Praia muito provavelmente se tratava já do trecho de desvio rumo a serra, além da *boa vizinhança*, que contava com um aparentado da elite lagunense, Bernardo Pinto Bandeira, neto do Capitão-mor de Laguna Francisco de Brito Peixoto, fizeram com

---

<sup>164</sup> MELLO, 2006, p. 29.

<sup>165</sup> FARIA, 2004, p. 294.

que com a nomeação para o cargo de Capitão de Ordenanças, José de Vasconcelos se consagrasse como membro do seletivo grupo da *nobreza local*.<sup>166</sup>

A *antiguidade* da posse de José de Vasconcelos também pode nos indicar que Manoel de Barros e ele já possuíam algum tipo de relação (*no mínimo se conheciam*). Portanto, ao comparecer a pia batismal ao lado de Catarina de Lima, esposa de Vasconcelos, Manoel de Barros estava fortalecendo suas alianças com importante família da nobreza local, assim como, em contrapartida, José de Vasconcelos fortalecia sua rede incluindo mais um *pioneiro*. Essas redes de solidariedade construídas por ambos, se enredaram a uma *terceira*, também através do batismo: Manoel de Barros e Catarina de Lima foram padrinhos de José, filho de José Leite de Oliveira e Fabiana de Ornelas, filha de outro pioneiro, Jerônimo de Ornelas Menezes de Vasconcelos.

Fabiana de Ornelas era a filha mais velha de Jerônimo de Ornelas Menezes de Vasconcelos e de Dona Lucrecia Leme Barbosa. Seu pai foi um dos pioneiros na ocupação dos Campos de Viamão, se estabelecendo em área próxima ao atual Morro Santana em Porto Alegre, por volta de 1734. Natural da Ilha da Madeira, Jerônimo de Ornelas residiu em Guaratinguetá (SP), onde casou com Lucrecia Leme Barbosa, e lá tiveram 3 filhas (Rita, Maria e Fabiana). Por volta de 1729, o casal transferiu-se para a vila de Laguna. Essa transferência pode ter sido motivada pela oposição da família de Lucrecia ao seu casamento, mas havia também razões econômicas. Jerônimo já conhecia as potencialidades comerciais do extremo-sul, pois ele teve alguns filhos com mulheres nas Minas e em Curitiba, o que demonstra que permaneceu nestes locais tempo suficiente para *entreter relações* e apreciar suficientemente estes pontos cruciais da rota dos comerciantes de gado. Seja por motivos familiares ou econômicos, na escolha da vila de Laguna também deve ter sido levado em

---

<sup>166</sup> “[...] a importância dos cargos de ordenança não decorria somente do fato de eles serem posições de poder político que detinham supostamente competências de recrutamento e comando, mas possuíam ademais um importante valor de distinção simbólica, conferindo aos seus ocupantes, pelo menos de capitão para cima, o estatuto de nobreza local”. KÜHN, 2006, p. 283.

consideração o parentesco entre Lucrecia Leme e o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto; este era primo em segundo grau da mãe de Lucrecia.<sup>167</sup>

O contato com os pioneiros lagunenses trouxe Jerônimo de Ornelas aos Campos de Viamão, onde constituiu sua fortuna, utilizando para isso, além de seus negócios como estancieiro, as alianças através do casamento de suas oito filhas.<sup>168</sup> Os casamentos no período colonial se pautavam em critérios de *igualdade* entre os nubentes, não restritos a igualdade jurídica (livres/livres; escravos/escravos), como esclarece Brügger:

Ser igual significava, dentro da lógica patriarcal da sociedade, ter o que trocar. Assim, as uniões matrimoniais selavam alianças entre grupos familiares que tinham algo a se oferecer, reciprocamente, fosse prestígio social, riqueza, acesso a redes de poder, entre tantas outras possibilidades.<sup>169</sup>

A família Ornelas lançou mão dessa estratégia para casar suas filhas. As três primeiras uniram-se, ainda em Laguna, a homens de alguma forma ligados ao tropeirismo: Francisco Xavier de Azambuja, casado com Rita de Menezes, Manoel Gonçalves Meireles, casado com Antônia da Costa Barbosa, e José Leite de Oliveira, casado com Fabiana de Ornelas e compadre de Manoel de Barros; todos foram tropeiros, sendo que dois deles eram naturais do Minho (arcebispado de Braga, Portugal) e um de São Paulo. Nota-se claramente que estas escolhas estavam relacionadas à atividade desempenhada também por Jerônimo de Ornelas. Já estabelecido nos Campos de Viamão Ornelas casa o restante de suas filhas, e desta vez, há uma mudança no perfil de seus genros: dois eram militares de carreira, dois comerciantes e um lavrador, mas apenas uma característica se mantinha: três dos

---

<sup>167</sup> KÜHN, 2006, cap. 5.3.3.

<sup>168</sup> Jerônimo de Ornelas e Lucrecia Leme tiveram 10 filhos: Rita de Menezes, Maria Leme Barbosa, Fabiana de Ornelas, Antônia da Costa Barbosa, Gertrudes Barbosa de Menezes, Clara Barbosa de Menezes, Tereza Barbosa de Menezes, Brígida Ornelas de Menezes, José Raimundo Dorneles e Manuel Dorneles. Cf. KÜHN, 2006, anexo A, figura 7.

<sup>169</sup> BRÜGGER, 2007, p. 226.

genros eram oriundos do Minho, um de Coimbra e um da Ilha da Madeira, ou seja, todos *reinóis*.<sup>170</sup>

A escolha de genros tropeiros permitiu que Ornelas contasse com importantes parceiros para o estabelecimento de seus negócios nos Campos de Viamão. O passo seguinte seria ampliar e fortalecer os negócios, e neste momento, a aliança com genros militares e comerciantes provavelmente facilitou o acesso a redes mercantis, pois “*mesmo que tenham sido mercadores de menor expressão, certamente aportaram algum capital – ou alguns contatos – ao circuito familiar*”.<sup>171</sup> O sucesso dessas estratégias pode ser conferido no rol de confessados de 1758, realizado na freguesia de Triunfo<sup>172</sup>: juntos Jerônimo e seus genros possuíam 41 escravos, o que representava um terço de todos os cativos da freguesia.<sup>173</sup>

O casamento e o apadrinhamento eram alguns dos mecanismos de formação e reprodução da sociedade colonial. A *nobreza da terra* estava baseada na idéia de conquista. Mas se ser um dos conquistadores já garantia um lugar destacado na hierarquia social, incluindo a administração política das novas áreas, por outro lado, não garantia a manutenção do controle político; para isso estes indivíduos deveriam ser capazes de tecer redes de solidariedade, horizontais e verticais. O casamento servia muito bem a alianças horizontais, enquanto que o apadrinhamento poderia servir bem aos dois tipos de relações. Manoel de Barros havia se empenhado na construção das redes via pia batismal, parece-nos procedente que ele tivesse planos para o casamento de sua única filha.

Excluindo-se as ocasiões em que foi padrinho ao lado de Catarina de Lima, Manoel de Barros apadrinhou mais três crianças, todas filhas de casais de status *abaixo* do seu. Dois de seus afilhados receberam seu nome, um batizado em 23/12/1753, filho legítimo de Remoaldo Correia, filho de Remoaldo Correia e Luísa dos Santos, naturais e batizados na cidade do Faro, bispado do Algarve, e de Eusébia

---

<sup>170</sup> KÜHN, 2006, cap. 5.3.3.

<sup>171</sup> *Idem*, p. 221.

<sup>172</sup> Desmembrada de Viamão em 1757, para onde Ornelas se transferiu com sua família em 1757.

<sup>173</sup> A freguesia possuía nesse ano 126 escravos. KÜHN, 2006, p. 219.

Pires, filha de José Pires e Custódia Lopes, ambos naturais da Ilha de Santa Catarina; outro batizado em 27/02/1758, filho de João Moreira, natural de São Paulo e de Simoa da Cunha, natural de Laguna. O terceiro, Antônio, era filho legítimo de Gaspar Fernandes, filho de João Fernandes e Ana Fernandes, naturais da vila de Coura, arcebispado de Braga, e de Maria de Brito, filha de João Alves e Joana de Brito, parda forra, ambos naturais de Laguna. Pouco se pode apurar sobre esses casais, mas a título de hipótese, podemos inferir que no primeiro e no terceiro caso, Manoel de Barros possa ter sido convidado (por Remoaldo Correia e Gaspar Fernandes) por conta de todos serem *reinóis*, e que no segundo caso tenham Barros e João Moreira se conhecido em São Paulo.

Importante é destacar que o estabelecimento de vínculos verticais também faziam parte da dimensão política das redes de compadrio. Venâncio (2006), ao analisar as relações políticas e sociais formalizadas pelo batismo entre membros da elite e os detentores de altos cargos da república em Vila Rica (MG) no séc. XVIII nos apresenta a noção de “*intermediário social*”:

Caso o parentesco espiritual envolvesse a autoridade máxima da capitania, o compadre podia ter acesso ao rei, no sentido de conquistar graças e mercês, ou, mais simplesmente, ter uma petição sua atendida. Porém, os compadres menos poderosos serviam de intermediários do governador junto à população livre e pobre, transferindo parte da ascendência que tinha sobre ela à autoridade reinol. Dessa forma era criada uma rede política que podia começar entre humildes ex-escravas e terminar em famílias reais européias.<sup>174</sup>

O compadre exercia esse papel de intermediário social nas duas direções, seja no acesso a camada *superior*, buscando privilégios e mercês, seja frente aos *de baixo*, atuando na cooptação de aliados para a formação de uma base social. Gil (2007, cap. 4), ao analisar o contrabando na fronteira sul da Coroa portuguesa no séc. XVIII, entende o entrelaçamento dessas ligações horizontais e verticais como fundamentais

---

<sup>174</sup> VENÂNCIO, 2006, p. 287.

para a formação do *bando*<sup>175</sup>, este era a “*pedra filosofal do comércio ilícito*”. Para compreender como se processava o comércio ilícito no extremo-sul, Gil segue as pistas deixadas pelo *bando* formado a partir da família Pinto Bandeira e liderado por Rafael Pinto Bandeira.<sup>176</sup> Este *bando* agia na fronteira, especialmente no comércio ilícito de gado, e dele participavam desde membros das “*melhores famílias da terra*” até peões e soldados, cooptados, segundo Gil, de três formas: através de alianças matrimoniais, de coerção extra-econômica (violência física) e de laços de reciprocidade. A partir da análise da composição social do *bando* de Rafael Pinto Bandeira o autor conclui que ele se compunha tanto de relações *diádicas*, homem a homem, quanto de relações *escalonadas*, com vários níveis de intermediação, ou seja, para manter-se no exercício do poder de mando sobre o grupo de contrabandistas Rafael Pinto Bandeira “*podia tratar diretamente tanto com um capitão quanto com um soldado ou peão, dependendo da situação e da posição dos sujeitos dentro do bando e dos negócios ilícitos*”<sup>177</sup>.

No entanto, devemos destacar que mesmo considerando a existência dessas relações diretas entre a *elite* e os *populares*, a hierarquia social não estava em jogo, muito pelo contrário, essas relações contribuíam para a manutenção da mesma, “*o bando reproduzia, à sua própria maneira, a desigualdade congênita daquela sociedade,*

---

<sup>175</sup> Segundo Fragoso (2003, p. 20) *bando* “*referia-se à teia de alianças que tais famílias criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção. Estes pactos eram com senhores de engenhos não nobres, oficiais do rei e comerciantes, assim como amplas redes de alianças que incorporavam elites de outras regiões coloniais, autoridades em Salvador e em Lisboa. Incluíam, ainda, reciprocidades com segmentos subalternos da sociedade: lavradores, escravos, índios flecheiros, etc. através dessas práticas, as melhores famílias adquiriam algo indispensável em suas disputas: a cumplicidade de outros estratos sociais. Mais do que isso a composição dos bandos, legitimava a própria hierarquia estamental.*”

<sup>176</sup> Francisco Pinto Bandeira, pai de Rafael, era filho de José Pinto Bandeira, português, natural do bispado do Porto, que teria sido um dos primeiros povoadores de Laguna e membro da *frota de João Magalhães*, e de Catarina de Brito, filha do capitão-mor de Laguna Francisco de Brito Peixoto. Em 1738, Francisco Pinto Bandeira transferiu-se para os Campos de Viamão por conta de seu casamento com Clara Maria de Oliveira, filha de Antônio de Souza Fernando um dos primeiros povoadores da Colônia de Sacramento.<sup>176</sup> Portanto, a família Pinto Bandeira fazia parte do *seleto* grupo de desbravadores, aqueles que haviam empenhado suas pessoas e bens na conquista do extremo sul do Brasil. Cf. KÜHN, 2006, p. 208ss.

<sup>177</sup> GIL, 2007, p. 151.

*possibilitando o acesso de uns ao que a maioria não possuía*".<sup>178</sup> Essas interações entre os grupos faziam parte da dinâmica da rede, e era estratégia fundamental para sua formação. Devemos lembrar que estamos lidando com uma sociedade *tradicional* onde a família é a unidade essencial de referência para os indivíduos e unidade básica de distribuição dos bens sociais, *"é ela que delimita as oportunidades de vida de cada um de seus membros, aí incluídas as de manutenção e mudança da condição social em que se nasce"*<sup>179</sup>, por isso a importância dos elos firmados através dela.

No extremo-sul, onde as elites se forjaram através da conquista de novos territórios *empenhando suas fazendas*, fica mais claro entendermos que a formação da sociedade colonial foi fruto do movimento das relações sociais muito mais do que da atuação do poder político institucionalizado, relações estas onde conviviam e se integravam indivíduos pertencentes a estratos sociais diferentes (em termos de poder político e econômico e de prestígio social). Essa coesão social de *tipo tradicional* caracterizava-se por neutralizar o potencial de conflito, derivado da consciência ativa da desigualdade, inerente a sociedade de Antigo Regime,

[...] o que se obtém por meio da valorização, por parte das elites sociais, de atitudes, **ritos** e práticas de convívio que reforçam o sentimento de solidariedade grupal, que se expressa **no convívio de desiguais que se comportam como iguais em certas esferas de relações sociais, coletivamente valorizadas**.<sup>180</sup>

Numa sociedade tradicional *católica* o batismo cumpria importante papel na constituição dessa coesão social, pois, segundo a crença católica, todos são iguais perante Deus e o ritual do batismo expressa coletivamente esse paradigma. E também, congrega numa mesma família todos os envolvidos, atuando assim como importante estratégia para a formação de grupos de parentesco, pois sabemos que no período colonial é através da família que todos os aspectos da vida cotidiana (seja

---

<sup>178</sup> GIL, 2007, p. 149.

<sup>179</sup> SILVA, 2004, p. 100.

<sup>180</sup> *Idem*, p. 100.

pública ou privada) se originam e também para onde convergem. Portanto, sabemos que o apadrinhamento foi importante estratégia na constituição e reafirmação da elite colonial, mas não exclusiva desse grupo. Ao observarmos os diferentes estratos sociais percebemos que escravos, ex-escravos e brancos livres pobres também utilizavam desse expediente para formação de suas famílias e grupos de aliados. Inácio de Mendonça, assim como Manoel de Barros, soube também lançar mão do apadrinhamento para estabelecer suas redes de solidariedade em sua nova paragem. No estabelecimento de Inácio de Mendonça no morro do Púlpito, exerceu papel central na formação das relações sociais da família sua segunda esposa, Antônia Gonçalves de Fontes.

Antônia Gonçalves de Fontes, parda forra, após o casamento em Laguna mudou-se com o marido para os Campos de Viamão. No ano de 1748, Antônia já consta como madrinha de Lourenço, filho natural de Simão Pereira Braga e Mariana Tapanhuna, escrava do Capitão Francisco Ribeiro Gomes, registrado no 1º livro de batismos de Viamão.<sup>181</sup> Inácio e Antônia provavelmente se instalaram nas proximidades da Guarda do Registro, onde ele recebeu sesmaria. Antônia faleceu em abril do mesmo ano da concessão da sesmaria (1755)<sup>182</sup>, e não teve filhos. No entanto, podemos dizer que exerceu papel importante na inserção de Inácio na sociedade local, pois no curto período (c. 1748 a 1755) em que residiu na freguesia foi convidada a ser madrinha quatro vezes.

**Tabela 3 – Antônia Gonçalves de Fontes como madrinha.**

<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pais</b>	<b>Padrinho</b>
07/12/1748	Lourenço	Simão Pereira Braga, natural de Braga, e Mariana Tapanhuna,	Capitão Francisco Pereira Gomes

<sup>181</sup> AHCMPA – 1º Livro de Batismo de Viamão, fl. 10; 07/12/1748: Lourenço, filho natural de Simão Pereira Braga, solteiro, e Mariana Tapanhuna, solteira, escrava do capitão Francisco Ribeiro Gomes; ele natural da cidade de Braga, ela de nação Angola. Padrinhos: Capitão Francisco Pereira Gomes, viúvo, natural da Ilha do Faial, e Antônia Maria, casada com Inácio José de Mendonça; todos moradores e fregueses na freguesia de Viamão. Transcrição gentilmente cedida por Vanessa Campos – AHCMPA.

<sup>182</sup> AHCMPA – 1º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 99v, 16/04/1755. Transcrição gentilmente cedida por Vanessa Campos – AHCMPA.

		nação angola, escrava do capitão Francisco Ribeiro Gomes	
06/04/1749	Perpétua	Manoel de Lima, forro, e Laureana, mulata escrava de Luís Garambeo	Joaquim de Aguiar, solteiro, natural da cidade do Rio de Janeiro
07/12/1750	Vítor	João Pereira, soldado, e Domingas Dias da Silva	José Batista Prestes, solteiro e “forasteiro”.
23/02/1752	Narcisa	Sebastião e Isabel, índios Tapes	Inácio José de Mendonça

**Fonte:** AHCMPA, 1º Livro de batismo de Viamão, fl. 13, 19v e 100, respectivamente.

Admitindo o compadrio como suporte para criação de suas famílias, conseguimos compreender porque Antônia Gonçalves, poucos anos após a sua chegada no Continente, é chamada a pia batismal para batizar dois filhos de escravas, um filho de índios Tapes e um filho de soldado. Apenas uma vez Antônia é acompanhada pelo marido na pia batismal, talvez porque ele estivesse fora da vila a negócios ou retornado a Companhia, mas as relações que ela costurava através do apadrinhamento, como já vimos, diziam respeito a toda a família. Entre estas relações gostaríamos de destacar que em dois casos os inocentes eram filhos de escravas. Apesar de ser sempre denominada como *parda forra*, não sabemos se Antônia Gonçalves chegou a ser escrava, pois esse epíteto poderia designar seu status social enquanto filha de escrava, por exemplo. O que fica claro com estas alianças é que Antônia, e por conseqüência Inácio, eram identificados como possíveis aliados pelos *de baixo*, principalmente pelos escravos e índios.

Com a morte da segunda esposa, Inácio traz para sua companhia na Guarda Velha de Viamão Ana Francisca, sua filha com Bárbara Soares, parda forra, nascida na freguesia do Desterro (atual Florianópolis) em 1746, ou seja, filha bastarda que ele teve quando ainda estava casado com sua segunda esposa, Antônia.<sup>183</sup> Sabemos que o

<sup>183</sup> Em depoimento Ana Francisca de Mendonça afirma ser “*natural e batizada na freguesia de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, filha natural de Inácio José de Mendonça e de Bárbara Soares, pardos forros; [...] que da idade de onze para doze anos saíra da companhia de sua mãe e viera para a companhia de seu pai que é morador nesta freguesia [...]*”. Autos de justificação para matrimônio de José da Silveira Luiz e Ana Francisca de Mendonça, 1760. Citado por NEIS, 1975, p. 113.

primogênito de Inácio, José Vitor, nascera em Santos no ano de 1736<sup>184</sup>, e que em 1742 ele pediu licença para cumprir uma promessa de casamento em Laguna; o nascimento de uma filha reconhecidamente sua em Desterro, quatro anos após essa data, reforça nossa hipótese de que ele estava envolvido no comércio de gado e afins e que circulava há bastante tempo entre essas freguesias. Assim, seu estabelecimento em Cima da Serra, próximo a Guarda do Registro, local de passagem obrigatória das tropas que iam do sul a São Paulo, não foi aleatório, pois neste local ele teria acesso fácil as principais rotas comerciais e acesso a terras suficientes para o arrebanhamento de gado.

Os deslocamentos de Inácio de Mendonça revelam mais uma das faces de sua estratégia de ascensão social. Segundo Faria, o homem *pobre* colonial movimentava-se mais que o bem-sucedido; para eles “*mover-se, em busca de melhores condições de sobrevivência, tornava-se uma atitude previsível e esperada; identificava-se, para forros e seus descendentes, com o exercício da liberdade*”.<sup>185</sup> Sabemos que a riqueza era determinada a partir de hierarquias locais, porém, “*a origem étnica ocupava lugar destacado (embora não exclusivo) na criação de categorias sociais*”.<sup>186</sup> Numa sociedade escravista e extremamente hierarquizada, o homem branco, mesmo sendo minoria, agregava mais condições de ascender social e materialmente. A pobreza não era algo inerente aos ex-escravos e seus descendentes, porém os acompanhava como uma sombra. Reunir algum pecúlio e migrar eram formas de se afastar desta sombra trazida pela origem étnica.

Inácio foi acompanhado por boa parte de sua vida pelo epíteto *parda forro*; não tivemos acesso ao registro de batismo dele, entretanto, no batismo de sua primeira filha com Margarida, em 1756, ele consta como natural da vila de Santos (SP), “*filho*

---

<sup>184</sup> José Vitor era filho da primeira esposa de Inácio, Margarida de Macedo (Souza), parda forra. O casamento teria acontecido em Santos no ano de 1735 e não pudemos confirmar se Margarida veio com o marido para o sul ou se falecera ainda em São Paulo. NEIS, 1975, p. 112.

<sup>185</sup> FARIA, 1998, p. 102.

<sup>186</sup> *Idem*, p. 101.

*natural do padre José de Mendonça e de uma escrava sua*".<sup>187</sup> Inácio era, portanto, *ilegítimo e escravo* (filho de um ventre escravo), e provavelmente tenha sido alforriado no batismo ou em tenra idade, fato que o legou o distintivo de *forro*, mas a ilegitimidade, marca de sua origem *imoral*, parece-nos ter sido mais um dos determinantes de sua trajetória de mobilidade.

Frente à legislação eclesiástica e civil vigentes no Brasil do setecentos, as crianças nascidas fora do matrimônio eram consideradas ilegítimas, "*sendo um 'pecado' aos olhos da Igreja e um 'marginal' ao Estado, o filho ilícito recebia restrições legais de todos os tipos. Na prática, entretanto, conseguia se desvencilhar desse estereótipo*".<sup>188</sup> Um dos principais prejuízos que poderiam ter os filhos ilegítimos referia-se aos seus direitos de herança, que era remediado através da legitimação e posterior perfilhação.<sup>189</sup> No entanto, o prejuízo moral nos é mais difícil mensurar.

Manter as relações ilícitas em segredo por certo não devia ser uma tarefa muito fácil nas pequenas vilas coloniais, "*o ilegítimo surgia, na 'fragilidade humana' ou na 'fraqueza da carne', como afronta ao sistema matrimonial, cercado por determinações e proibições, que nem sempre podiam ser seguidas pelo desejo carnal ou pelos sentimentos do coração*".<sup>190</sup> As *determinações e proibições* eram de conhecimento de todos, por isso, *tudo e todos* estavam a vista de algum vizinho bisbilhoteiro ou de um padre zeloso. Os filhos ilegítimos eram frutos de relações *criminosas* perante a Igreja (concupinato, ligações ilícitas, adultério, prostituição, defloramento, entre outras) e por isso passíveis de serem processadas pelo Juízo Eclesiástico, onde poderiam ser os envolvidos julgados culpados e submetidos ao pagamento de penas que variavam de multas ao degredo na África. Esse processo envolvia, na maioria das vezes, o depoimento de várias testemunhas e a apresentação de documentos, e poderia levar anos, tempo suficiente para que o réu fosse *condenado socialmente* em sua vila.

---

<sup>187</sup> AHCMPA – 1º Livro de Batismos de Viamão, fl. 126v, 10/09/1756. Registro de batismo de Maria Madalena. Transcrição gentilmente cedida por Vanessa Campos – AHCMPA. Grifos nossos.

<sup>188</sup> LOPES, 1998, p. 17.

<sup>189</sup> Sobre as formas de reconhecimento de filhos ilícitos ver LOPES, 1998, capítulo 3.3.

<sup>190</sup> *Ibidem*, 1998, p. 73.

De acordo com a legislação<sup>191</sup>, Lopes (1998) classifica os ilegítimos em duas categorias: *naturais* e *espúrios*, sendo essa segunda subdividida em três. Os naturais eram filhos de pessoas solteiras, que não possuíam nenhum impedimento de se casarem, e o pai muitas vezes era declarado. Os espúrios eram filhos de pessoas que tinham algum impedimento as suas relações, e na maioria das vezes o pai não era declarado, talvez para escapar da punição, e podiam ser de três subtipos: *adulterinos*, quando um ou ambos envolvidos são casados, *sacrílegos*, onde um dos pais era religioso ou *incestuosos* quando a relação envolvia parentes em até 4º grau. A esse quadro a autora acrescenta ainda os expostos, crianças abandonadas, tanto em casas quanto em instituições, das quais não se conheciam os pais.

O pai de Inácio referido como Padre, muito provavelmente, ainda não havia assumido a vida eclesiástica quando Inácio nasceu. Em 1707, dois anos após o nascimento de Inácio, Luís de Mendonça inicia um processo de habilitação *de genere*, necessário para aqueles que pretendiam ingressar na vida religiosa ou nas ordens militares, onde eram vasculhadas as origens da família do candidato a fim de que se verificasse a ausência de *sangue impuro* (judeu, mouro, negro, cigano ou indígena). Nesse processo Luís de Mendonça declarou que “*ele se criou em casa da defunta Lucrecia de Mendonça aonde foi exposto, sem nunca haver notícia do pai e mãe que o geraram*”<sup>192</sup>, e que havia sido batizado em Santos em 29 de agosto de 1683, sendo seus padrinhos Sebastião Ribeiro e Helena da Silva.

Neste mesmo documento, outra informação chama a atenção: na mesma petição onde afirma não ter conhecimento sobre os pais, Luís de Mendonça, ciente da necessidade de que seus pais sejam apresentados para que sua habilitação seja concedida, afirma que o Rev. Pároco Luís Peres de Oporte teria informação sobre seus pais. Procurado, o Padre Oporte declarou que outro religioso, João Rodrigues Madeira, professo de São Francisco, “*ainda secular, afirmava que sabia o pai e mãe do*

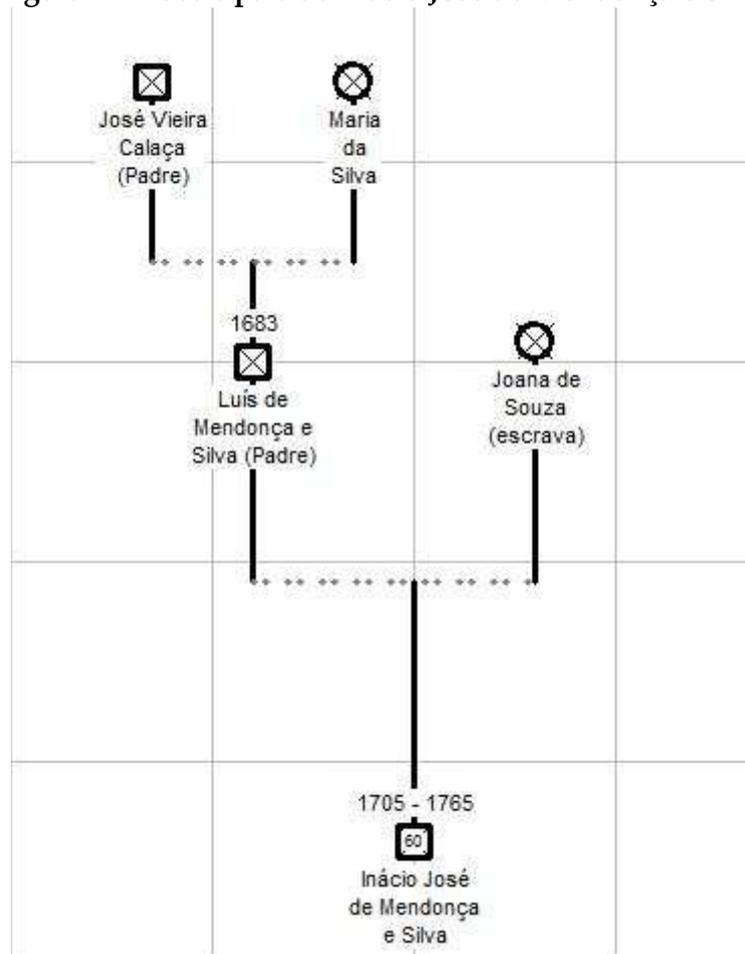
---

<sup>191</sup> A autora analisa especificamente o Código Filipino e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, pois estas eram as leis vigentes no período.

<sup>192</sup> NEIS, 1975, p. 109.

*suplicante*”.<sup>193</sup> Finalmente, remetido o caso ao Convento de Santo Antônio, onde se encontrava o então Frei João Madeira, este declarou por escrito: “*Certifico eu frei João, noviço da Ordem de São Francisco, em como Luís de Mendonça e Silva é filho do Padre José Vieira Calaça e de Maria da Silva, os quais conheço serem limpos de sangue judeu, mouro e gentio.*”<sup>194</sup>. Assim, Inácio de Mendonça era filho e neto de padres.

**Figura 1 – Avós e pais de Inácio José de Mendonça e Silva**



Fonte: NEIS, 1975, p. 108-109.

Luís de Mendonça, mesmo sem ter conseguido provar a origem de sua mãe, foi habilitado a receber as ordens Menores e Sacras em janeiro de 1710, e alguns anos mais tarde, em 1724, ele esteve em Desterro (atual Florianópolis) como representante

<sup>193</sup> NEIS, 1975, p. 109.

<sup>194</sup> *Idem*, p. 109. Grifo nosso. Em 30/05/1699 o Padre Calaça compareceu a pia batismal ao lado de Lucrecia de Mendonça, tutora de seu filho Luís de Mendonça, no batismo de um sobrinho seu em São Paulo. Cf. NEIS, 1975, p. 111.

do Bispo. O processo de habilitação se desenrolou entre os anos de 1707 e 1710, ou seja, depois de Inácio ter nascido, e mesmo cientes da imprecisão dessas fontes e, inclusive, da informação que as próprias pessoas tinham sobre suas idades, sabemos que Luís de Mendonça teve relações com sua escrava antes de se ordenar padre. No entanto, mesmo tendo seu pai se tornado padre após o seu nascimento, o *escândalo* da existência ilegítima de Inácio frente a sociedade não poderia ser apagado, principalmente porque sua mãe, na condição de escrava de seu pai, provavelmente ainda vivia sob o mesmo teto de seu Senhor e amásio. Esse *escandaloso procedimento* de seus pais pode ter contribuído para que Inácio optasse pela saída da vila de Santos. Ou ainda, existe a possibilidade de que Inácio tenha acompanhado o pai em sua visita a Santa Catarina em 1724, quando contava ter 19 anos, e nessa viagem tenha feito os primeiros contatos que o trariam ao extremo-sul.

Sabemos que em 1735, quando contava com 30 anos, Inácio casou-se em Santos com Margarida de Souza, parda forra, com quem teve seu primeiro filho, José Vitor de Mendonça. Com o filho ainda em tenra idade, aproximadamente em 1740, Inácio e Margarida de Souza deixaram a vila e se deslocaram rumo ao extremo-sul. Não temos informações sobre o local ou a data de falecimento de Margarida. Sabemos que quando Inácio chega ao sul fazendo parte do regimento dos Dragões está acompanhado apenas de José Vitor. Nossa hipótese é a de que Inácio tenha migrado não só por razões de ordem econômica, em busca do sustento de sua família (não sabemos se ele teve acesso a alguma herança de seu pai), mas também como parte do *exercício de liberdade* que a distância do vínculo com o cativo poderia lhe proporcionar.

Aos 50 anos de idade, após passagens por Santa Catarina e Rio Grande, pai de dois filhos e residindo em Viamão, Inácio conhece Margarida da Exaltação, filha de Manoel de Barros, que na época teria 13 anos. Conforme já descrevemos anteriormente, Manoel de Barros se opôs ao casamento, mas Inácio insistiu no enlace e recebeu de Margarida o bilhete, citado aqui anteriormente, com a promessa de

casamento. Inácio e Margarida tinham em comum a origem ilegítima (ambos eram filhos naturais de escravas e seus senhores) e a *mestiçagem*.

No caso de Margarida, sua mãe era designada como *tapanhuna*<sup>195</sup>, palavra indígena usada para designar os escravos negros, e seu pai, Manoel de Barros, era português; no caso de Inácio, não sabemos se sua mãe era africana ou crioula, mas sabemos que seu pai era luso-brasileiro. Ambos eram mestiços, muito provavelmente de tez escura, então porque eram classificados como *pardos*? Não nos parece mais possível analisar a sociedade colonial a partir da oposição entre senhores e escravos, ou entre brancos e negros; mesmo considerando a estrutura social de Antigo Regime fortemente hierarquizada, ela não era tão rígida a ponto de impedir o movimento de seus agentes. Para que possamos de alguma forma compreender como se davam as relações sociais na América portuguesa faz-se necessária uma análise mais cuidadosa, que inclua ex-escravos e mestiços. Neste sentido Lara (2007) busca compreender o papel que a escravidão (e a conseqüente presença de escravos e seus descendentes), desempenhou na sociedade, principalmente “*como a escravidão se tornou centro da vida econômica e social da colônia*”, e como os escravos puderam ser integrados à rede hierárquica que ordenava as relações sociais na América portuguesa.<sup>196</sup>

Nessa análise a autora nos indica que as designações de cor (branco, preto, pardo e etc), funcionaram como indicativos da posição social que cada indivíduo ocupava na hierarquia social. Em consulta ao dicionário Bluteau<sup>197</sup> encontraremos *homem branco* definido como indivíduo *bem nascido “que até na cor se diferencia dos escravos, que de ordinário são pretos e mulatos”*. O verbete para *escravo*, porém, não é tão específico: “*aquele que nasceu cativo ou foi vendido e está debaixo do poder do senhor*”. No

---

<sup>195</sup> “A desinência ‘tapanhuma’, é corruptela de *tapanhuna* ou *tapanhuno*, herdada dos paulistas, palavra de origem indígena usada para os escravos negros.” Cf. HAMEISTER, 2006, 317.

<sup>196</sup> LARA, 2007, p. 23.

<sup>197</sup> O “*Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V*” escrito pelo Padre Raphael Bluteau é considerado o primeiro dicionário da língua portuguesa, compõem-se de 8 volumes, publicados entre os anos de 1712 e 1721, e ampliado em 1727 e 1728.

segundo caso, não há menção direta a *cor*, pois, segundo Lara, a diferença entre liberdade e escravidão passava pela identificação visual, mas não somente por ela: os escravos eram “*de ordinário*” pretos e mulatos. Note-se que não é usado sequer o termo *negro* na definição de escravo, pois no mesmo dicionário, o termo negro dizia respeito a cor, mas também a origem e nascimento: “*natural da terra dos negros*” ou “*filho de pais negros*”. Essa ligação do termo a origem geográfica (*estrangeira e selvagem*) pode explicar o uso do termo *negros da terra* para os indígenas da Colônia. A palavra *preto*, no entanto, era utilizada para designar diretamente o indivíduo cativo, “*sem margens para dúvidas, sem considerações de nascimento ou referência geográfica*”. Portanto, a escravidão consta como resultado de um comércio e não diretamente associada à cor da pele. Da mesma forma acontecia com os termos pardo e mulato

A definição remete ao que Stuart B. Schwartz chamou de primeira etapa da mestiçagem no Brasil: aquela predominantemente realizada entre os colonizadores e a população indígena e que possuía características bem mais integradoras que a ocorrida ao longo do século XVIII. Mas contém um elemento essencial para uma sociedade de Antigo Regime: a distinção do nascimento. **Tratava-se de gente híbrida, nascidas de pessoas pertencentes a sociedades diversas.** A desqualificação é claramente percebida pelo fato de a palavra derivar de sua aplicação para designar os animais nascidos “de pai e mãe de diferentes espécies”.<sup>198</sup>

Como fruto da miscigenação, livres ou libertos, pardos e mulatos ocupariam o setor intermediário da sociedade entre senhores e escravos. Na freguesia de Santo Antônio, para período entre 1773-1824, pudemos identificar 125 pardos como pais nos registros de batismos, distribuídos de acordo com o quadro a seguir:

**Tabela 4 – Pais e mães pardos – Freguesia de Santo Antônio – 1773-1824**

Mães			Pais		
	#	%		#	%
Parda	12	16,22	Pardo	9	17,65

<sup>198</sup> LARA, 2007, pp. 136-137. Grifos nossos.

Parda forra/liberta	47	63,51	Pardo forro/liberto	35	68,63
Parda livre	9	12,16	Pardo livre	6	11,76
Escrava	6	8,11	Escravo	1	1,96
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Livros 1, 1E, 2, 3 e 4 de batismos de Santo Antônio da Patrulha.

No geral os pardos foram citados em 244 registros de batismos (6,77% do total), sendo que identificamos a formação de 60 casais que tiveram 106 filhos, e a presença de 12 mães solteiras (com pai incógnito ou não declarado) que tiveram 16 filhos. Em nosso levantamento pudemos perceber que o status de pardo sofria variações durante o tempo. Entre os homens, 22 foram classificados pelo menos uma vez como livres ou sem menção a cor/condição, e 23 entre as mulheres. Esse foi o caso do casal Francisco Silveira de Matos e Belisária Bernarda:

**Tabela 5 – Status de Francisco Silveira de Matos e Belisária Bernarda**

<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Status do pai</b>	<b>Status da mãe</b>
31/05/1800	Antônia	Pardo liberto natural e morador desta freguesia	Parda liberta, natural e moradora desta freguesia
20/02/1802	Leonardo	Natural desta freguesia	Natural desta freguesia
20/08/1805	Laurindo	Natural desta freguesia	Natural desta freguesia
27/07/1809	Reginaldo	Natural desta freguesia	Natural desta freguesia

Fonte: Livro 2 de batismo de Santo Antônio, respectivamente, reg. 109, fl. 19v; reg. 274, fl. 58v; reg. 579, fl. 106v; reg. 777, fl. 134.

Francisco Silveira de Matos, designado como pardo liberto no batismo de seu primeiro filho, era filho de Francisco Silveira de Matos, natural da ilha do Faial, e Felipa Maria de Brito, natural de Viamão, sendo seus avós paternos Manoel de Matos e Bárbara Silveira, e maternos Inácio de Brito Peixoto e Maria Fernandes Castilhos. Sua esposa, Belisária apresenta caso semelhante. Dela possuímos o registro de batismo realizado na freguesia de Santo Antônio em 18/11/1782<sup>199</sup>; era filha legítima de Lázaro Bicudo, natural da vila de Laguna, e de Clara Maria, natural da freguesia, sendo seus avós paternos João Bicudo e Domingas Bernardes, e maternos Inácio

<sup>199</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismos da freguesia de Santo Antônio da Patrulha, reg. 375, fl. 70, 18/11/1782.

Pinheiro e Teodora Maria, parda forra. Descendente de um ilhéu e uma índia mestiça (Felipa descendia dos Brito Peixoto de Laguna), Francisco não havia sido escravo nem filho de escravo. Belisária possuía na família uma avó referenciada como parda forra. Porque então ambos foram identificados como *pardos libertos*? E mais, porque uma vez designados dessa forma, alguns anos depois perderam esse qualificativo?

Acreditamos que Francisco e Belisária levavam consigo a *marca da mestiçagem*. Mesmo distantes do cativo eram descendentes diretos e indiretos de índios (os Brito Peixoto) e negros (avó de Belisária), e a época do primeiro batismo de seus filhos na freguesia de Santo Antônio era apenas essa marca social que lhes identificava. Com o tempo o casal foi ocupando novos lugares naquela sociedade que justificava o desaparecimento do epíteto, substituído pela menção a naturalidade. Dessa forma, reiteramos a hipótese de que a desinência *pardo* referia-se ao lugar que aquele indivíduo ocupava na hierarquia social, não *simplesmente* a sua cor de pele.<sup>200</sup> Essas aparentes ambigüidades apresentadas pelas diferentes formas de qualificar o mesmo indivíduo são reveladoras no momento em que entendemos que a cor da pele marcava a distância que separava a liberdade da escravidão, e na América portuguesa era lida como uma marca simbólica da distinção social:

Incorporada a linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais, a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fosse ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social. Nesse sentido, nomear as pessoas como negros, cafuzos, pardos, pretos e crioulos era uma forma de afastá-las dos brancos. Em diversas situações, muitos pardos e mulatos, livres ou forros, foram dessa forma empurrados para longe da condição da liberdade, apartados de um possível pertencimento ao mundo senhorial. Podiam ter nascido livres e até possuir escravos,

---

<sup>200</sup> “Por isso, estamos longe do racismo vigente no século XIX, que associava a cor preta ou mulata a uma origem (africana) considerada inescapavelmente inferior ou que adotava critérios científicos para diferenciar e hierarquizar as ‘raças’. As avaliações aqui seguem critérios classificatórios constitutivos da hierarquia social do Antigo Regime, e é no interior desse contexto que seus significados devem ser compreendidos”. LARA, 2007, p. 141.

mas estavam, de certo modo, identificados com o universo da escravidão.<sup>201</sup>

Inácio de Mendonça, na *qualidade* de pardo forro, portanto *mestiço*, sai de sua vila natal em tenra idade em busca do exercício de sua liberdade, do reconhecimento de seu status como livre. Neste caso, pardo passa a ser uma *identidade reivindicada*, de um grupo que “*queria se diferenciar do universo da escravidão, cobrar privilégios e tratamento específicos e, mesmo, constituir-se em corpo social separado*”.<sup>202</sup> Em suas andanças Inácio amealhou espaço entre os conquistadores do extremo-sul, fez amizades, teve filhos, recebeu mercês, e ao final de sua vida casou-se com a filha de um estancieiro-conquistador, sempre investindo em seu status social.

O *derradeiro* investimento iniciou nos primeiros anos de seu casamento com Margarida, quando Inácio envolveu-se na construção da capela de Santo Antônio. Em 4 de setembro de 1756, o Bispo do Rio de Janeiro fez um apelo através de uma portaria enviada ao Vigário de Laguna para que os moradores dos Campos de Tramandaí e Registro da Serra (Santo Antônio da Patrulha) construíssem capelas, alegando que a paróquia de Viamão estava demasiadamente grande, e seu atendimento ficava prejudicado por não haver nenhuma capela nesta região, Inácio empenhou-se pela fundação da capela construindo-a em sua fazenda. A capela fora *oficializada* através de portaria, expedida por Dom Frei Antonio do Desterro (Bispo do Rio de Janeiro) em 31 de agosto de 1760<sup>203</sup>; este documento criava o curato<sup>204</sup> de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão que compreendia todos os moradores desde o Registro da Serra de Viamão até as Lombas e daí pelo arroio Grande e João Rodrigues e fazenda de João Pinto até Capivari e Palmares, e também os moradores

---

<sup>201</sup> LARA, 2007, p. 143-144.

<sup>202</sup> *Idem*, p. 141. Ver também VIANA, Larissa Moreira. *O idioma da mestiçagem*. Irmandades de pardos na América portuguesa. São Paulo: Unicamp, 2007.

<sup>203</sup> RUBERT, 1994, p. 85.

<sup>204</sup> Curato: quase paróquia, território com limites próprios, destinado a ser oportunamente paróquia. Cf. RUBERT, 1994, p. 7.

dos Campos de Tramandaí.<sup>205</sup> Nesta portaria é mencionado o zelo e empenho de Inácio na obra pia:

Fazemos saber que por quanto somos informados de que Inácio José de Mendonça morador na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão no lugar da Guarda Velha tem feito fabricar na sua Fazenda uma capela com a invocação de Santo Antônio pela permissão que lhe demos em uma Portaria Nossa passada em quatro de Setembro de 1756 [...] que o dito Inácio José de Mendonça com tanto trabalho e desvelo seu tem feito fabricar a dita capela de Santo Antônio [...] <sup>206</sup>

A dedicação e o zelo de Inácio na construção da capela mais uma vez nos dá pistas sobre o seu investimento em seu status social. Uma obra pia grandiosa, como a fundação de uma capela, colocaria de vez o seu nome entre os *principais* da terra. E foi o que de fato ocorreu: em seu registro de óbito, de 1765, Inácio é referido como “*fundador desta Capela de Santo Antônio que serve de paróquia*”, sendo seu corpo sepultado “*no arco da Capela na sepultura dos fundadores*”.<sup>207</sup> O sepultamento dentro da Igreja, em desuso desde o século XIX, era previsto e aconselhado pelas Constituições Primeiras

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fiéis Cristão defuntos nas Igrejas, e Cemitérios delas: porque como são lugares, a que todos os fiéis concorrem para ouvir, e assistir as Missas, e Ofícios Divinos, e Orações, **tendo a vista as sepulturas, se lembraram de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos**, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, **antes lhes será aos vivos muito proveitoso ter memória dela nas sepulturas.**<sup>208</sup>

---

<sup>205</sup> RUBERT, 1994, p. 85.

<sup>206</sup> NEIS, 1975, anexo 3, p. 153.

<sup>207</sup> ACDO – Livro 1 de registros de óbitos de Santo Antônio da Patrulha, fl. 5v, 05/03/1765.

<sup>208</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, livro IV, título LIII, art. 843, p. 295. Grifos nossos.

Também era facultado ao Cristão escolher o local de sua sepultura: “*Conforme o direito é permitido a todo Cristão eleger sepultura, e mandar enterrar seu corpo na Igreja, ou adro, que bem lhe parecer, conforme sua vontade, e devoção*”.<sup>209</sup> Margarida, falecida alguns anos antes de Inácio (1763), foi identificada como “*mulher casada com o fundador desta capela curada de Santo Antônio, Inácio José de Mendonça*”, e seu sepultamento também ocorreu na sepultura dos fundadores.<sup>210</sup> Inácio por ter sido o construtor da capela que servia de Igreja Matriz pode ter escolhido o local para esta sepultura, marcando na memória de todos da paróquia sua posição como fundador numa “*última manifestação social da sua vida*”.<sup>211</sup>

A Capela construída entre 1755-1760, foi dedicada a Santo Antônio e deu início ao núcleo populacional de mesmo nome. Neis (1975), arrola uma série de hipóteses para a escolha do padroeiro. A principal delas lembra que a fazenda de Manoel de Barros, pai de Margarida, chamava-se Fazenda Santo Antônio, e que ela poderia ter herdado do pai a devoção ao santo. Ou ainda:

Manoel de Barros, sem mulher e sem outros filhos, não teria talvez feito o oratório em sua fazenda por amor à sua filha única? Ou essa filha, que ele tanto amava, se teria tornado devota do santo que tinham em casa? E depois que ela casou e construiu capela própria, não teria ela talvez recebido a imagem do oratório da casa paterna para sua nova capela? Ou, pela grande devoção para com este santo, teria ela adquirido outra imagem?<sup>212</sup>

Todas essas hipóteses são de difícil verificação, no entanto, acreditamos que a escolha do padroeiro não foi *acaso* ou *coincidência*. A devoção de Margarida pode ter exercido influência, mas para Inácio, que enfrentou a oposição de Barros a seu casamento, invocar como padroeiro da capela construída em sua propriedade o santo

---

<sup>209</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, livro IV, título LIII, art. 845, p. 296.

<sup>210</sup> ACDO – Livro 1 de registros de óbitos de Santo Antônio da Patrulha, fl. 3v – 05/07/1763; sobre o sepultamento: “[...] e jaz sepultada junto ao arco da capela-mór em a sepultura dos fundadores”. Parte deste registro foi recuperada através da transcrição feita por NEIS, 1975, p. 133.

<sup>211</sup> DURÃES, 2000, p. 295.

<sup>212</sup> NEIS, 1975, p. 130.

de devoção de seu sogro, representava uma possibilidade de mostrar-se valoroso frente ao sogro, e um passo rumo a conquista de sua confiança.<sup>213</sup>

Pouco menos de um ano após o casamento de Inácio e Margarida nasce a primeira filha do casal, Maria Madalena, que foi batizada na Matriz de Viamão no dia 10 de setembro de 1756 e teve como padrinho, por procuração, Pascoal de Azevedo, *governador* do Rio Grande.<sup>214</sup> O Tenente-Coronel Pascoal de Azevedo foi o último comandante e governador do Presídio de São Pedro, nomeado em 1752 permanecendo na comandância até 1760.<sup>215</sup> Nesse período, segundo César (1980), Azevedo teve seu brilho ofuscado pela presença no sul do General Gomes Freire de Andrada que governava a Repartição do Sul (composta por três Capitanias: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e liderava a porção portuguesa da Expedição Demarcadora de Limites que pretendia executar o Tratado de Madrid de 1750, ficando Azevedo quase restrito a administração do Presídio.<sup>216</sup>

Até o momento não pudemos verificar quais eram as ligações entre Inácio e Margarida e o *Governador*, ou o procurador designado por ele para representá-lo na pia batismal. Existe a possibilidade de Inácio ter conhecido o Tenente durante sua atividade como soldado Dragão, ou a de seu filho José Vitor, porém, para nossa análise é interessante destacar a escolha de um padrinho de status social *acima*. É mais provável que Inácio e Margarida nem conhecessem pessoalmente ao *Governador* e vice-versa, mas o convite, e posterior aceite, nos indicam o reconhecimento, por ambas partes, de possíveis aliados.

---

<sup>213</sup> Resolvemos não aprofundar esta questão por falta de documentos plausíveis, mas não nos escapou a importância da devoção a Santo Antônio entre os africanos e seus descendentes. A respeito ver: SLENES Robert. “Malungo ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil. In: *Revista USP*, 12, 1991-92, pp. 48-67; MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994 (Capítulo 3); e, SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista*. História de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

<sup>214</sup> AHCMPA – Livro 1º de Batismos de Viamão, fl. 126v, 10/09/1756. Transcrição gentilmente cedida por Vanessa Campos – AHCMPA.

<sup>215</sup> O Tenente-Coronel Azevedo assumiu posto em 28 de junho de 1752, substituindo o Coronel Diogo Osório Cardoso, e desocupando-o em 17 de janeiro de 1761, dando lugar ao Coronel Inácio Elói de Sena Madureira. CF. FORTES, 1981, p. 151.

<sup>216</sup> CÉSAR, 1980, p. 124.

Dois anos após o nascimento de Maria Madalena (1758), Inácio foi listado no Rol de Confessados de Viamão como chefe do fogo número 93, acompanhado de sua esposa, Margarida, de uma filha, Ana Francisca, e de 4 escravos.<sup>217</sup> Maria Madalena com apenas 2 anos não foi arrolada, já José Vitor, seu primogênito, na época com aproximadamente 22 anos, iniciou processo de habilitação de casamento em Rio Pardo onde afirmava que em 1754 havia deixado a companhia de seu pai para assentar praça de soldado *“e foi para a Campanha das Missões em companhia do Exército e sempre o acompanhou até se recolherem a esta fortaleza (de Rio Pardo), aonde está morando a melhor de dois anos”*.<sup>218</sup> Foi noiva no processo iniciado por José Vitor em Rio Pardo Gertrudes de Souza, parda forra, (filha de Madalena, *“carijó de nação tape”*), mas não houve casamento. Em 1763, cinco anos depois, José Vitor inicia novo processo de habilitação em Viamão declarando *“que nunca fora casado, nem prometera casamento a mulher alguma”* e dessa vez casa-se com Vitória Luiza de Queirós, com quem teve dois filhos (José Vitor e Vicente).<sup>219</sup>

Ana Francisca, a filha bastarda de Inácio, casou-se em 1760 com José da Silveira Luís, natural da freguesia de Santa Luiza das Bandeiras da Ilha do Faial, conforme declarou na habilitação:

Disse ele depoente que da idade de dez anos saíra da sua pátria e viera na companhia de um capitão por nome Inácio Ferreira para a cidade do Rio de Janeiro, aonde assistiu o melhor de doze anos assistindo na fazenda do doutor João Bento Ribeiro de Souza. Disse mais que da dita cidade saíra e viera embarcado para a vila de Santos, e logo se transportou para a Ilha de Santa Catarina vindo sempre de rota batida, até chegar a esta freguesia aonde está morador há um ano pouco mais ou menos.<sup>220</sup>

José da Silveira fez parte da corrente de migratória que trouxe muitos portugueses ao Brasil, e percorreu um trajeto muito parecido com o de Manoel de

---

<sup>217</sup> AHCMPA – Rol de confessados de Viamão, 1758, fogo 96, fl. 7v.

<sup>218</sup> NEIS, 1975, p. 135.

<sup>219</sup> *Idem*, p. 136.

<sup>220</sup> Cf. *Idem*, p. 137.

Barros. Segundo Neis (1975, p. 137), ele foi feitor na fazenda de Inácio de Mendonça, e considerando sua passagem por Santos e pela Ilha de Santa Catarina, “*vindo sempre de rota batida*” por locais onde sabemos que seu sogro passou, não descartamos a possibilidade de ele ter vindo com o próprio Inácio e ter-lhe servido de feitor desde o início de seu estabelecimento no Morro do Púlpito. Infelizmente, não encontramos nenhum registro de batismo ou óbito onde o casal, José Silveira e Ana Francisca, sejam referenciados, o que nos indica a possibilidade de que tenham saído da freguesia.

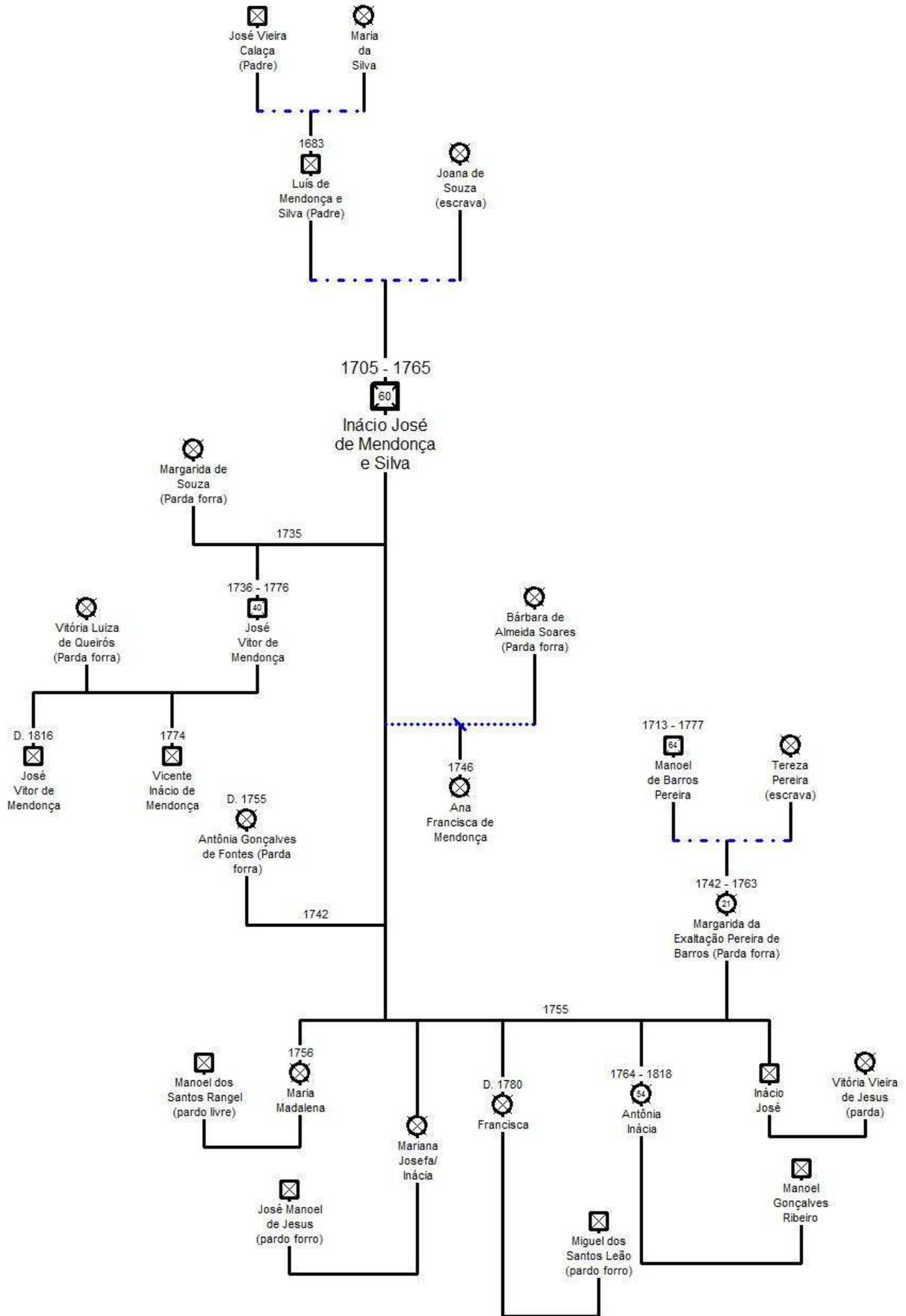
Além de sua esposa e filha, no rol de 1758 constam 4 escravos residentes com Inácio: José, Manoel, Francisco e Antônia. Estes dois últimos declarados como “*fugidos*”. Pardos forros possuindo cativos não chegam mais a provocar admiração entre os pesquisadores. Faria<sup>221</sup> analisando os inventários de forros em São João del Rei, entre os anos de 1731 a 1850, percebeu que os maiores investimentos que constavam no rol dos *defuntos* eram em escravos, prédios urbanos e ouro. Comprar escravos era uma forma de investimento, tanto na forma econômica, quando de prestígio social. Ou seja, ter escravos era uma ótima escolha em termos de concentração do capital (apesar dos riscos inerentes, como as fugas acima descritas), mas também significava a aquisição de um emblema de status. Portanto, não era a toa que indivíduos *pardos*, logo que possível, adquirissem cativos, já que parte de seus esforços constantes eram dirigidos ao afastamento simbólico e espacial do cativo.

Com Margarida, além de Maria Madalena, Inácio teve mais 4 filhos: Mariana Josefa, Francisca, Antônia Inácia e Inácio José (filho).

---

<sup>221</sup> FARIA, 2004. Ver também: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

Figura 2 – Árvore genealógica de Inácio José de Mendonça



Exceto o caso de Maria Madalena, batizada em Viamão, não nos foi possível recuperar os assentos de batismos dos outros filhos de Inácio e Margarida, pois todos nasceram entre o início da construção da capela e criação da freguesia de Santo Antônio. Neste período, entre 1755 e 1760, os sacramentos eram administrados na capela da fazenda de Inácio, da qual até o momento, não encontramos nenhum livro de registro. Em seu auto de casamento, Antônia Inácia solicitou ao Vigário da freguesia, certidão que comprovasse seu batismo, mas este precisou recorrer a testemunhas:

Certifico que em virtude do despacho retro me informei de três **homens fidedignos da primeira criação desta mesma freguesia** e nela desde então moradores os quais, **um por ver e presenciar**, os outros por [saberem] disseram que a Suplicante no requerimento retro Antônia Inácia Pereira de Mendonça fora Batizada com Batismo Solene pelo Padre José Carlos da Silva em o Oratório de Inácio José de Mendonça, Pai da Suplicante, em o qual Oratório, por não haver ainda Igreja naquele tempo, vinha o dito Padre, que então era vigário de Viamão, dizer Missas, desobrigar e administrar os mais Sacramentos que se faziam necessários.<sup>222</sup>

Os “*homens fidedignos*” que colaboraram para a investigação do Padre foram Manoel da Silva Ribeiro, Manoel [Leite] Peixoto e Manoel Nunes Bemfica, todos “*da primeira criação desta mesma freguesia*”. Um deles “*por ver e presenciar*” o ato, muito provavelmente foi padrinho de Antônia Inácia, mas, mesmo sem ser indicado o padrinho entre os três, sabemos que Inácio e Margarida seguiram escolhendo entre a nascente elite os padrinhos para seus filhos.

No batismo de um filho seu chamado Eugênio, no ano de 1751, Manoel da Silva Ribeiro consta como soldado, “*natural de Mondin de Basto*” e morador em Tramandaí. Neste mesmo ano sua esposa Maria Bernardes é madrinha de Francisco,

---

<sup>222</sup> AHCMPA – Autos de casamento a favor de Manoel Gonçalves Ribeiro e Antônia Inácia Pereira de Mendonça, 1784, fl. 5v.

crioulo, filho de Maria Angola, ambos escravos de Romualdo Correia.<sup>223</sup> Romualdo em 1753 tornar-se-ia compadre de Manoel de Barros, conforme já vimos.

Manoel Peixoto foi padrinho 7 vezes entre 1774 e 1781, de filhos de 5 casais. Entre os seus afilhados, 5 eram filhos de *ilhéus*: Francisco e Francisca, filhos de João Batista Ferreira e Ana Maria da Conceição, ele com pais naturais da Ilha Graciosa e ela do Faial;<sup>224</sup> Inácia e Francisca, filhas de Francisco de Vargas e Rosaura Jacinta, ambos com pais naturais da Ilha do Faial;<sup>225</sup> e Laureana, filha de Manoel Francisco de Souza, com pais naturais da Ilha de São Jorge.<sup>226</sup> Dos outros dois afilhados, um não pudemos identificar a procedência dos pais e avós, mas outra era neta paterna de Manoel da Silva Ribeiro; trata-se de Aurélia, filha de Francisco Bernardes da Silva, natural de Viamão, e Antônia Gomes, natural de Laguna.<sup>227</sup>

A terceira testemunha no processo de Manoel Gonçalves e Antônia Inácia foi Manoel Nunes Benfica, que compareceu a pia batismal da paróquia de Santo Antônio como padrinho de nada menos que 37 crianças entre 1774 e 1810. Filho de Pedro Nunes e Maria Francisca, Manoel era natural da freguesia de Nossa Senhora de Benfica (procedência que provavelmente incorporou ao seu nome de família), patriarcado de Lisboa, e no rol de 1779 feito na freguesia de Santo Antônio ele consta como chefe de um fogo onde residem, além dele, mais 3 escravos. Neste mesmo documento seu irmão, Antônio Nunes Benfica reside com sua esposa, Maria Felícia da Natividade, um escravo e um agregado. Antônio Nunes Benfica foi Capitão-Mor de Santo Antônio da Patrulha, e com o irmão tinha em sociedade alguns campos e

---

<sup>223</sup> AHCMPA – Livro 1º de registros de batismo de Viamão, fl. 97, 27/06/1751.

<sup>224</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Francisco, reg. 60, fl. 13v, 18/12/1774; ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Francisca, reg. 144, fl. 31, 02/10/1777.

<sup>225</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Inácia, reg. 207, fl. 42, 15/11/1778; ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Francisca, reg. 275, fl. 53, 05/11/1780.

<sup>226</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Laureana, reg. 175, fl. 36v, 25/04/1778.

<sup>227</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Aurélia, reg. 291, fl. 56, 11/01/1781.

estâncias, que segundo Maciel<sup>228</sup> “(...) estavam aparelhadas, com engenhos de açúcar, dos primeiros que existiram na capitania, várias casas e muitos escravos”. Entre 1781 e 1783 Manoel casou-se com Maria Antunes Ferreira, filha de Felix Ferreira, natural de “*Alvergaria a velha, termo de Aveiro, bispado de Coimbra*”, e Catarina Antunes, natural de Laguna.<sup>229</sup>

A primeira vez que Manoel foi padrinho, o batizado era Vicente, filho de José Vitor de Mendonça e Vitória Luiza de Queirós. José Vitor era o filho mais velho de Inácio e irmão, por parte de pai, de Antônia Inácia, o que pode nos indicar que teria sido ele também o padrinho de Antônia Inácia. Sendo inclusive *responsável* pela aproximação dela com o Alferes Manoel, pois, em seu testamento, redigido em 1807, Manoel Benfica ao declarar a posse de uma sesmaria menciona que “*cuja sesmaria por uma mal feita medição que se fez aos campos da sesmaria de Manoel Gonçalves Ribeiro se correu pleito e saiu despachado a se fazer uma vistoria*”.<sup>230</sup> A dita vistoria ficaria a cargo dos testamenteiros, mas a menção a Manoel Gonçalves Ribeiro (seja ele o pai ou o filho) como seu vizinho, pode ter permitido que Antônia Inácia e Manoel Ribeiro se encontrassem.

Manoel Gonçalves Ribeiro e Antônia Inácia de Mendonça iniciaram o processo de habilitação para casamento em 1784, quando já tinham dois de seus oito filhos. Manoel precisou de dispensa para casar-se, pois manteve “*cópula ilícita*” com Maria Madalena, irmã de Antônia. Dessa relação aparentemente não houve filhos; nem mesmo Neis (1975), autor que pesquisou a vida da família, não menciona esse *incidente*.

---

<sup>228</sup> MACIEL JR., [1987], p. 79.

<sup>229</sup> Localizamos os batismos de três filhos de Manoel Benfica e Maria Antunes: Desidéria (1783), Catarina (1784) e Antônia (1786). Em todos os casos foram escolhidos os tios como padrinhos, Desidéria e Catarina seu tio paterno, Antônio Nunes Benfica, e Antônia o tio materno, Alberto Ferreira. Manoel também foi padrinho de duas sobrinhas, filhas de Antônio Benfica: em 1781 de Maria e em 1783 de Catarina. Manoel Benfica e o irmão possuíam alguns escravos (localizamos pelo menos 5 para cada) e deixaram vasta descendência em Santo Antônio da Patrulha. ACDO – Livro 1 de registros de batismos de Santo Antônio da Patrulha, Desidéria, reg. 398, fl. 75, 24/05/1783; Catarina, reg. 456, fl. 87, 24/11/1784; Antônia, reg. 505, fl. 97, 07/05/1786.

<sup>230</sup> APERS – Autos de inventário de Manoel Nunes Benfica, auto 109, maço 4, 1815, 2º cartório do Cível de Porto Alegre.

De acordo com as Constituições Primeiras havia alguns impedimentos ao casamento, e segundo Lott (2005, pp. 8-9), podiam ser de dois tipos: os *dirimentes* e os *impedientes*. Os *dirimentes* tinham caráter decisivo e podiam anular o ato, eram determinados pela idade (mínimo de 14 anos para o homem e 12 para as mulheres), pela impotência (antecedente à realização do casamento e perpétua, absoluta ou relativa). Os *impedientes* apesar de conter uma proibição grave não ensejavam a nulidade, eram determinados pelo voto simples (de virgindade, de castidade, de não se casar, de receber ordens sagradas e de abraçar o estado religioso), pelo parentesco legal e pela diferença de religião (um dos noivos sendo católico e o outro filiado a seita “herética”). No caso de Manoel e Antônia havia o parentesco por afinidade que “referia-se ao vínculo legal que existisse entre o cônjuge e os consangüíneos do outro: se em linha reta, em todos os graus e se em linha colateral, até o segundo grau, inclusive”,<sup>231</sup> visto a relação dele com uma irmã de Antônia. No entanto, na habilitação Manoel menciona que “por cópula ilícita se achava [ele] dispensado por sua Excelência Reverendíssima”.<sup>232</sup>

Em 1779 nasceu a primeira filha do casal Matildes, que foi batizada como filha natural, assim como a segunda Maria, os outros seis filhos nasceram já com o status de legítimos.

**Tabela 6 – Filhos de Manoel Gonçalves Ribeiro e Antônia Inácia de Mendonça**

<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>
10/11/1779	Matildes	Antônio Lopes Negreiros	Ana Maria, filha de Manoel Antônio Bitancurt
18/12/1783	Maria	João Moreira de Lemos	Maria da Conceição
02/05/1787	Francisca	Francisco Marques Lisboa	Joaquina Inácia de Freitas
04/12/1788	Leonarda	Francisco Jorge Ribeiro	Tereza Moreira, esposa de Francisco Jorge Ribeiro
05/09/1791	Antônio	Antônio Francisco Coelho	Francisca Loureiro
07/10/1792	Laureana	José Gonçalves Ribeiro	Francisca Loureiro
25/12/1793	Manoel	Licenciado Manoel dos Santos Xavier	Ana de Jesus Pinto, esposa de Manoel dos Santos Xavier
16/09/1797	Eufrásia	Francisco Jorge Ribeiro	Maria Santa

<sup>231</sup> LOTT, 2005, p. 8.

<sup>232</sup> AHCMPA – Habilitação de Manoel Gonçalves Ribeiro e Antônia Inácia Pereira de Mendonça, 1784.

**Fonte:** Livro 1 Santo Antônio da Patrulha – reg. 237, fl. 47; reg. 416, fl. 79v; reg. 554, fl. 106v; reg. 617, fl. 118; reg. 703, fl. 134; reg. 738, fl. 104v; reg. 824, fl. 154v; reg. 982, fl. 181v.

O Alferes Manoel Gonçalves Ribeiro era filho do Capitão Manoel Gonçalves Ribeiro e de Maria Rodrigues Moreira, natural e batizado na freguesia de Santo Antônio dos Anjos da vila da Laguna em novembro de 1730. O capitão Manoel Gonçalves era natural da freguesia de São Mateus do Bunheiro, comarca de Aveiro em Portugal, de onde teria saído ainda moço e vindo para o Rio de Janeiro, e posteriormente, na década de 1720, se transferido para o sul. Em Laguna o Capitão esteve envolvido em denúncias de contrabando e em contendas com o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, mas sempre esteve entre os *principais da terra*, e em 1732 teria recebido a primeira sesmaria do Continente de São Pedro nos campos de Tramandaí. Essa posse, a princípio, não foi ocupada pela família que recebeu nova concessão na localidade de Lombas nas imediações de Viamão.<sup>233</sup> Segundo Kühn (2006, p. 80) a família Gonçalves Ribeiro “*parece ter tido sua importância atrofiada ao se transferir para os Campos de Viamão. Pelo contrário, o ramo que permaneceu na vila de Laguna manteve sua posição social ao longo da segunda metade do século XVIII*”.

O Alferes Manoel Gonçalves fazia parte do ramo que migrou para o sul. Procurando comprovar seu estado de solteiro, ele inicia processo anexado a sua habilitação de casamento onde são arroladas testemunhas para confirmar a informação de “*que ele da dita sua pátria [Laguna] viera em direitura [sic] para a freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha desta comarca e bispado sendo de idade de doze anos e na mesma tem assistido até o tempo presente*”.<sup>234</sup> Confirmada essa informação por quatro testemunhas sabemos que em 1742 o Alferes Manoel Gonçalves chegou aos Campos de Viamão; seu pai, segundo Kühn, teria vindo apenas em 1755.<sup>235</sup> Portanto, o Alferes

---

<sup>233</sup> KÜHN, 2006, p. 80-81. Ver especialmente cap. 2.3.1.

<sup>234</sup> AHCMPA – Auto de justificação em favor de Manoel Gonçalves Ribeiro, 1784, fl. 2, documento anexado a habilitação de casamento de Manoel Gonçalves Ribeiro e Antônia Inácia Pereira de Mendonça, 1784.

<sup>235</sup> KÜHN, 2006, p. 81.

faria parte do *ramo atrofiado* dos Gonçalves Ribeiro, e não teve aqui tanto sucesso quanto a parentela que permaneceu em Laguna.

Na Relação de Moradores de 1784 Manoel Gonçalves (o Alferes) consta como proprietário de “*um sítio na costa da Serra*”, no entanto, essa posse era “*herança de sua mulher Antônia Pereira de Mendonça, filha do falecido Mendonça*” não de seu pai ou mãe.<sup>236</sup> Nessa propriedade o casal possuía 60 cabeças de gado, 20 bois, 8 cavalos, 20 éguas e 3 potros. Essa produção, de acordo com a classificação feita por Osório, indicaria Manoel e Antônia como *lavradores*, condição social pouco destacada frente aos irmãos de Manoel que ficaram em Laguna.<sup>237</sup> As irmãs de Manoel permaneceram em Laguna e casaram-se com “*homens detentores de prestígio e boa colocação na sociedade daquela época. A maior parte deles tinha patentes militares, especialmente de ordenanças*”, ao passo que os irmãos, assim como Manoel, migraram para os campos de Viamão e tiveram uma trajetória social descendente.<sup>238</sup>

Essa trajetória descendente, aliada ao procedimento *escandaloso* que marcou o casamento, talvez tenha sido parte da razão para a parca presença do casal como padrinhos.

**Tabela 7 – Manoel Gonçalves Ribeiro e Antônia Inácia de Mendonça como padrinhos.**

<b>Manoel Gonçalves Ribeiro</b>			
<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pais</b>	<b>Madrinha</b>
19/02/1781	José	Inácio José de Mendonça (filho), pardo, e Vitória Vieira de Jesus, parda	Tereza Rosa de Jesus, filha de Tomé Matias
28/04/1785	Sotério	Agostinho Garcia e Maria da Conceição, naturais de Laguna	Antônia Inácia Pereira de Mendonça, esposa de Manoel
<b>Antônia Inácia de Mendonça</b>			
<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pais</b>	<b>Padrinho</b>
28/04/1785	Sotério	Agostinho Garcia e Maria da Conceição, naturais de Laguna	Manoel Gonçalves Ribeiro, esposo de

<sup>236</sup> Pelo menos duas vezes na *Relação* é mencionada a compra de parte dos campos de Maria Rodrigues Moreira de seus herdeiros, no caso, os irmãos Gonçalves Ribeiro. AHRS – fundo Fazenda código F1198B, margem 148, pág. 305v. Transcrição gentilmente cedida por Paulo Moreira.

<sup>237</sup> OSÓRIO, 1999, pp. 70-71.

<sup>238</sup> KÜHN, 2006, p. 83.

			Antônia
08/07/1800	João	Antônio Francisco Amorim e Maria Ribeiro do Nascimento	Manoel Gonçalves Ribeiro, avô materno
14/12/1801	Luiz	Francisco Luiz de Melo, natural da cidade de Lisboa, e Francisca Gonçalves Ribeiro	Luiz Henriques de Carvalho

**Fonte:** 1º Livro de batismo de Santo Antônio da Patrulha, respectivamente, reg. 298, fl. 57; reg. 469, fl. 89v. Livro 2º, reg. 116, fl. 21v; reg. 260, fl. 56.

O casal foi convidado a ser padrinho na maioria das vezes por pessoas de sua família consangüínea. Manoel Gonçalves apadrinha, em 1781, o filho de seu *futuro* cunhado, que neste ano já era seu cunhado *de fato*, pois ele já tinha o primeiro filho com Antônia Inácia; em 1785 apadrinha o filho de Agostinho Garcia, e retorna a pia batismal somente 19 anos depois para batizar o neto João. Agostinho Garcia era natural de Laguna e filho de João Batista Garcia e de Vitória Pereira. Sua esposa, Maria da Conceição, também era natural de Laguna, filha de João Moreira de Godois e de Simoa da Cunha. Os sogros de Agostinho pertenciam a *elite de fundadores*. Na Relação de Moradores de 1784 para Santo Antônio da Patrulha, encontramos seis proprietários que declaram possuir terras na “*Praia do Moreira*”,<sup>239</sup> que acreditamos se referir a João Moreira de Godois, pois em três casos tratavam-se de genros do mesmo. Agostinho inclusive declara como origem da posse: “*genro da falecida Velha Simoa, ainda não sabe o que lhe cabe por herança*”.<sup>240</sup> Corroboram com nossa hipótese de que Godois pertencia a nascente *elite* o fato de uma de suas filhas, Maria (esposa de Agostinho) ser afilhada de Bernardo Pinto Bandeira<sup>241</sup>, e um de seus filhos, Manoel, ser afilhado do Manoel de Barros.<sup>242</sup> Uma filha de Simoa e João é casada com Lopes

<sup>239</sup> Moram na praia do Moreira, segundo a Relação, em 1784: Antônio Lopes Negreiros, Agostinho Garcia e Marcelino Pereira do Lago, estes genros do Moreira, e mais Francisco Machado, Antônio Adornes Monteiro e João Mendes.

<sup>240</sup> AHRS – fundo Fazenda código F1198B, margem 65, pág. 303. Transcrição gentilmente cedida por Paulo Moreira.

<sup>241</sup> AHCMPA – Livro 1º de registro de batismos de Viamão, fl. 16v, 07/12/1749.

<sup>242</sup> João Moreira de Godois e Simoa da Cunha tiveram, pelo menos, seis filhos: João, Salvador, Manoel, Felipe, Quitéria, Tereza, Rita, Maria. Os filhos homens localizamos através dos róis de confessados e não encontramos nenhuma referência entre os registros de batismos, podem ter migrado, as filhas mulheres têm filhos batizados em Santo Antônio da Patrulha.

Negreiros que é padrinho de um dos filhos de Manoel e Antônia e de um dos filhos de Agostinho.

Não encontramos muitos registros onde Inácio e Margarida tenham sido padrinhos. Margarida faleceu em 1763 e Inácio em 1765, antes, portanto, do primeiro livro de registro de Santo Antônio, sendo possível que tenham participado das cerimônias na capela da fazenda, de onde não temos registros. Os filhos de Inácio, José Vitor e Ana Francisca, não constaram como padrinhos. Já entre os cinco filhos que teve com Margarida, apenas Francisca Inácia não foi localizada como madrinha, como podemos conferir no quadro abaixo.

**Tabela 8 – Filhos de Inácio e Margarida como padrinhos**

<b>Maria Madalena</b>			
<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pais</b>	<b>Padrinho</b>
1777	Juliana	Miguel dos Santos Leão e Francisca de Mendonça	Vitorino Pires Duarte
1782	Francisco	Manoel Pires e Francisca Martins, pardos forros	Antônio Martins, tio do batizado
1781	Manoel	Exposto em casa de Maria Madalena	Eusébio de Moraes Navarro
1778	Brígida	Martinho Gonçalves e Ana Ribeiro	Vitorino Pires Duarte
<b>Mariana Josefa</b>			
<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pais</b>	<b>Padrinho</b>
1776	Joaquina	Manoel Francisco de Almeida e Antônia, índia	José Manoel de Jesus (esposo de Mariana)
<b>Antônia Inácia</b>			
<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pais</b>	<b>Padrinho</b>
1785	Sotério	Agostinho Garcia e Maria da Conceição, naturais de Laguna	Manoel Gonçalves Ribeiro (esposo de Antônia)
1801	Luiz	Francisco Luiz de Melo, natural de Lisboa, e Francisca Gonçalves Ribeiro	Luiz Henriques de Carvalho (filha dela e ela viúva)
1800	João	Antônio Francisco Amorim e Maria Ribeiro do Nascimento	Manoel Gonçalves Ribeiro (avós maternos)
<b>Inácio José (filho)</b>			
<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pais</b>	<b>Madrinha</b>

1782	Manoel	Francisca, filha de Hilário, pardo forro	Vitória Vieira de Jesus, esposa de Inácio José (filho)
------	--------	--	--

**Fonte:** livros de Santo Antônio da Patrulha.

Sobre os afilhados de Antônia Inácia discorreremos a pouco; veremos agora seus irmãos. Das quatro ocasiões em que a filha mais velha do casal, Maria Madalena, foi madrinha, em duas estava acompanhada por Vitorino Pires Duarte, uma por Eusébio Navarro e uma por Antônio Martins. Do último nada pudemos apurar. Sobre Eusébio de Moraes Navarro sabemos que ele possuía um terreno na freguesia de Santo Antônio da Patrulha arrolado na Relação de Moradores e que vivia “*de seu ofício de sapateiro*”.<sup>243</sup> Apenas Vitorino Pires Duarte encontramos como padrinho de outras duas crianças, nesses casos acompanhado por Úrsula Joaquina, filha de Gaspar Fernandes e Maria de Brito.<sup>244</sup> Lembramos que em 1754, Manoel de Barros e Margarida Pereira, respectivamente, avô materno e mãe de Maria Madalena, haviam sido padrinhos de um dos filhos de Gaspar Fernandes e Maria de Brito. A rede iniciada por Manoel de Barros, dessa forma, seguia sendo fortalecida e ampliada por sua neta, mesmo que para padrinhos de seus filhos Maria Madalena tenha escolhido *gente de baixo*, pois tecer redes verticais também fazia parte da estratégia.

Mariana Josefa foi madrinha apenas uma vez, sendo seu afilhado filho de uma índia. Essa pouca frequência pode ser creditada a sua morte precoce em 1780 com apenas 22 anos. Inácio José (filho) também foi padrinho uma única vez, e assim como Mariana, seguiu tecendo redes predominantemente verticais.

O afilhado de Inácio José (filho), Manoel, era neto de Hilário da Costa, pardo forro, “*natural e batizado na freguesia de Santo Antônio dos Anjos, da vila da Laguna*”<sup>245</sup> e

<sup>243</sup> AHRS – fundo Fazenda códice F1198B, margem 101, pág. 304. Transcrição gentilmente cedida por Paulo Moreira.

<sup>244</sup> Batismos de Bartolomeu, filho de José Machado e Francisca Xavier de Brito (ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, reg. 266, fl. 52, 21/09/1780) e de João, “*exposto em casa de Maria de Brito, viúva que ficou de Gaspar Fernandes*” (ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, reg. 318, fl. 60, 21/08/1781).

<sup>245</sup> Assim referido no batismo de sua filha Maria em 1781 (ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, reg. 300, fl. 57, 13/03/1781).

de Caetana Xavier , parda forra. A mãe de Manoel, Francisca, provavelmente nasceu ainda em Laguna, pois não encontramos em Santo Antônio da Patrulha e adjacências menção ao seu batismo. Na freguesia Hilário e Caetana tiveram mais quatro filhos: Feliciano, Ana, Inácia e Maria.

Pudemos perceber que entre os filhos de Inácio e Margarida, Antônia Inácia foi a que mais claramente tentou seguir trilhando o caminho da ascensão social, fato demonstrado pelo seu casamento com um descendente direto do Capitão Gonçalves Ribeiro. No entanto, em duas das três vezes que foi madrinha, a criança guardava algum elo de parentesco sanguíneo com ela: Luiz e João eram seus netos. Apenas em um caso o afilhado não era seu parente sanguíneo. Nossa hipótese é a de que o envolvimento ilícito do casal tenha desencorajado os pais a convidá-los como padrinhos, ou seja, os tenha *desqualificado* frente à comunidade. Corrobora com essa hipótese o fato de que a única vez em que o casal foi convidado por *não-parentes* foi um ano depois do casamento e, tratava-se de uma família que guardava alguns vínculos com o avô de Antônia Inácia, Manoel de Barros, como vimos anteriormente.<sup>246</sup>

A atenção às redes de solidariedade por parte de Antônia Inácia é anterior ao seu casamento com Manoel Gonçalves; em 1783, ela foi madrinha de crisma por duas vezes: de uma escrava pertencente a sua cunhada, e de uma crioulinha filha de um pardo forro e de uma preta forra.<sup>247</sup> A crisma, ou melhor dizendo, a *confirmação* era o segundo dos sete sacramentos<sup>248</sup> a serem administrados aos fiéis católicos “*que Cristo Senhor nosso instituiu, para que por meio dele se fortalecessem na sua graça, e Fé os já*

---

<sup>246</sup> Manoel e Antônia foram padrinhos de um dos filhos de Agostinho Garcia, genro de João Moreira de Godois, que por sua vez era compadre de Manoel de Barros.

<sup>247</sup> Isabel, 20 anos, nação angola, escrava de Vitória de Queirós, viúva, moradora nesta freguesia (ACDO – Livro 3 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, crismas, reg. 27, 25/05/1783); Francisca, 5 anos, crioula, filha legítima de Manoel de Castro, pardo, e de Maria Francisca, preta, ambos forros, natural e batizada nesta freguesia e nela moradora (ACDO – Livro 3 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, crismas, reg. 72, 25/05/1783).

<sup>248</sup> Os sacramentos eram batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I.

*Batizados*<sup>249</sup>, sendo que “os efeitos próprios deste Sacramento, além do caráter, que imprime, são aumentar na graça e roborar [sic] na Fé aos que o recebem”.<sup>250</sup> Recebiam o Sacramento da Confirmação os fiéis maiores de sete anos de idade que soubessem “a Doutrina Cristã, ao menos o Credo, ou Artigos da Fé, o Padre nosso, Ave Maria, e Mandamentos da Lei de Deus”.<sup>251</sup> Nesta cerimônia também havia a figura do padrinho, que possuía as mesmas obrigações do padrinho no batismo: ensinar a Doutrina Cristã. No entanto, eram escolhidos apenas um padrinho ou madrinha, que deveria ter pelo menos 14 anos no caso dos homens e 12 no caso das mulheres, excluindo-se os pais, cônjuges, religiosos, excomungados, interditos, acusados de delitos graves, mudos, surdos e os *desasisados*<sup>252</sup>, e também os padrinhos de batismo.<sup>253</sup>

Temos poucos relatos de pesquisa que apresentam esse tipo de registro, e isso talvez se deva ao fato de que esse sacramento devia ser ministrado pelo Bispo. Dado o tamanho das dioceses no período colonial foram poucas as vezes em que foi ministrado e por conseqüência são poucos os registros existentes. Para Santo Antônio da Patrulha encontramos o registro de sete cerimônias, cinco realizadas em 1783 e duas em 1800, todas durante Visitas Pastorais, onde os Visitadores tinham autorização do Bispo do Rio de Janeiro para administrar o referido Sacramento.

As Visitas faziam parte de um projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro que buscava disseminar os “*ditames tridentinos através da vasta extensão territorial do bispado, atingindo até mesmo aos fregueses situados nas mais longínquas fronteiras de sua jurisdição*”<sup>254</sup>, para isso foi publicado um conjunto de pastorais e editais que visavam normatizar as atitudes dos fiéis e dos clérigos de acordo com os padrões comportamentais e espirituais recomendados pelo Concílio de Trento. No entanto, para que essas regras fossem efetivas era necessário que fossem fiscalizadas. Para verificar o cumprimento das disposições tridentinas, e até mesmo a recepção das

<sup>249</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título XXI, art. 76, p. 31.

<sup>250</sup> *Idem*, Livro I, título XXI, art. 76, p. 31.

<sup>251</sup> *Idem*, Livro I, título XXI, art. 76, p. 32.

<sup>252</sup> Desasisado: “o que tem perdido o siso. Imprudente, temerário, louco.”. Cf. BLUTEAU, p. 94.

<sup>253</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título XXI, art. 79, p. 33.

<sup>254</sup> KÜHN, 1996, p. 55.

mesmas, foi criado um mecanismo denominado Visita Pastoral, que deviam ser realizadas pelos Bispos de cada diocese, ou na sua impossibilidade, pelo Vigário Geral ou Visitador pelo menos uma vez ao ano:

[...] o intento principal de todas essas visitas será estabelecer a doutrina sã e ortodoxa, excluídas as heresias, manter os bons costumes, emendar os maus com exortações e admoestações, acender o povo à religião, paz e inocência: e estabelecer o mais que o lugar, tempo e ocasião permitir para proveito dos fiéis, segundo o julgar a prudência dos que visitarem.<sup>255</sup>

Apesar de ter freqüência anual, na paróquia de Santo Antônio da Patrulha ocorreram 10 visitas durante o período por nós analisado (1773-1824)<sup>256</sup>, e em duas foram organizadas as sete cerimônias de crisma, onde 723 fregueses confirmaram sua Fé Cristã.

**Tabela 9 – Registros de crismas 1783 e 1800.**

<b>Data</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
04/05/1783	135	18,7
11/05/1783	123	17,0
18/05/1783	33	4,6
25/05/1783	177	24,5
01/06/1783	76	10,5
19/03/1800	145	20,1
23/03/1800	34	4,7
<b>Total</b>	<b>723</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** livro 3 – batismos e crismas de Santo Antônio da Patrulha.

<sup>255</sup> O Sacrosanto, e Ecumênico Concílio de Trento em latim e portuguez: dedicado e consagrado aos Excell. e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, 1864, tomo 2, p. 271 *apud* KÜHN, 1996, pp. 55-56.

<sup>256</sup> Recolhemos esses dados a partir dos vistos registrados nos livros de batismos pelos Visitadores em: 06/06/1783, 22/02/1791, 01/12/1795, 16/09/1799, 18/03/1800, 20/03/1800, 10/10/1803, 30/12/1803, 13/10/1815, 22/12/1824. ACDO – Livros 1, 1E, 2, 3 e 4 de batismos de Santo Antônio da Patrulha.

As crismas foram registradas pelo Visitador no mesmo livro que os registros de batismo<sup>257</sup>, e apesar de não comporem uma série que cubra todo o período de nossa análise, nos revelaram uma parcela importante da população da freguesia: os escravos. Em todas as cerimônias de crisma foram crismados 141 escravos, 95 homens e 46 mulheres, que representavam 19,5% do total de crismados, sendo que 53,9% deste grupo se referia a escravos *de nação*, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 10 – Procedência dos escravos mencionadas nas crismas**

Referência	#	%
“de nação”	76	53,9
Crioulos	30	21,3
Pardos	19	13,5
Sem referência	16	11,3
Total	141	100

**Fonte:** livro 3 – crismas Santo Antônio da Patrulha.

Considerando apenas os que traziam explícita a origem, temos 125 indivíduos. Destes, podemos somar os *crioulos* e os *pardos*, por podermos com razoável certeza considerar que são indicativos de indivíduos nascidos no Brasil. Assim, teríamos 60,8% de africanos e 39,2% de crioulos.

Isabel, a afilhada de Antônia Inácia foi mencionada como de “*nação angola, escrava de Vitória de Queirós, viúva, moradora nesta freguesia*”<sup>258</sup> e assim como ela haviam mais 34 angolas que compunham a maioria dos africanos mencionados:

**Tabela 11 – Nações africanas mencionadas nas crismas**

Nação	#	%
Angola	34	44,7
Benguela	26	34,2
Rebolo	8	10,5
Congo	6	7,9
Cassange	1	1,3

<sup>257</sup> “Possibilitava-se que se fizesse o registro das confirmações (crismas) no próprio livro de batismos e no caso de mudança de nome, que se acrescentasse: ‘N que até agora se chamava N, filho de N e N e etc’. (Título XXII) e que se registrasse o novo nome na margem do assento de batismo.” Cf. LOTT, 2005, p. 5.

<sup>258</sup> ACDO – Livro 3 de registros de batismos de Santo Antônio da Patrulha, crismas, reg. 37, 25/05/1783.

Ambaca [sic]	1	1,3
<b>Total</b>	76	100

**Fonte:** livro 3 – crismas Santo Antônio da Patrulha.

Descartando a última nação, que não conseguimos localizar em qualquer bibliografia, todas as restantes são representativas de grupos de procedência localizados na África Central Atlântica, região de onde, neste período, vinha boa parte dos trabalhadores africanos escravizados.<sup>259</sup>

Quando foi convidada a ser madrinha de crisma Antônia ainda era solteira, mas já tinha duas filhas com Manoel Gonçalves Ribeiro, portanto, representava para o grupo dos de baixo uma importante *intermediária social*, conforme já mencionamos. Além de constar como madrinha, Antônia Inácia de Mendonça é mencionada no registro de crismas como proprietária de uma escrava chamada Eugênia, crioula de 7 anos de idade, “*natural e batizada na Matriz da Capitania do Espírito Santo*”. A pequena Eugênia teve como madrinha Helena Maria de Jesus, esposa de Timóteo Leão da Costa, que neste registro não têm suas cores mencionadas, mas sabemos tratar-se de um casal de pardos forros.<sup>260</sup>

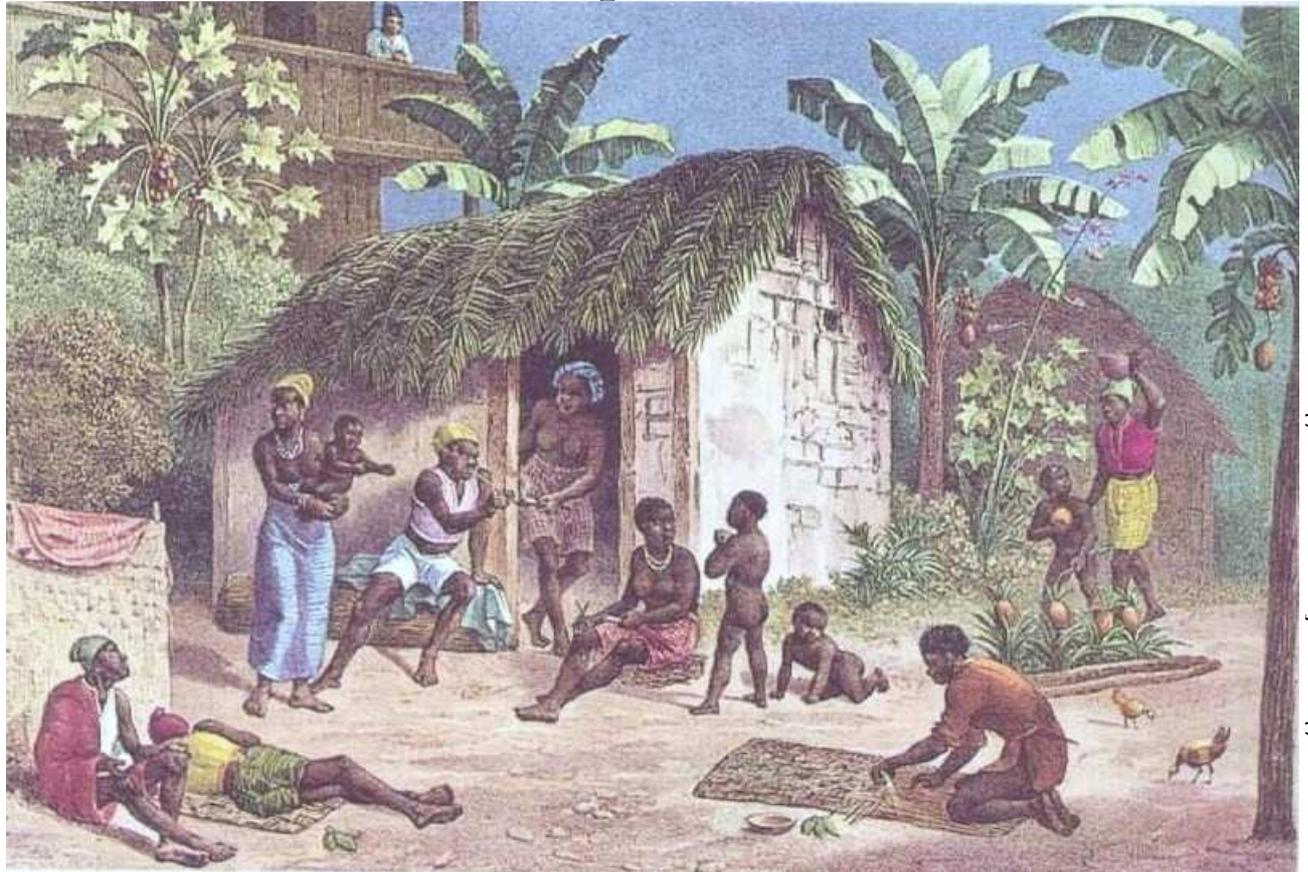
Assim como Eugênia, 66,6% dos crioulos e 53,9% dos *de nação* crismados escolheram livres ou libertos/forros como padrinhos. Essas escolhas revelam que as estratégias de apadrinhamento, buscando intermediários em estratos sociais acima de seus próprios, estavam disseminadas em todas as camadas da sociedade. Brancos e pardos buscavam através das redes de apadrinhamento construir relações capazes de consolidar sua presença no novo espaço que haviam escolhido para viver. Resta-

<sup>259</sup> KARASCH, 2000, Capítulo 1. Ver também: FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno (1492 / 1800)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003; THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico. 1400/1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<sup>260</sup> Timóteo Leão da Costa, preto/crioulo forro, natural do Rio de Janeiro, e Helena Maria de Jesus, preta/crioula forra, natural do Rio Grande tiveram 4 filhos batizados no livro 1: Antônio em 1776, Inácia em 1778, João em 1781 e Quirino em 1783. ACDO – Livro 1 de registros de batismos de Santo Antônio da Patrulha, reg. 102, 191, 290 e 388, respectivamente.

nos procurar saber se entre os escravos essas estratégias também foram importantes e de que forma eram articuladas. É o que veremos no próximo capítulo.

## Capítulo 3



Famílias escravas em Santo Antônio da  
Patrulha.

### **3. APESAR DO CATIVEIRO: FAMÍLIA ESCRAVA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA.**

Vimos até agora como se deu a ocupação do extremo-sul da colônia a partir das relações sociais construídas pelos primeiros migrantes, vimos também que esse grupo era composto por brancos e não-brancos que não estavam necessariamente divididos entre livres e escravos. Pudemos perceber também que as estratégias para a formação das diferentes redes de solidariedade, que constituíram a base da ocupação foram quase sempre baseadas em elos de parentesco, fossem eles consangüíneos ou não. Agora resta-nos buscar entender se esses elos fizeram parte das vivências dos escravos. Buscaremos, usando também como fonte os registros de batismos, verificar se o parentesco espiritual também foi capaz de formar redes escravas na freguesia de Santo Antônio da Patrulha.

#### **3.1. A família escrava é possível?**

A análise das estratégias utilizadas por escravos e seus descendentes para adquirirem melhores condições de sobrevivência e até uma mudança brusca em seu status social é algo recente na historiografia. A mercantilização de seres humanos pelo sistema escravista proporcionou a disseminação de uma visão do escravo como *coisa*, sujeito passivo na relação escravo-senhor, e influenciou a historiografia até muito pouco tempo. Sob este prisma, os cativos teriam posturas inertes frente a dominação, somente invertendo este quadro quando morriam (através do suicídio), matavam (principalmente seus senhores) ou refugiavam-se em quilombos. Para estes autores, a dominação teria sido completa, não sendo possível ao escravo estabelecer

laços de parentesco, solidariedade ou manifestações culturais, sendo suas relações balizadas pelas relações da *casa grande*.<sup>261</sup>

Os estudos sobre a família escrava são bastante recentes, pois os primeiros estudos sobre escravidão no Brasil seguiram uma interpretação segundo a qual a existência da família escrava era desconsiderada, e os argumentos para sua inexistência iam da inferioridade racial à pressão negativa do sistema escravista.

Mesmo inseridas neste quadro de *inexistência* de relações estáveis que merecessem o rótulo de *famílias*, temos descrições de laços afetivos entre os escravos nos relatos dos primeiros viajantes estrangeiros que circularam pelo país nos séculos XVIII e XIX. Europeus em sua maioria, estes viajantes viam a senzala como espaço de libertinagem e promiscuidade. A presença de uniões não sacramentadas pela Igreja e de mães solteiras escandalizava os viajantes, pois para eles tudo aquilo que se distanciava da moral cristã europeia era promíscuo e devasso. Portanto, não lhes parecia possível o estabelecimento de famílias nestes ambientes, confirmando a teoria de inexistência.

Em finais do século XIX, o etnólogo e médico-legista Raimundo Nina Rodrigues, propõe uma explicação “científica” para a discriminação racial: “*Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou ações*”.<sup>262</sup> Para este estudioso o estado de barbárie e atraso da raça negra não permitia que estabelecessem relações familiares duradouras.

Em contraponto a esta visão cientificista da escravidão, Gilberto Freyre e outros estudiosos da década de 1930, transferiram a responsabilidade pelo não desenvolvimento da família escrava ao *sistema* escravista. Apesar de não negarem a

---

<sup>261</sup> Vários dos trabalhos usados nesta dissertação se referem a este debate, mas para que não nos estendamos demasiado, recomendamos: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (principalmente o último capítulo); e SCHWARTZ, Stuart. *A Historiografia Recente da escravidão Brasileira*. In: \_\_\_\_\_. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

<sup>262</sup> MOTTA, 1988, p. 108. Ver: CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade. A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, EDUSF, 1998.

existência de núcleos familiares na comunidade cativa, este grupo vê este tipo de relação como exceção, além de constituir uma estratégia de aumento dos plantéis de escravos. O que se propunha é a substituição do argumento étnico de Nina Rodrigues por uma explicação sócio-econômica, no entanto o quadro de promiscuidade e libertinagem continua sendo consenso. Marca esse momento a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre<sup>263</sup>, em 1933, obra que segundo Rocha

[...] constitui um marco nos estudos a respeito da formação da sociedade brasileira. Assim, ao investigar a constituição da família patriarcal no Brasil, esse autor introduz o uso de uma série de fontes, que posteriormente serão difundidas pelo movimento dos *Annales*, na década de 1940. Um bom exemplo são as cantigas de ninar cantadas pelas amas, que são utilizadas para mostrar as influências da cultura negra na educação das crianças brancas.<sup>264</sup>

Freyre foi inovador no uso das fontes e também por apresentar a contribuição do negro a cultura brasileira de maneira positiva, e faz isso a partir de uma distinção entre a contribuição do *negro* e do *escravo*, pois, segundo esse autor, se houve influência negativa na formação social brasileira ela era fruto da condição jurídica desse indivíduo (enquanto escravo), não de sua raça ou cultura.<sup>265</sup> Sendo inclusive o desregramento sexual reinante no Brasil escravista um resultado das relações de dominação entre senhores e escravos:

[...] se havia promiscuidade, esta não era obra da “raça inferior” (que ele mesmo usa entre aspas, em tom irônico), mas da “superior”, uma

---

<sup>263</sup> Sobre a vida e obras desse autor recomendamos o site da Fundação Gilberto Freyre: <http://www.fgf.org.br/>

<sup>264</sup> ROCHA, 2004, p. 21.

<sup>265</sup> Muitas críticas podem ser (e foram feitas) a obra de Freyre: “*Os críticos nem sempre foram generosos com Gilberto Freyre. Mesmo os que foram, como o próprio Darcy [Ribeiro], raramente deixaram de mostrar suas contradições, seu conservadorismo, o gosto pela palavra sufocando o rigor científico, suas idealizações e tudo o que, contrariando seus argumento, era simplesmente esquecido. É inútil rebater as críticas. Elas procedem. Pode-se fazê-las com mordacidade, impiedosamente ou com ternura, com compreensão, como seja. O fato é que a até já perdeu a graça repeti-las ou contestá-las. Vieram para ficar assim como o livro.*” Fernando Henrique Cardoso In: Freyre, 2006, p. 20.

vez que os senhores brancos é que exerciam o papel ativo dessas relações, restando ao negro escravo apenas a obediência passiva.<sup>266</sup>

Submetidos a vontade dos senhores, os escravos também seriam absorvidos pela estrutura familiar da Casa Grande:

[...] noção de “família patriarcal brasileira” tem como base a idéia de “família extensa”, ou seja, aquela que engloba esposa, filhos, netos, avós, agregados e escravos, enfim todos aqueles que se encontram sob o poder e proteção do pai-senhor. Portanto, inexistente em seu trabalho uma delimitação clara entre a família branca e a família negra. As duas parecem misturar-se e fundir-se em uma só, tendo como referencial a fazenda monocultora.<sup>267</sup>

Freyre ao incluir no mesmo núcleo familiar brancos e negros caracteriza as relações entre senhores e escravos de forma harmoniosa. Esta *brandura* distinguiria o sistema escravista brasileiro de seus correspondentes americanos e foi alvo de duras críticas, principalmente na década de 1960, por parte de alguns sociólogos paulistas como Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Roger Bastide e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, que ficaram conhecidos como a *Escola Paulista de Sociologia*.<sup>268</sup>

Em oposição aos argumentos de Freyre estes autores destacaram o caráter eminentemente violento do sistema escravista, onde não haveria espaço algum para concessões e imperava o conflito. O nível de violência seria o responsável por desumanizar o escravo, tornando, por conseqüência, impossível a formação familiar entre eles.

Dentro dessa perspectiva, as condições impostas pelo cativo teriam impedido a possibilidade de existência de famílias entre a população escrava. Isso porque fatores como a separação por venda ou herança, a grande desproporção entre o número de homens e mulheres e, por

---

<sup>266</sup> ROCHA, 2004, p. 25.

<sup>267</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>268</sup> Ver: ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru (SP): Editora do Sagrado Coração, 1998. Introdução.

fim, o desinteresse tanto por parte dos escravos quanto dos senhores teriam dificultado enormemente o surgimento de uniões sexuais estáveis e, por conseguinte, favorecido um tipo de comportamento promíscuo entre os escravos.<sup>269</sup>

Portanto, o escravo como mero instrumento de trabalho, sem autonomia, completamente submetido ao sistema escravista não teria sido capaz de formar famílias. Florestan Fernandes, em estudo a respeito da inserção do negro no mercado de trabalho do pós-abolição, indica como fator inviabilizador da integração desses indivíduos na sociedade de classes a miséria material e moral herdada do cativo, representada principalmente pela ausência de laços familiares que o liberto herda de seus antepassados:

[...] não foi a família que se desintegrou, como instituição social, e em consequência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos, mas a própria família que não se constituiu e não fez sentir seu influxo psico-social e sócio-cultural na modelação da personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou anti-sociais e na criação de laços de solidariedade moral. Comprova-se isso, historicamente, por uma simples referência à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava.<sup>270</sup>

Apesar da oposição ao argumento de Freyre os autores da Escola Paulista, ao criticarem a existência de uma *democracia racial* no país, exacerbam a crítica à violência inerente ao sistema escravista, ao ponto de obliterar outros aspectos daquela formação sócio-econômica. Como parte da agenda política daqueles autores estava ocupada em afirmar com ênfase a existência de racismo no presente, era preciso atacar o principal representante da idéia de harmonia histórica entre as raças no Brasil. Destacava-se a violência do sistema escravista no Brasil, a tal ponto, que o resultado foi a transformação do cativo em vítima inerte. Se o negro no pós-abolição

---

<sup>269</sup> ROCHA, 2004, pp. 25-26.

<sup>270</sup> FLORESTAN *apud* ROCHA, 2004, p. 26.

mostrou-se incapaz de disputar os melhores empregos, de assumir cargos de maior relevo, de organizar relações familiares estáveis, não foi por ser negro (característica etno-racial), mas por ter sido escravo. Influenciados pela literatura sociológica norte-americana, os autores da Escola Paulista utilizam como fontes centrais os relatos de viajantes europeus que circularam pelo Brasil nos sécs. XVIII e XIX, e é a partir da análise desses documentos que se conclui pela deformidade moral do escravo (e seu estado de “*anomia social*”<sup>271</sup>) que teria impedido a formação familiar nas senzalas.

Somente na década de 1970 as discussões sobre a família escrava ganham espaço na historiografia brasileira, e isso acontece através dos estudos de cunho demográfico, que rompem com o primeiro *paradigma* apontando a presença formal de laços familiares em seus levantamentos. Os primeiros trabalhos publicados no Brasil dedicam-se a análise das estruturas e das dinâmicas das populações urbanas, tendo como fontes principais censos e séries de registros paroquiais. Autores como Maria Luiza Marcílio, Iraci del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, entre outros, foram pioneiros na utilização de fontes seriadas e dos métodos propostos por Louis Henry, *pai* da demografia histórica.<sup>272</sup>

A partir dos levantamentos de registros paroquiais, entre outras fontes seriadas, foi possível constatar que os escravos acessavam sacramentos como o matrimônio com maior frequência do que defendia a historiografia tradicional aqui anteriormente mencionada, e dessa forma “*ampliou-se de modo notável o conhecimento sobre a família livre e a escrava, sobre a criança e a mulher, sobre as relações de sociabilidade*”.<sup>273</sup> Aliado a esses estudos surge no Brasil, no início da década de 1980,

---

<sup>271</sup> Segundo RIOS e MATTOS (2005, p. 23), “*um dos pilares da análise da personalidade anômica e patológica do liberto era a presumida ausência de vida familiar e cultural dos escravos*”. Um ótimo debate sobre esta questão pode ser encontrado em RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (principalmente na primeira parte intitulada “Experiência e Narrativa – O “Pós-abolição” como problema histórico”). Ver também: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; SLENES, Robert. *Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 189-203, mar. / ago. 1988.

<sup>272</sup> MARCÍLIO, 1997, p. 130.

<sup>273</sup> BACELLAR, SCOTT e BAZANEZZI, 2006, p. 1.

uma série de trabalhos influenciados pela obra de E. P. Thompson que buscavam “trazer para cena histórica a ação de homens marginalizados dentro da sociedade em que viveram”.<sup>274</sup> Neste sentido, o centenário da Abolição da escravatura, em 1988, foi marcado por uma série de publicações e projetos de pesquisa que procuravam demonstrar que o escravo tinha uma concepção própria daquilo que ele considerava como justo ou aceitável no cativeiro. Autores como Robert Slenes, Stuart Schwartz e Sidney Chalhoub, entre outros, analisaram a relação entre escravos e senhores considerando o cativo como sujeito ativo, que *agia* e não apenas *reagia* às pressões senhoriais, capaz de estabelecer relações estreitas e sólidas com seus semelhantes e com seu senhor, *apesar* do cativeiro. Sob esta nova perspectiva os estudos sobre a comunidade cativa se debruçaram sobre a família escrava, as redes de solidariedade e convívio que estes estabeleciam, considerando estes movimentos como uma forma de resistência tão legítima quanto a fuga e admitindo um espaço de concessões, mesmo que sob tensões.

Para este novo tipo de análise, comum a estes autores, foi necessária a utilização de um conceito de família mais amplo e maleável, que permitisse o entendimento da dinâmica da família escrava, dentro de sua própria organização, levando-se em conta a origem africana dos envolvidos, os grupos sociais onde estavam inseridos e as peculiaridades regionais.

A dinâmica da família escrava tem importantes diferenças, sua composição extrapola os laços consangüíneos e se estabelece através das redes de solidariedade e de relações sociais, principalmente as *oficializadas* pelo batismo através do apadrinhamento. Cabe aqui destacar que apesar de mostrar como as relações entre senhores e escravo poderiam ser mais próximas do que pensávamos, devemos lembrar que o escravo ainda vive *cativo*, e isso lhe impõe algumas restrições significativas. Sua mobilidade se restringe e a noção de família como unidade de coabitação perde sua utilidade. Para entender como a família escrava se estruturou,

---

<sup>274</sup> ROCHA, 2004, p. 37. A respeito, ver: LARA, Sílvia. Blowin' in the Wind. E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil. *Projeto História*, nº 12, 1995, p. 54.

é necessário entender os elos *não-sanguíneos ou fictícios* de parentesco estabelecidos entre eles.

É necessário reiterar, que a historiografia recente sobre o tema não deixa dúvida sobre a existência – mesmo que sujeita a várias formas de instabilidade - das relações familiares entre escravos. Além disso, passa a ver o cativo como sujeito ativo na relação escravo-senhor, pois a criação de núcleos familiares além de ajudar o escravo a superar o desgaste psicológico provocado pelo sistema escravista, funcionava também como importante elemento na política de dominação senhorial.

Utilizando como fontes primárias os registros paroquiais de batismo Gudeman e Schwartz (1988), examinam os elos de parentesco fictício através do compadrio. Segundo os autores, o batismo cria elos espirituais entre o padrinho e o afilhado:

O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de “substância espiritual”<sup>275</sup>.

No entanto, a relação entre padrinho-afilhado deve ser compreendida além do parentesco espiritual e religioso, e inserida nas relações sociais da comunidade. Mesmo sem tratar diretamente do status social do padrinho, a Igreja deixa implícito em seus preceitos a superioridade do vínculo de paternidade espiritual sobre o carnal.

Segundo Schwartz, raramente os próprios senhores batizavam seus escravos, pois a proximidade com o batizado, criada pelo apadrinhamento, sugeria uma inclinação a revogar algo de seu próprio poder como *dono* do escravo, e havia uma preferência por padinhos livres e/ou libertos, e de status melhores que os dos próprios escravos, mas nunca maiores do que o do senhor deste. É possível que esta tentativa de vincular seus filhos a padinhos em condições melhores do que a sua seja parte de uma estratégia de proteção do futuro do batizado, uma vez que ele teria

---

<sup>275</sup> GUDEMAN e SCHWARTZ, 1988, p. 41.

a quem recorrer caso sofresse uma injustiça por parte do senhor, ou pretendesse a alforria.

Portanto, podemos concluir que o compadrio é uma forma de vincular as pessoas entre si e só pode ser entendido *de dentro pra fora*, mesmo que seu sistema emane da Igreja e tenha uma interpretação espiritual, torna-se importante meio de análise das *relações sociais das comunidades escravas*, no momento que o admitimos como suporte para criação de suas famílias. Os padrões de escolha de padrinhos, sua localidade, legitimidade, sexo, cor e estatuto legal, nos demonstram como as famílias escravas enxergavam suas relações internas. A escolha dos padrinhos e madrinhas não só nos fornecem pistas sobre a formação e constituição das comunidades escravas, como também podem nos auxiliar a mapear suas relações sociais e através delas suas territorialidades.

Certamente devemos considerar que a análise da comunidade escrava dificilmente poderá ser realizada sem o recurso a fontes primárias produzidas *sobre ela* e não *por ela*.<sup>276</sup> Assim, encontramos nos registros paroquiais de batismo de escravos uma possibilidade de perceber como a comunidade escrava (e negra em geral) conseguia estabelecer redes de parentesco e familiaridade que a auxiliavam no seu cotidiano. Retirados compulsoriamente do continente africano, desenraizados em suas estruturas familiares, culturais e étnicas, os cativos conseguiram em terras brasileiras reinventar suas identidades e constituir comunidades que garantiram sobrevivência não só física como cultural.

---

<sup>276</sup> Nos últimos anos as pesquisas realizadas junto a comunidade *quilombolas* trouxeram importantes subsídios para a valorização da família forjada no cativo e das territorialidades verificadas no pós-emancipação, através do recurso a documentos diversos, incluindo os depoimentos orais dos descendentes. Ver: ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista da (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS; RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. BARCELLOS, Daisy et alli. *A comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade, territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. SILVA, Vera Regina Rodrigues da. *'Da Gente da Barragem' a 'Quilombo da Anastácia': um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no Município de Viamão/RS*. 2006. 159 p. DISSERTAÇÃO (Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

### 3.2. Famílias cativas na freguesia de Santo Antônio da Patrulha.

Para a freguesia de Santo Antônio da Patrulha encontramos apenas um livro de registro de batismos dedicado exclusivamente aos escravos, aberto em 1799 e finalizado em 1854. Segundo as *Constituições Primeiras*<sup>277</sup> os batismos deveriam ser registrados em livros específicos, numerados e guardados na Igreja Matriz da paróquia, sendo que nestes registros deveriam constar os nomes do batizado, seus pais e padrinhos, além da data, o nome do padre que celebrou o sacramento e a freguesia de origem de todos os envolvidos; informações necessárias para que a qualquer tempo se pudesse “constar do parentesco espiritual que se contrai no Sacramento do batismo e da idade dos batizados”.<sup>278</sup> A menção a condição de legitimidade dos batizados também estava prevista no texto das Constituições:

E quando o batizado não for havido de legítimo de matrimônio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for coisa notória e sabida e não houver escândalo; porém havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe, se também não houver escândalo, nem perigo de o haver.<sup>279</sup>

Essas recomendações talvez expliquem as crianças registradas tendo pais incógnitos, pois nos parece pouco plausível que as mães não conhecessem os pais de seus filhos, sendo mais provável que não *pudessem* declará-los. Ainda “no registro também deveria constar a cor da criança, sua condição social (livre, escrava ou exposta)”, segundo Lott (2006, p. 3). Ao assinalar essas informações o pároco legou a nós,

---

<sup>277</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título XX.

<sup>278</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título XX, art. 70, p. 28.

<sup>279</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título XX, art. 73, p. 30.

historiadores, uma “fonte de primeira linha para se chegar às populações e às sociedades do passado, passando por seus traços culturais particulares”.<sup>280</sup>

Na freguesia de Santo Antônio da Patrulha as instruções com relação a forma dos registros não foram seguidas, e em 1800 o trabalho do pároco sofre uma intervenção. Após ter sido chamado a atenção para diferentes irregularidades em diferentes ocasiões<sup>281</sup> o pároco responsável pela paróquia recebe a seguinte ordem do Visitador Bento Cortes de Toledo:

Por algumas circunstâncias, que tenho de averiguar neste livro, como o de **se achar indecente para nele se lançarem os assentos de batismo**, ordeno o Reverendo Pároco, o conserve em seu poder, para mo entregar na ocasião em que nesta freguesia me achar de visita, como também a petição, que fica junta, e continuará a fazer os assentos no L<sup>o</sup> 3 que por mim vai numerado, e rubricado. Rio Pardo, 16 de Setembro de 1799. [a] O Visitador Bento Cortes de Toledo.<sup>282</sup>

Em cumprimento a essa ordem o primeiro livro de batismo da paróquia é interrompido, e nele lançado o seguinte termo:

Aos doze dias do mês de Março de mil oitocentos, nesta Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha, onde foi vindo o Muito Reverendo

---

<sup>280</sup> MARCÍLIO, 2004, p. 17.

<sup>281</sup> “Visto em visita. Não exceda o R. Pároco as margens, que para esse fim se formaram até 108, e daí para diante as continuará o Reverendo Pároco, pena de ser condenado na futura visita. E na [fr<sup>a</sup>?] das Pastorais dos Exm<sup>os</sup>. Rm<sup>os</sup>. Srs. B<sup>os</sup>. deve nestes assentos declarar o dia do nascimento. Santo Antônio da Guarda Velha, 6 de Junho de 1783. Vis<sup>or</sup> Leal.”; Após o registro 680. “Visto em Visita. O Reverendo Pároco Pedro Pires da Silveira, vendo e devendo observar a providência do Reverendo Dr. Visitador Vicente José da Gama Leal, a fl. 75v em que ameaça condenação para a Visita futura se excedem as margens que para esse fim se formaram, continuou sem atenção alguma a exceder as mesmas margens, não só neste, como nos demais Livros de assentos desta freguesia, que em todos se acha a mesma recomendação, e a mesma transgressão pelo dito Reverendo Pároco; e por isso o condeno em quatro mil réis, que pagará na presente Visita. E o Reverendo Pároco assistente de sorte alguma escreva breves, e menos algarismo, e continue a fazer margens. Freguesia de Santo Antônio, 22 de Fevereiro de 1791. O Visitador Mendes. E declare o Reverendo Pároco o dia do Nascimento dos Batizados. Freguesia de Santo Antônio, 22 de Fevereiro de 1791. O Visitador Mendes.”; Após o registro 872. “O Reverendo Pároco deve declarar nos assentos dos Batizados o dia do nascimento dos mesmos, e de nenhuma sorte escrever breves como já foi advertido na Visita passada, no provimento a fls. 129v. e deverá declarar a naturalidade dos avós Paternos e Maternos. Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha, o primeiro de Dezembro de 1795. O Visitador Mendes.”. ACDO – Livro 1 de registros de batismos de Santo Antônio da Patrulha.

<sup>282</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismos de Santo Antônio da Patrulha, escrito após o registro nº 939.

Visitador, Bento Cortes de Toledo, comigo Escrivão do seu Cargo, para o efeito de visitar esta Freguesia, e sendo aí mandou ele dito Senhor vir a sua presença este Livro dos batizados, e vendo o grande prejuízo, e trabalho que causa aos Vassallos de Sua majestade a falta dos assentos de batismo, e querendo remediar as faltas, descuidos, e erros criminosos do Reverendo Pároco que serviu nesta Freguesia, o Padre Felisberto Gomes Jardim, o qual **desde o ano de mil setecentos e noventa e seis até o presente, não havia feito um só assento, esquecendo-se de seus deveres,** e das justificações que os ditos Paroquianos costumam fazer, quando se não acham os referidos assentos, **ordenou ele dito Senhor Visitador que se publicasse um Edital,** no qual constasse das faltas que o referido Pároco havia cometido, a fim de virem todos os Paroquianos desta Igreja dar os nomes de seus filhos nascidos em o tempo acima prescrito, e igualmente seus pais, avós Paternos e Maternos, para que, à vista dos tais, e de pessoas fidedignas, se fizessem os ditos assentos; cujo Edital se fez e foi publicado pelo Reverendo Pároco José de Rezende Novaes, em dia festivo, em consequência do que se mandou lançasse neste Livro não só alguns assentos que se acharam e, papéis avulsos, como todos aqueles que se pudessem saber e vir no conhecimento da certeza pelas informações dos pais dos ditos batizados, cujos termos são como ao diante se verão, e para constar mandou fazer esta declaração, e eu o Padre José Inácio da Silva Pereira, Secretário da Visita, que o escrevi. [a] Visitador Bento Cortes de Toledo.<sup>283</sup>

É a partir desse momento que os livros da paróquia são separados por tipos, sendo aberto um livro específico para o assento dos batismos de escravos, que nos serviu de fonte principal de pesquisa. Após o lançamento do termo acima são lançados 147 registros retroativos, ou seja, com data anterior a março de 1800, ainda no mesmo livro. No entanto, não há indicação de que forma foram produzidos, se feitos a partir dos “*papéis avulsos*” ou do atendimento do edital por parte dos fiéis. Em comum todos têm a seguinte fórmula: “*batizou o Padre Felisberto Gomes Jardim*”. Situação análoga encontramos nos primeiros registros dos livros desmembrados do primeiro. No livro 2, dedicado aos registros de livres e libertos são lançados 31 registros anteriores a março de 1800 e no livro 1E, exclusivo para escravos, 22, todos com indicação ao padre Felisberto, mas sem mencionar origem. Além desses dois livros foi organizado um terceiro, onde inicialmente foram registradas as crismas

---

<sup>283</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismos de Santo Antônio da Patrulha, fl. 173-173v.

realizadas pelo Visitador e que posteriormente serviu de seqüência ao livro 2. Portanto, contamos com os seguintes livros:

**Tabela 12 – Livros de registros de batismos da freguesia de Santo Antônio da Patrulha**

Título	Tipo	Período	Registros (#)	%
Livro 1	Livres e escravos	1773/1799	1089	25,95
Livro 1E	Escravos	1797/1824 <sup>284</sup>	665	15,85
Livro 2	Livres	1780/1810	860	20,50
Livro 3B	Livres	1810/1819	987	23,52
Livro 4	Livres	1820/1824 <sup>285</sup>	595	14,18
<b>Total</b>			<b>4.196</b>	<b>100</b>

**Fonte:** livros de registros de batismos de Santo Antônio da Patrulha.

Em nossa análise utilizamos basicamente o livro 1E, que contém 668 registros, sendo 3 ilegíveis. Mas, por conta dos equívocos denunciados pelo Visitador, além do livro 1E, buscamos em todos os livros os registros de crianças cativas. Portanto, somadas às 665 crianças escravas registradas no livro 1E temos 8 escravas e 10 filhas de escravas declaradas livres no momento do batismo, distribuídas nos outros livros conforme tabela abaixo:

**Tabela 13 – Batizados de crianças escravas registrados fora do livro específico.**

Livro	Período	Livres	%	Escravos	%	Alforriados	%	Total
1	1773-1799	1087	99,82	1	0,09	1	0,09	1.089
2	1780-1810	855	99,42	2	0,23	3	0,35	860
3B	1810-1819	978	99,09	5	0,51	4	0,41	987
4	1820-1824	588	99,66	0	0	2	0,34	590
<b>Totais</b>		<b>3.508</b>		<b>8</b>		<b>10</b>		<b>3.526</b>
		<b>99,48%</b>		<b>0,24%</b>		<b>0,28%</b>		<b>100</b>

**Fonte:** Livros de batismos de Santo Antônio da Patrulha.

Desta forma, somados todos os registros de crianças cativas (incluindo-se as alforriadas na pia batismal) temos 683 batismos para o período. No livro 1E, onde

<sup>284</sup> Data final refere-se a data limite de nosso levantamento, mas o livro segue até 1854.

<sup>285</sup> Data final refere-se a data limite de nosso levantamento, mas o livro segue até 1846.

constam somente os batismos de crianças escravas, chama a atenção a omissão da referência a condição jurídica dos batizados em 90,22% dos casos.

**Tabela 14 – Condição jurídica dos batizados expressa no livro específico**

Condição	#	%
Escravo	49	7,37
Não consta	600	90,22
Alforriado	16	2,41
<b>Total</b>	665	100

Fonte: Livro 1E

Teriam os padres responsáveis pelos registros considerado dispensável essa indicação, pois como fruto de um ventre escravo a criança herdava essa condição? As 49 menções a condição jurídica dos batizados foram anotadas por apenas três vigários, sendo um deles, José Vaz de Matos, responsável por 44 anotações (89,8%). Este vigário permaneceu na paróquia por pouco mais de um ano (junho de 1802 a dezembro de 1803) e foi responsável pelo batismo de 48 crianças escravas, mencionando essa condição 44 vezes, restando outras 4: um alforriado e três sem menção alguma. Desta forma, parece-nos que o *preciosismo* do vigário José Vaz foi uma exceção.

De forma geral, como vimos na tabela acima, a condição escrava dos batizados estava *implícita*, ou seja, não foi indicada diretamente, poderia ser deduzida pelo fato do batismo estar registrado em livro dedicado aos filhos de ventres escravos<sup>286</sup>. No entanto, nem todas as mães indicadas nesse livro eram escravas, como podemos verificar no quadro abaixo:

**Tabela 15 – Condição das mães Livro 1E**

Condição da mãe	#	%
Escrava	649	97,59
Livre	1	0,15

<sup>286</sup> Termo de abertura Livro 1E: “Este Livro há de servir para nele se lançarem os assentos de batismos dos escravos da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha o qual vai numerado, e rubricado com a minha rubrica que diz = Toledo que para constar fiz esta declaração. Rio Pardo 16 de Setembro de 1799. [a] Viz<sup>or</sup>. Bento Cortes de Toledo.”.

Forra	2	0,30
Alforriada	1	0,15
Não consta	1	0,15
Mães ausentes	10	1,50

**Fonte:** livro 1E Santo Antônio da Patrulha.

Mesmo sendo a esmagadora maioria das mães indicada como escrava, gostaríamos de esboçar algumas hipóteses para a presença de mães de outra condição jurídica no livro. O caso das ausentes é o mais *simples*: 8 registros são de adultos e 2 de expostos.

A mãe *livre* é Felisberta Ferreira Ramos, mãe de Mariana. No registro, Mariana é declarada natural e seu pai não é indicado, os padrinhos são Antônio e Luzia, ambos sem indicação de naturalidade, condição jurídica ou sobrenome.<sup>287</sup> A primeira hipótese seria a de que se tratava de um equívoco do pároco, que teria registrado no livro de escravos uma criança livre, mas o fato de os padrinhos não apresentarem sobrenome deixa uma dúvida: seria Felisberta forra e o pai de Mariana ainda escravo, assim como seus padrinhos, e por isso seu registro fora feito no livro de escravos?

Afirmamos a pouco que a criança nascida de ventre escravo herda essa condição da mãe, no entanto, é possível que a condição do pai *contaminasse* o filho, e talvez fosse esse o caso de Mariana, assim como de João e Manoel. João era filho legítimo de Catarina, forra, e de Severino, escravo de Manoel da [?]<sup>288</sup>, e foi batizado em janeiro de 1800, e seu registro lançado no livro de escravos.<sup>289</sup> Mesmo caso foi o de Manoel, filho legítimo de Angélica Maria, forra, e de Damásio, pardo escravo de Antônio José de Faria, batizado em setembro de 1801, também registrado no livro de escravos.<sup>290</sup>

<sup>287</sup> ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, fl. 90v, 12/01/1823.

<sup>288</sup> Não foi possível transcrever o sobrenome do senhor.

<sup>289</sup> ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, fl. 1v – 26/01/1800.

<sup>290</sup> ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, fl. 18 – 21/09/1801.

Outra hipótese, aplicável aos casos de Catarina e Angélica Maria, seria a de que ambas eram *libertandas*, ou seja, haviam negociado com seus senhores suas liberdades, mas ainda não a haviam conquistado plenamente, faltava-lhes ou algum valor em espécie ou alguns anos de serviço.<sup>291</sup>

A alforria era prática comum no mundo escravista luso-brasileiro, característica essa, que segundo Libby e Paiva (2000), distinguia o sistema escravista brasileiro de seus equivalentes no Caribe e do norte da América.<sup>292</sup> Segundo estes autores, estudos em perspectiva comparativa inicialmente apontaram a expressiva frequência na obtenção de alforrias como prova da suavidade da escravidão no Brasil. No entanto, estudos mais recentes não só colocam dúvida sobre a pretensa benevolência dos senhores brasileiros, mas também encontram na prática de manumissão “a raiz do enorme crescimento do segmento livre e de cor da população ao longo do período colonial e durante o Império”.<sup>293</sup>

Moreira (2007) analisa 10.055 cartas de alforria registradas nos cartórios de Porto Alegre no período entre 1748 e 1888, e nestes documentos constam, além das referências aos sujeitos envolvidos (no caso, senhores e escravos), a descrição da forma e/ou motivo que levou os senhores a concederem a liberdade aos seus escravos. De maneira geral, as concessões poderiam ser de três tipos: *pagas*, quando o escravo ou terceiro restituem o valor do escravo ao senhor; *condicionais*, quando para o gozo pleno de sua liberdade o escravo deveria cumprir algumas cláusulas (esperar a morte do senhor, prestação de serviço e etc); ou *gratuitas*, concedidas *sem ônus* ou *condição*.

---

<sup>291</sup> Quem sabe estas mulheres e/ou seus companheiros não estavam *cortados* (coartados) por seus senhores? Segundo Schwartz (1998, p. 214) escravo coartado era: “o escravo que conseguira o direito, expresso por seu proprietário em testamento ou outro documento, de pagar pela própria alforria; a este cativo era permitida uma certa liberdade de movimentos ou a capacidade de obter e conservar a posse de bens que lhe permitissem acumular a quantia necessária. Em síntese, o coartado era um escravo em processo de transição para a condição social de livre”.

<sup>292</sup> Segundo Florentino (2002, p. 9) “[...] na Virgínia de 1691 chegou-se a proibir toda manumissão privada, a menos que o senhor deportasse o forro para fora da colônia; mulher branca que ali parisse filho mulato era pesadamente multada, ou serva virava por cinco anos (os filhos, por trinta)”.

<sup>293</sup> LIBBY e PAIVA, 2000, p. 17.

De fato, o discurso presente em todas elas destacava a bondade dos senhores em libertar seus escravos, no entanto, o mesmo autor destaca que:

Cremos que as cartas de alforria (e assim as trataremos ao longo deste livro) evidenciam redes políticas extremamente delicadas. Explicitando que não haviam sido constrangidos por qualquer pessoa a “conceder” a alforria e que agiam por “amor de Deus” ou de suas “consciências”, os senhores enalteciam o próprio poder e procuravam assegurar com seus ex-escravos uma “gratidão submissa” que os mantivesse como “libertos, porém dependentes” (Cunha, 1987). **Lembremos que a caridade, além de ser uma virtude, era uma política.** Gestos publicizados como despreziosos e destituídos de intenções ocultas, nada além de demonstrações da boa índole de seus emitentes, **as alforrias eram parte de uma delicada trama de relações entre os senhores e seus nada submissos escravos.**<sup>294</sup>

Em seu levantamento Moreira encontra poucas cartas de alforria que referem-se ao período anterior a 1800, explica o autor que esse fato pode ser creditado ao sub-registro desses documentos no período inicial da amostra. Somente a partir do séc. XIX com o aumento do número de cartórios, a gradual interferência da Coroa imperial nas relações escravo-senhor e o crescimento da pressão por parte dos escravos para obter a alforria (principalmente nos momentos de intensificação do tráfico interprovincial) que o número de cartas registradas aumenta progressivamente. Dessa forma, para o período colonial são registradas poucas cartas o que não significa que tenham sido concedidas poucas alforrias.

Acrescentamos a hipótese do sub-registro a possibilidade de que alguns senhores tenham optado por declarar seus escravos forros frente a Igreja, esse parece-nos o caso de Antônio Pereira Vieira, que 1803 na ocasião do batismo de Antônio, filho de Antônio e Maria, todos seus escravos, declarou a família toda forra. Infelizmente, no registro não são mencionados os termos da libertação: "*Antônio de idade de idade de oito dias escravo digo forro que assim o declarou seu senhor Antônio Pereira*

---

<sup>294</sup> MOREIRA e TASSONI, 2007, pp. 13-14. Grifos nossos.

Vieira, filho de Antônio e Maria a quem o mesmo Senhor declarou serem forros".<sup>295</sup> Desta forma, não sabemos se o casal ou alguém próximo pagou pela alforria, ou era se ela se deu sob condição, e, por isso, a supomos como *sem condição*.

Assim como Antônio mais 16 crianças foram declaradas forras na pia batismal, em 9 ocasiões o pai é declarado, sendo 5 filhos legítimos, 7 naturais e 4 sem indicação de status. Agrupando as crianças legítimas e aquelas que tiveram pai e mãe indicados pudemos identificar 8 casais:

**Tabela 16 – Pais de crianças alforriadas na pia.**

Data	Batizado	Pai	Mãe	Condição da alforria
Legítimos				
02/02/1801	Agostinho	Manoel Luiz, pardo liberto	Mariana, preta, escrava de Catarina Antunes de Jesus	Sem condição
29/06/1801	Cecília	Inácio, preto escravo de Manoel Antônio Machado	Joana, escrava de Manoel Antônio Machado	Paga
20/06/1803	Antônio	Antônio, escravo de Antônio Pereira Vieira	Maria, escrava de Antônio Pereira Vieira	Sem condição
27/05/1822	Benvinda	José, escravo de Maria de Andrade de Jesus	Ana, escrava de Maria de Andrade de Jesus	Sem condição
30/11/1823	Bernardo	José, preto forro	Ana, escrava de Maria de Andrade de Jesus	Paga
Naturais				
04/02/1812	Maria	Manoel João, livre	Genoveva, escrava de João José da Silveira	Paga
24/03/1821	Silvano	José Daniel Machado, livre	Felizarda, escrava de Maria Barbosa	Paga
31/12/1824	Delfina	Bento Manoel, livre	Luciana, parda escrava de João José da Silveira	Paga
Sem status				
07/06/1800	Abel	Inácio, escravo de Manoel Antônio Machado	Joana, escrava de Manoel Antônio Machado	Sem condição

**Fonte:** Livro 1E, 14v, 17v, 27, 85v, 93v, 37v, 84, 97v, 8, respectivamente.

<sup>295</sup> ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, fl. 27 – 20/06/1803.

De todas as alforrias 62,5% (10) foram concedidas sem condição e 37,5% (6) foram pagas. Destacamos uma característica das alforrias pagas: 5 foram concedidas a filhos de pai livre e pagas pelo mesmo, e apenas 1 a filho de pai e mãe escravos, onde não foi referida a origem do pagamento. Temos ciência de que o fato de uma alforria ser declarada sem condição não elimina o pagamento de fato, havia a possibilidade de que essa concessão já vinha sendo negociada entre senhor e escravo há algum tempo e que a carta ou declaração viesse apenas encerrar um ciclo, neste caso, quando registrada não haveria um pagamento em espécie. No entanto, no caso do pai livre as possibilidades de pagamento por parte da família se reduziam, principalmente na forma de prestação de serviços, e acreditamos que essa seja a razão para que maioria das alforrias pagas tenha sido paga por eles em espécie no ato do registro.

Portanto, ao considerar que a alforria fazia parte de uma rede política que envolvia senhores e escravos e ao afirmar que as concessões sem condição poderiam ter tido algum pagamento prévio estamos considerando que havia um espaço de negociação entre senhor e escravo.

[...] o que aparentava ser concessão senhorial resultava de barganhas entre senhores e escravos, barganhas cheias de malícias de ambas as partes. Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver.<sup>296</sup>

Estamos aqui afirmando que ao lado da violência havia a negociação, pois acreditamos que *apenas* a violência não seria capaz de sustentar o sistema escravista por tantos séculos. *Apesar* do cativeiro os escravos viviam. A alforria era o resultado de uma negociação, mas também do conflito, entre senhor e escravo. Uma negociação desigual, nem sempre com final feliz, na qual o escravo participa como o elo mais *fraco*, mas fundamental. Segundo Soares (2005, p. 2) a alforria é uma dádiva

---

<sup>296</sup> SILVA e REIS, 1989, p. 8.

(mesmo aquelas pagas pelo escravo), mas não como sinônimo de benevolência, ou de inércia por parte dos escravos, pois para receber a dádiva da alforria era necessário *fazer por merecer*, e explica:

É de longa data que os antropólogos voltaram sua atenção para o fenômeno das trocas nas sociedades arcaicas, sobretudo no que se refere à troca de presentes ou dons. Segundo os autores citados, **a dádiva estabelece uma diferença de status entre doador e donatário que instaura ou reforça hierarquias, uma vez que quem recebe fica em dívida (ou conforme o caso, numa situação de dependência) para com o doador.** A prática do dom encontra, pois, condições ideais para o seu exercício nas sociedades que repousam na produção/manutenção de relações pessoais entre indivíduos e grupos, como era o caso do Brasil escravista. **É no universo do dom e das dívidas por ele criadas que se esclarece e ganha sentido certos processos de hierarquização social**, na medida em que cria uma situação de dependência entre o donatário e o doador.<sup>297</sup>

Portanto, o *dom* permite uma série de manobras entre as partes envolvidas, servindo a uma gama variada de interesses opostos. A alforria depende da relação construída entre senhor e cativo, transformando o processo em algo maior do que uma simples transação comercial. Havia muito mais interesses em jogo do que um punhado de réis. Aos senhores era interessante a situação de dependência criada pela alforria, assim como era interessante ao escravo estar abrigado, pertencer a alguma rede social capaz de garantir-lhe algum direito.

Assim como a alforria, entendemos que a formação de núcleos familiares por escravos faz parte da negociação e do conflito entre senhores e escravos. Ao nos referirmos a formações familiares a primeira condição *óbvia* seria a realização do ritual católico do matrimônio, base dos relacionamentos *sanguíneos*. No entanto, de acordo com o que já explicitamos neste texto, o parentesco sanguíneo não era a *única* opção. Podemos considerá-lo como a *via ideal* numa sociedade marcada fortemente pela religiosidade católica, mas como vimos no caso de Manoel Gonçalves Ribeiro e

---

<sup>297</sup> SOARES, 2005, p. 2. Grifos nossos.

Antônia Inácia, a ausência da bênção católica não impedia a formação de núcleos familiares bastante estáveis.

Alguns autores usaram a ausência de matrimônios entre escravos como prova da promiscuidade que lhes seria intrínseca: os escravos *preferiam* viver em concubinato ou se relacionavam com diferentes parceiros indiscriminadamente de forma *natural*, expressando externamente sua *barbárie*. Porém, estudos mais detidos em levantamentos documentais revelaram que aos escravos interessava o casamento, e numa análise mais apurada, que as uniões estáveis não se restringiam ao casamento formal. Deste caso, é exemplar a trajetória do casal Marcelo e Joana, indicado por Moreira (2008). Joana Guedes de Jesus, mina, e Marcelo Henrique da Silva, angola, pertenciam ao mesmo senhor e moravam em uma charqueada no atual município de São Jerônimo (RS) onde se conheceram, aproximadamente, na década de 1830. Joana conseguiu sua alforria gratuitamente em 1862 e Marcelo pagou por sua liberdade em 1865. Cinco anos depois, em 12 de fevereiro de 1870, às 9 horas da manhã, estes africanos uniram-se em matrimônio na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, “oficializando perante a Igreja Católica uma relação que já durava cerca de 30 anos”. Mas o brinde de comemoração desta união estável ocorreu meses depois. Em agosto daquele ano de 1870, o angolano Marcelo Henrique da Silva:

[...] viajou até a Costa das Charqueadas, segundo distrito de São Jerônimo, e entregou para a senhora Maria Guedes de Menezes a substancial quantia de um conto e cem mil réis. Essa quantia, resultado das economias de não sabemos quanto tempo, permitiu que Joana e Marcelo libertassem sua filha Laura do cativo e a trouxessem para Porto Alegre. A carta foi confeccionada em São Jerônimo, mas registrada no livro 19 de Registros Diversos do 2º Tabelionato de Porto Alegre, pelo próprio Marcelo, certamente como uma garantia que sua filha não seria molestada pela polícia por suspeita de escrava fugida. Laura, uma das 8 cativas com este nome cuja alforria foi registrada em Porto Alegre (das 10.055 cartas pesquisadas) tinha então 30 anos de idade.<sup>298</sup>

---

298 MOREIRA, 2008, p. 311.

Com sua filha por perto, Marcelo e Joana viveram ainda vários anos juntos, sendo separados apenas pela morte: ela com 65 anos em 25 de junho de 1887 e ele dois após, em 27 de abril de 1889.<sup>299</sup>

Não devemos perder de vista que aos senhores não era vantajosa a realização do casamento, pois o regulamento eclesiástico previa o direito do escravo de casar, bem como o dever do senhor em consentir a união e não embará-la:

Conforme o direito Divino e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso dele em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, **nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam sobre suas consciências as culpas de seus escravos**, que por este temor se deixam muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação. Pelo que lhes mandamos, e encarregamos muito, que não ponham impedimentos a seus escravos para se casarem, nem com ameaças e mau tratamento lhes encontrem o uso do Matrimônio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados os vendam para partes remotas de fora, para onde suas mulheres por serem escravas, ou terem outro impedimento legítimo, os não possam seguir. **E declaramos, que posto que casem, ficam escravos como de antes eram, e obrigados a todo o serviço de seu senhor.**<sup>300</sup>

O impedimento da venda de escravos casados pode ter desestimulado alguns senhores a permitir e viabilizar os casamentos de seus escravos, razão mesma para o interesse dos escravos em casar-se. O casamento poderia diminuir uma das maiores limitações a família escrava ao, pelo menos teoricamente, impedir a separação geográfica de seus membros. Mais uma vez, temos uma situação de mão-dupla, conforme explica Schwartz:

As alegações de senhores de que os escravos costumavam usar veneno para pôr fim a uma união indesejada eram, com certeza,

---

<sup>299</sup> MOREIRA, 2008, p. 316.

<sup>300</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, livro I, título LXXXI, art. 303, p. 125. Grifos nossos.

desculpas; porém, ao mesmo tempo, devemos admitir a possibilidade de os africanos, provenientes de sociedades em que esterilidade, feitiçaria ou outras causas justificavam o divórcio, serem infensos às limitações da indissolubilidade do matrimônio católico. A relutância dos africanos em participar de uniões nos moldes católicos e o desejo dos senhores de evitar a interferência externa na administração da escravaria podem ter sido atitudes que se reforçaram mutuamente. [...] Os proprietários mostraram-se relutantes em instruir os escravos, batizá-los ou permitir que casassem na Igreja. Os cativos podem ter sido menos que ansiosos em aceitar as normas católicas.<sup>301</sup>

Infelizmente, não pudemos incluir em nosso levantamento os registros de casamento, os livros encontram-se bastante precários e não foi possível lê-los.<sup>302</sup> Assim, não pudemos verificar a frequência com que os escravos da freguesia de Santo Antônio da Patrulha subiram ao altar e quais eram seus parceiros privilegiados. Como alternativa, procuramos verificar os casais apontados como pais de crianças legítimas, pois essa indicação referia-se a legalidade da relação dos pais:

**Tabela 17 – Status dos batizados**

Status	#	%
Legítimos	104	15,64
Naturais	427	64,21
Expostos	2	0,30
Não consta	95	14,29
Inocente	29	4,36
Adultos	8	1,20
<b>Total</b>	<b>665</b>	<b>100</b>

Fonte: livro 1E

Para as 104 crianças legítimas pudemos identificar 71 casais com as seguintes composições:

<sup>301</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 317.

<sup>302</sup> Alertamos para o fato de que, mesmo com os registros alguns casos não poderiam ser verificados por ser esta área e período de grande migração, ou seja, aqueles que tinham seus filhos em Santo Antônio da Patrulha poderiam não ter se casado na mesma freguesia.

Tabela 18 – Combinações de pais de crianças legítimas

Pai	Mãe	#	%
Escravo	Escrava	87	83,65
Forro	Escrava	7	6,73
Escravo	Forra	2	1,93
Livre	Escrava	6	5,77
Escravo	Livre	0	0
Ausente	Escrava	1	0,96
Alforriado	Alforriada	1	0,96
	Total (batizados)	104	100

Fonte: livro 1E.

Conforme já afirmamos, o casamento formalizado não impedia as uniões estáveis no cativoiro, dessa forma, listamos também os casais *naturais*, ou seja, aqueles que constam como pais de crianças *ilegítimas*.<sup>303</sup> Foram arrolados 14 casais, sendo que 8 referiam-se a casais já arrolados na lista anterior, ou seja, em algum momento um casal unido legitimamente foi registrado pelo pároco sem essa menção. Em 3 casos, assim como Manoel Gonçalves Ribeiro e Antônia de Mendonça, os casais tiveram filhos antes de formalizar o casamento, nos 5 casos restantes houve uma variedade de situações.

Por exemplo, o casal João e Joana, escravos de Antônio Gomes de Carvalho, teve 3 filhos: Delfina, nascida em 1812, e Joaquim, em 1815, ambos declarados legítimos, e Eufrásia, em 1817, declarada *natural*.<sup>304</sup> Inácio e Joana, escravos de Manoel Antônio Machado, tiveram também 3 filhos: Graciano, Abel e Cecília.<sup>305</sup> Graciano, nascido em 1798 e Cecília, em 1801, foram declarados filhos legítimos, no entanto, Abel, nascido em 1800, não teve seu status indicado. Nesses dois casos, acreditamos que houve um equívoco por parte dos padres que realizaram os

<sup>303</sup> São consideradas ilegítimas as crianças mencionadas no batismo como filhas naturais ou somente *filhas de fulano*.

<sup>304</sup> ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Delfina, fl. 40v; Joaquim fl. 53; Eufrásia, fl. 59v.

<sup>305</sup> ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, Graciano, fl. 3; Abel, fl. 8; Cecília, fl. 17v.

registros, afinal, João e Joana uma vez casados não poderiam ter tido um filho *natural*; assim como, Abel deve ser filho legítimo de Inácio e Joana.

Essa diversidade de indicações de status para filhos do mesmo casal ocorreu mais 3 vezes envolvendo a denominação *inocente*, conforme tabela abaixo:

**Tabela 19 – Casais *naturais* com filhos *inocentes***

Caetano e Maria escravos de Maria Pereira, viúva		
Ano	Batizado	Status
1800	Ana	Legítimo
1802	Francisca	Inocente
1804	Felipe	Legítimo
1816	João	Legítimo
João e Luzia escravos do Tenente Antônio José Lopes		
Ano	Batizado	Status
1802	Joana	Legítimo
1803	Ambrósio	Inocente
1814	João	Legítimo
José e Joaquina Escravos de José Luiz de Oliveira		
Ano	Batizado	Status
1800	Felisberto	NC
1801	Joana	Legítimo
1803	Ana	Inocente

A rigor, são considerados inocentes as crianças menores de 7 anos<sup>306</sup>, portanto, todas as crianças batizadas na freguesia seriam inocentes *e* legítimas, ou, inocentes *e* naturais. A primeira hipótese por nós aventada foi a de que se referia a filhos naturais e que a inocência referia-se a *imoralidade* dos pais. Mas, apurando um pouco o olhar, essa hipótese não se confirmou, pois conforme o explicitado no caso acima, a indicação inocente foi utilizada para filhos de casais legitimamente casados. Restou-nos verificar, mais uma vez, quem havia produzido essa informação para tentar, dessa forma, entendê-la.

<sup>306</sup> Idade mínima para se receber a confirmação (crisma).

A indicação inocente foi utilizada 29 vezes no livro 1E, e em todas elas pelo mesmo pároco José Vaz de Matos<sup>307</sup>, ele fez, ao todo, 48 registros entre os anos de 1802 e 1803 no livro 1E, sendo: 6 adultos, 6 legítimos, 7 “NC”<sup>308</sup> e 29 inocentes. Estas informações deixam a dúvida ainda maior: se ele identificava em algum momento o status *legítimo* porque em alguns casos incluiu o inocente? Por enquanto, essa questão fica sem resposta a altura. Sabemos apenas que não é possível ter certeza de que *todos* os inocentes são legítimos.

Essas exceções e casos *fora do padrão* ratificam nossa opção por buscar em outros livros a presença de filhos de escravos e ex-escravos. Dessa forma, aos 71 casais pais de crianças legítimas, somam-se os 6 de situação *flutuante* e agora acrescentaremos mais 10 casais que buscamos nos demais livros pesquisados. Nesta busca, encontramos 17 casais onde pelo menos um dos membros é referido como escravo, ou o batizado é declarado escravo ou alforriado; destes, 7 já constavam em nosso levantamento, como o caso de Inácio e Joana, escravos de Manoel Antônio Machado e aqui já mencionados como pais de Graciano, Abel e Cecília, e que tiveram o batismo de sua quarta filha, Laureana, registrado em 1804 no livro 2. Laureana, assim como Abel e Cecília foi alforriada na pia, e talvez por considerá-la livre o pároco então responsável pelo registro optou por fazê-lo no livro de livres.

Para encontrar esses casais nos diferentes livros utilizamos procedemos ao *cruzamento nominativo*, ou seja, buscamos através do cruzamento de fontes a partir do *nome próprio* individualizar cada registro e com isso poder identificar as famílias.<sup>309</sup> Este método é derivado dos apresentados por Louis Henry e Maria Norberta Amorim para as análises em demografia histórica, de maneira geral. Henry foi o

---

<sup>307</sup> José Vaz de Matos era natural do bispado do Aveiro, Portugal, fora vigário da Lapa, no Paraná entre 1798-1801, em Santo Antônio da Patrulha permaneceu entre 1801-1803. era grande lavrador de trigo. Faleceu em Rio Grande em 16/07/1830, mandado distribuir seus bens entre os pobres. RUBERT, 1994, p. 149.

<sup>308</sup> Não consta.

<sup>309</sup> SCOTT e SCOTT, 2006. Muitos trabalhos tem sido feitos, valorizando a pesquisa dos nomes individuais e familiares. Esta perspectiva tem sido baseada em: GINZBURG, Carlo: “O Nome e o Como”. In: \_\_\_\_\_. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. pp. 169-178. Ver também: FRAGOSO, João Luís. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 41-70, dezembro. 2002.

pioneiro neste tipo de análise e propunha que se recolhesse os dados em fichas por ato (nascimento, casamento e óbito, cada ficha com uma cor diferente para fácil identificação) e posteriormente se procedesse ao cruzamento, elaborando-se um pequeno dossiê com todos os registros referentes a determinados casais. Já Amorim propõe que se efetue o levantamento a partir dos nascimentos, onde para cada ato seria produzida uma ficha com os dados dos pais e da criança, e quando o mesmo casal tivesse outro filho, esse nascimento seria anotado na mesma ficha; assim se daria também com a menção a esse casal nos casamentos e óbitos (nesse caso, a autora propõe o uso de cores de caneta para diferenciar os atos).<sup>310</sup>

Ambos os métodos mostraram-se eficientes e atualmente vêm sendo debatidos e adaptados ao uso no computador<sup>311</sup>, mas algumas dificuldades parecem ser inerentes àqueles que pretendem analisar comunidades luso-brasileiras: não há regra para a transmissão dos nomes de família (ou *sobrenomes*), que, no caso das mulheres na maioria das vezes são omitidos e/ou substituídos por evocações religiosas (Maria da Trindade, Joana do Espírito Santo), e no caso dos escravos são de adoção livre por parte dos mesmos; além disso, há uma concentração na escolha de alguns nomes (João, Maria e José, principalmente) aumentando vertiginosamente o número de homônimos.

---

<sup>310</sup> SCOTT e SCOTT, 2006. Ver: AMORIM, Maria Norberta et al. *Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central*. In: Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH), VI, 2001. Lisboa. pp. 57-66. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/4347>; HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1988. MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: ed. Pioneira, 1977.

<sup>311</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O uso do programa SYGAP para a reconstituição de famílias livres ba Campinas do século XIX: usos e limites do software. In: Encontro Nacional de Estudos de População, XV, 2006. Caxambu (MG). Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_246.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_246.pdf). FARIA, Fernanda; HENRIQUES, Pedro Rangel. Análise Espacial de BD Paroquiais: antes e depois da Fusão. In: SIAD2D'04 – Sistemas de Informação para Análise de Dados Demográficos. Workshop integrado no XII Congresso da ADEH, 2004. Granada. Disponível em: <http://www.di.uminho.pt/~prh/sia2dPrincipal.htm>. BERNAL, Carmen Sisón; MILLÁS I CASTELLVÍ, Carles. Una Aplicación de las Bases de Datos en Demografía Histórica: la Reconstrucción de Familias en MsAccess. In: SIAD2D'04 – Sistemas de Informação para Análise de Dados Demográficos. Workshop integrado no XII Congresso da ADEH, 2004. Granada. Disponível em: <http://www.di.uminho.pt/~prh/sia2dPrincipal.htm>. Sobre o uso de ferramentas informacionais na demografia histórica recomendamos uma consulta aos artigos publicados pelo site da Universidade do Minho (Portugal) – Repositorium no link: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>.

Em nossa análise, por não dominarmos nenhuma ferramenta automática específica, podemos dizer que realizamos o cruzamento de forma *semi-automática*, pois utilizamos para a coleta dos dados planilhas eletrônicas onde foram inseridas as informações em colunas organizadas por tipo de informação, que nos permitiu separar os atos registrados por categorias mais gerais sem perder de vista o todo. Feito isso, separamos os atos por tipos (legítimos, ilegítimos e etc) e os reagrupamos em nova planilha, onde foi possível identificar os sujeitos. Esse procedimento foi repetido todas as vezes que foi necessário identificar algum grupo de indivíduos ou comportamentos. Portanto, para proceder nossa análise utilizamos como referenciais os métodos clássicos da demografia, adaptando essas metodologias as necessidades de nossa pesquisa, sem que mergulhássemos no tema.

Voltemos então a lista de casais. Identificamos no livro 1E (exclusivo para escravos), portanto, 71 casais pais de crianças legítimas, 6 casais pais de crianças naturais e a esse número acrescentamos 10 casais que foram coletados nos demais livros da paróquia. Esclarecemos que, estes últimos, foram selecionados a partir da indicação de algum vínculo com o cativo, seja na condição do batizado (escravo ou alforriado), seja na condição dos próprios pais (escravos, *escravo que foi* e etc). No total identificamos 87 casais que geraram 122 crianças. Já apresentamos aqui tabela com a condição jurídica dos pais de crianças legítimas, agora agregaremos a esse quadro o restante dos casais identificados:

**Tabela 20 – Combinações dos casais**

Pai	Mãe	Status dos filhos			Total	%
		Legítimos	Naturais	Outros		
Escravo	Escrava	58	3	1	63	71,59
Forro	Escrava	6	0	0	6	6,82
Escravo	Forra	2	0	8	10	11,36
Livre	Escrava	4	3	0	7	7,95
Escravo	Livre	0	0	0	0	0
Ausente	Escrava	0	0	0	0	0
Alforriado	Alforriada	1	0	0	1	1,14

NC	NC <sup>312</sup>	0	0	1	1	1,14
	<b>Total (casais)</b>	<b>71</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>88</b>	<b>100</b>

Fonte: livros de batismos de Santo Antônio da Patrulha.

Preliminarmente, podemos afirmar que os escravos procuravam unir-se a pessoas de mesma condição jurídica, e também residentes na mesma propriedade, pois encontramos apenas um caso em que os componentes do casal pertenciam a senhores diferentes.<sup>313</sup> Nos casos onde a condição jurídica é diferente predominaram as uniões entre homens forros e mulheres escravas, porém devemos lembrar que se trata de um livro dedicado às crianças nascidas de ventres escravos.

Já vimos, então, que a família não dependia do casamento para sua formação. Escravos e ex-escravos mantinham relações estáveis por anos sem nunca terem oficializado frente e a Igreja. Sabemos, portanto, como se davam as formações dos elos consangüíneos que ligavam indivíduos companheiros de cativeiro, resta-nos verificar se, assim como os brancos e pardos, os escravos teciam redes de solidariedade baseadas em elos não-sanguíneos. Acreditamos que o parentesco criado pelo sacramento do batismo foi fundamental para a criação de *comunidades* dentro das senzalas que substituíam, em parte, as famílias deixadas por esses sujeitos do outro lado do Atlântico.

Dos 665 registros de batismos feitos no livro 1E (exclusivo para escravos), 661 (99,40%) tiveram indicados o padrinho e 639 (96,09%) a madrinha, sendo que apenas de 340 padrinhos e 410 madrinhas foram citadas algum tipo de referência, seja a sua condição jurídica ou social, de onde pudemos extrair o seguinte quadro:

**Tabela 21 – Condição jurídica dos padrinhos**

Condição	Padrinho		Madrinha	
	#	%	#	%

<sup>312</sup> Incluímos esse casal, mesmo sem ter referência ao seu status ou condição jurídica por que o batizado foi declarado forro no ato do batismo.

<sup>313</sup> Esse foi o caso de José, escravo de Maria Francisca, e de Maria, escrava de Manoel Barbosa, pais de Luiz batizado em 28/12/1819. (ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, fl. 75)

Escravo	247	72,65	269	65,61
Livre	53	15,59	112	27,32
Forro	40	11,76	29	7,07
Total	340	100	410	100

Fonte: Livro 1E

Frente ao total de registros, faltaram padrinhos em 4 cerimônias e madrinhas em 26, apesar de que, segundo as *Constituições Primeiras*, a presença dos padrinhos era essencial, pois eles representavam o *perdão do pecado original* e seriam os “*fiadores para com Deus*”<sup>314</sup> de seus afilhados. As normas também previam outras proibições:

Conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos, que no batismo **não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha**, e que se não admitam juntamente dois padrinhos, e duas madrinhas; os quais padrinhos serão nomeados pelo pai, ou mãe, ou pessoa, a cujo cargo estiver a crianças; e sendo adulto, os que ele escolher. E mandamos aos Párocos não tomem outros padrinhos senão aqueles, que os sobreditos nomearem, e escolherem, sendo pessoas já batizadas, e o padrinho não será menos de quatorze anos, e a madrinha de doze, salvo de especial licença nossa. E **não poderão ser padrinhos o pai, ou mãe do batizado, nem também infieis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, ou mudos, e os que ignoram os princípios de nossa Santa Fé; nem Frade, Freira, Cônego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião aprovada, (exceto o das Ordens Militares) por si, nem por procurador.**<sup>315</sup>

Em nosso levantamento não encontramos nenhum padrinho ou madrinha identificado como menor de idade, e também nenhum religioso. Encontramos apenas um caso em que foram designados dois padrinhos e nenhuma madrinha, 4 onde a madrinha foi “*Nossa Senhora*”, mais 4 sem padrinhos e 26 sem madrinha. Dessa forma, temos exemplos claros de que as normas por mais abrangentes e públicas que fossem (ao menos os párocos deveriam dominá-las) não davam conta do movimento dos agentes. O alto número de omissão de madrinhas pode derivar do fato da mulher na sociedade colonial ter menos acesso as vias formais de ascensão social e

<sup>314</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título XVIII, art. 65, p. 26.

<sup>315</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, título XVIII, pág. 26.

econômica do que os homens, fazendo com que sua presença não oferecesse *vantagem* ao compadre, pois acreditamos também que no caso dos escravos os padrinhos exerciam também uma importante função de protetor e intermediário entre o cativo e seu senhor.

Analisando a tabela 22 podemos afirmar que havia uma preferência por escravos na escolha dos padrinhos, mas a cargo de quem ficaria essa escolha? Segundo as *Constituições* os padrinhos seriam “*nomeados pelo pai, ou mãe, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança; e sendo adulto, os que ele escolher*”.<sup>316</sup> Dessa forma, para o caso dos adultos, Brügger (2005, p. 1) afirma que, segundo a historiografia, a escolha dos padrinhos ficava a cargo do senhor que, por sua vez, escolhia para apadrinhar “*um outro cativo seu, já antigo na escravaria [...] objetivando que este ajudasse o afilhado a se ambientar no cativoiro*”, e isso justificaria o alto índice de padrinhos escravos. No entanto, em nosso levantamento essa situação não foi constatada.

**Tabela 22 – Padrinhos de batizados adultos**

Ano	Batizado	Padrinho	Madrinha
1802	Francisco, 13 anos, preto da costa da Mina, escravo de Manoel Barbosa da Silva	Pedro Antônio Simões, <b>preto forro</b>	-
1802	Catarina, 25 anos, preta da Costa da Mina, escrava de José Dutra de Medeiros	Manoel de Castro Lima	[Lizilia] Maria
1803	Tomé e Luiz, 20 anos, nação Mina, escravos de Antônio Nunes Benfica <sup>317</sup>	Manoel, <b>escravo</b> de Manoel Nunes Benfica	Gertrudes, <b>escrava</b> de Bernardo José Rodrigues
1803	Manoel, 12 anos, nação Mina, escravo de João Teixeira Brasil	Mateus, <b>escravo</b> de Bernardo José Rodrigues	-
1803	Maria, nação Mina, escrava de Antônio Pereira	Bento, <b>escravo</b> de Francisco Rosa	Ana, esposa de Bento
1809	José, escravo de Vitorino José Gomes	João, <b>escravo</b> de Antônio Machado Gomes	Ana, <b>escrava</b> de Antônio Machado Gomes
1823	Francisco, escravo de João [Francisco] Machado	José, <b>preto</b>	Rosa, <b>preta</b>

<sup>316</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*, Livro I, Título XVIII, pág. 26.

<sup>317</sup> Registrados juntos.

**Fonte:** Livro 1E folhas 20v, 21v, 25, 28v, 29, 35v, 93, respectivamente.

Exceto no caso de Tomé e Luiz em que os senhores dos batizados e dos padrinhos guardam claro parentesco, não há ligações diretas entre os senhores dos padrinhos e dos batizados. Entendemos que essas escolhas não poderiam partir dos senhores dos batizados visto que não lhes era *favorável*; ao indicar um padrinho pertencente, e por conseqüência morador, a outra propriedade o senhor estava de certa forma estimulando a circulação desse sujeito entre as propriedades, dando-lhes razões para tal. Além disso, se havia, como sugeriu Brügger, uma busca por um tutor na escolha do padrinho para o recém chegado, ele não poderia residir em local diferente de seu afilhado.

Devemos, portanto, considerar a hipótese de que a escolha partia do próprio escravo, como previam as *Constituições*. Entre os padrinhos livres dos batizados adultos dois sujeitos puderam ser identificados: Pedro Antônio Simões, indicado como preto forro no registro, e Manoel de Castro Lima, que apesar de não estar diretamente indicado sabemos se tratar de um pardo forro. Em comum, Pedro e Manoel, tinham a pertença ao estrato intermediário por excelência: ambos eram *pardos*.

Sobre Pedro Antônio Simões não pudemos apurar nenhuma outra informação. Manoel de Castro Lima, pardo forro, era natural da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, bispado de Mariana e casado com Maria Francisca, preta forra, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, com quem teve sete filhos, todos batizados na freguesia de Santo Antônio.<sup>318</sup> Procurando entender a escolha de Catarina, vejamos quem Manoel de Lima e Maria Francisca escolheram para apadrinhar seus filhos:

**Tabela 23 – Padrinhos dos filhos de Manoel de Lima e Maria Francisca**

Ano	Batizado	Padrinho	Madrinha
-----	----------	----------	----------

<sup>318</sup> ACDO – Livros de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha: livro 1: reg. 366, fl. 68v; reg. 739, fl. 140v; reg. 809, fl. 152; reg. 910, fl. 167v; reg. 1028, fl. 190; Livro 2: reg. 100, fl. 17; reg. 421, fl. 83.

1782	Ismeria	Manoel Bernardes da Silva	Antônia Maria de Mendonça
1792	Julio	Julio Gonçalves	Maria Alves
1794	Ana	João Nunes	Teodora Maria
1796	Manoel	Felipe Moreira	Rosa Joaquina, esposa de Antônio Silveira
1798	Antônia	Antônio Silveira	Rosa Joaquina, esposa de Antônio Silveira
1800	Vicência	Fabiano de Cristo	Maria Nunes, esposa de Fabiano de Cristo
1803	Luiza	José Dutra de Medeiros	Antônia Maria, esposa de José Dutra de Medeiros

**Fonte:** Livro 1: reg. 366, fl. 68v; reg. 739, fl. 140v; reg. 809, fl. 152; reg. 910, fl. 167v; reg. 1028, fl. 190; Livro 2: reg. 100, fl. 17; reg. 421, fl. 83.

Dos 7 padrinhos nomeados, somente para 2, João Nunes e Antônio Silveira, não pudemos recolher nenhuma informação. Fabiano de Cristo, Soldado Dragão e senhor de pelo menos 5 escravos, foi padrinho de mais 17 crianças, todas livres.<sup>319</sup> José Dutra de Medeiros tinha um filho homônimo o que acabou dificultando a análise, mas pudemos identificar 5 afilhados e pelo menos uma escrava; trata-se de Catarina, afilhada de Manoel de Lima.

Manoel Bernardes da Silva foi acompanhado no batismo por Antônia Maria de Mendonça, que naquele ano já tinha um filho com Manoel Gonçalves Ribeiro, conforme demonstramos no capítulo anterior. Manoel Bernardes teve mais 5 afilhados, entre eles Desidéria filha de Antônio Lopes Negreiros e Maurício filho de Julio Gonçalves Ribeiro, irmão do Alferes Manoel Gonçalves Ribeiro. E a teia segue: Julio Gonçalves também foi padrinho de um filho de Manoel de Lima que recebe seu nome como homenagem, e mais 10 crianças, entre elas Apolinário filho de Antônio Lopes Negreiros.<sup>320</sup> A essa complicada teia Manoel de Lima inseriu-se através do

<sup>319</sup> ACDO – Livro 1 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha: Inácio, reg. 236, fl. 47, 15/08/1779; Delfina, reg. 459, fl. 87v, 30/11/1784; Joaquina, reg. 847, fl. 157v, 18/02/1795; Maria, reg. 975, fl. 180v, 16/06/1797. ACDO – Livro 2 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha: Vicência, reg. 100, fl. 17, 20/04/1800; Evaristo, reg. 151, fl. 32v, 23/11/1800; Cândido, reg. 264, fl. 56v, 03/01/1802; Maria, reg. 690, fl. 120, 27/01/1807; Marcos, reg. 712, fl. 123v, 02/08/1807; Maria, reg. 788, fl. 135v, 23/11/1809. ACDO – Livro 3B de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha: Felipa, reg. 60, 08/09/1811; Hireno, reg. 96, 19/01/1812; Maria, reg. 252, 22/08/1813; Manoel, reg. 524, 25/02/1816; José, reg. 549, 08/07/1816; Francisco, reg. 655, 26/10/1817; Helena, reg. 700, 23/02/1818.

<sup>320</sup> ACDO – Livro 2 de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, reg. 137, fl. 29, 28/09/1800.

apadrinhamento de seus filhos, e através dele desejava associar-se Catarina que, ao que tudo indica, fez boa escolha, pois seu padrinho tornar-se-ia compadre de seu senhor um ano depois.

Parece-nos razoável a hipótese de que os senhores escolhiam os padrinhos de seus escravos em idade adulta, afinal, tratando-se de recém chegados estes não conheciam nenhum de seus companheiros de cativeiro e muitos não dominavam a língua. Mas a partir de nossa análise deve se levar em conta também as redes tecidas e/ou identificadas pelos próprios escravos. Além disso, a primeira possibilidade ficava bastante limitada pelo tamanho dos plantéis. A partir somente das fontes paroquiais não é possível determinar os plantéis escravos da freguesia, mas, preliminarmente, considerando apenas as crianças nascidas escravas e seus pais e padrinhos, constatamos que o tamanho médio dos plantéis é de 3,8 escravos por senhor.<sup>321</sup>

No caso do batismo de crianças escravas acreditamos que havia a gerência direta dos pais, e por isso a análise das pessoas escolhidas serve-nos como janela para entender um pouco mais sobre o processo de constituição das famílias espirituais:

O parentesco ritual, como o casamento e o compadrio, pode revelar-nos elementos relativos às **expectativas dos cativos diante da família**, que não são percebidos através do parentesco consangüíneo. Isso porque aquele envolve os mecanismos de escolha que este não possui. Assim, partimos do pressuposto de que os cativos podiam escolher seus cônjuges e compadres, mas obviamente, como todas as pessoas, não podiam determinar quem seriam seus pais, mães, filhos, irmãos, avós etc. **Nesse sentido, a compreensão das práticas de compadrio adotadas pelos cativos permite-nos vislumbrar um campo de possibilidades existente para a construção desse parentesco ritual e seus significados.**<sup>322</sup>

---

<sup>321</sup> Listamos todos os cativos do Livro 1E e chegamos aos seguintes números: as 665 crianças batizadas somamos 445 escravos que constaram nestes registros como pais ou padrinhos, totalizando 1.110 escravos; listados os senhores chegamos ao número de 292. De forma alguma estes números podem ser considerados como listagem definitiva dos cativos da freguesia, pois por serem oriundos de uma fonte que privilegia as mulheres em idade fértil, acreditamos que deixe boa parte dos velhos e homens de fora.

<sup>322</sup> ROCHA, 2004, p. 121. Grifos nossos.

Nossa tarefa foi especialmente dificultada pela fonte escolhida para a análise. Nos registros paroquiais por nós analisados muitos párocos foram extremamente econômicos ao qualificar e identificar os padrinhos, principalmente quando tratava-se de padrinhos escravos. A simples indicação “*Fulano, escravo*” somada ao grande número de homônimos, tanto entre senhores e escravos, limitou bastante nossa incursão pelas famílias escravas. Infelizmente, não pudemos identificar as redes de parentesco em escala mais *micro*, perseguindo trajetórias familiares por uma ou mais gerações. Mas isso não impediu que esboçássemos aqui um quadro geral sobre o apadrinhamento entre escravos.

Além dos padrinhos escravos, pudemos identificar alguns padrinhos pardos forros e libertos. Temos, então, 40 padrinhos indicados como forros ou libertos e 29 madrinhas, onde pudemos identificar apenas 6 casais. Apesar de representarem apenas 6,05% dos padrinhos e 4,54% das madrinhas indicadas, a presença de forros e libertos entre os compadres de escravos indica a possibilidade de convivência desses dois segmentos. Por exemplo, o preto forro Pedro Antônio Simões que já havia sido padrinho de Cecília, *adulta*, reaparece como padrinho agora de, pelo menos, 3 crianças<sup>323</sup>, todas filhas de escravas pertencentes a plantéis diferentes: Tereza, filha de Ana, escravas de Bernardo Domingues de Oliveira; Leandro, filho de Maria, escravos de Francisco José Ribeiro; e Maria, filha de Paula, escravas de João José da Silveira.<sup>324</sup>

A mobilidade dos forros foi uma aliada para os escravos. Segundo Schwartz (1988), a escolha dos padrinhos, obedece sempre, tanto entre livres quanto entre escravos uma tendência de se buscar sujeitos que possuam condição social igual ou superior a do batizado. Isto explica a presença de padrinhos livres e forros para os escravos da freguesia de Santo Antônio. No entanto, acreditamos que sejam as

---

<sup>323</sup> Existem mais 4 registros em que não tivemos elementos suficientes para cruzamento e identificação.

<sup>324</sup> ACDO – Livro 1E de registros de batismo de Santo Antônio da Patrulha, fl. 3, 23/09/1798; fl. 4, 27/03/1798; fl. 5v, 11/03/1799.

escolhas dentro do mesmo status, ou seja, *escravo compadre de escravo*, as mais agregadoras, capazes de reforçar laços de solidariedade e formar famílias espirituais.

De modo geral, para os escravos, o compadrio tinha a mesma função exercida pelas irmandades; isto é, **o compadrio foi um mecanismo que criou espaços de convívio nos quais os escravos poderiam manter sua cultura**. Também estimulava a formação de lideranças próprias, mantendo estes processos dentro de uma estrutura luso-brasileira aceitável. Ao mesmo tempo criou-se uma situação contraditória, ou seja, um espaço cultural escravo sob o jugo do sistema luso-brasileiro. O compadrio, como as irmandades, não ameaçava o sistema colonial. As duas instituições criavam espaços nos quais elementos sociais potencialmente incompatíveis com o sistema podiam agir, embora restritamente, com uma certa independência.<sup>325</sup>

A criação desses espaços de convívio passava pelo compadrio. Vejamos alguns casos em que foi possível identificar essa montagem. Joaquim, escravo de Antônio Machado Gomes foi convidado a ser padrinho em 4 ocasiões:

**Tabela 24 – Afilhados de Joaquim, escravo de Antônio Machado Gomes**

<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>	<b>Madrinha</b>
31/10/1807	Francisca	NC	Rosa, escrava de Inácio José Gomes	Cipriana, escrava de Antônio Machado Gomes
22/05/1809	Joaquim	NC	Rosa, escrava de Vitorino José Gomes	Cipriana, escrava de Antônio Machado Gomes
14/06/1812	Joaquim	Tomás, escravo do Tenente Antônio José Lopes	Catarina, escrava do Tenente Antônio José Lopes	Rosa, escrava de Vitorino José Gomes
10/11/1813	Rufina	NC	Ana, escrava de Inácia Tereza de Jesus	Maria, forra

**Fonte:** Livro 1E fls. 34v, 35v, 39v e 45v, respectivamente.

Em dois batismos há uma semelhança entre os sobrenomes dos senhores, mas não pudemos afirmar com certeza que eram aparentados, dessa forma, vemos que

<sup>325</sup> RAMOS, 2004, p. 54. Grifos nossos.

Joaquim não foi padrinho de nenhum filho de companheiros de senzala. Todos seus afilhados eram filhos de escravos de outros senhores e possivelmente residentes em propriedades distintas. A existência e afirmação de redes de solidariedade escrava, ou melhor dizendo, de uma *comunidade escrava* em Santo Antônio da Patrulha que extrapolava os limites das propriedades podem ser vistas nos batismos de Joaquim, filho de Rosa, e de Joaquim, filho de Tomás e Catarina.

Rosa, escrava de Vitorino José Gomes, três anos após ter convidado Joaquim para ser padrinho de seu filho foi madrinha ao lado de Joaquim. Mais uma vez tratava-se de Joaquim, filho de Tomás e Catarina, que, assim como Rosa, também deram ao seu filho o nome do padrinho. Dessa forma, podemos afirmar que Joaquim, Rosa, Tomás e Catarina, não só se conheciam como eram *amigos*, tinham algum interesse em comum e muito provavelmente compartilhavam de algum espaço, fosse ele dentro ou fora das senzalas.

Lembrando que o convite para um compromisso desse tipo também significa uma manifestação de apreço e confiança entre os pais da criança e os padrinhos, parece-nos imprescindível a existência de no mínimo uma amizade entre as partes. E tais amizades, com uma considerável frequência, extrapolavam os limites das fazendas em que viviam, já que muitos escravos prefeririam estabelecer laços do compadrio com escravos de outros senhores.<sup>326</sup>

Além disso, Tomás e Catarina, escravos do Tenente Antônio José Lopes, muito provavelmente desfrutavam de um status social diferenciado dentro de suas *senzalas*. Declarados pretos no batismo de seu primeiro filho em 1801, ele tiveram mais 4 filhos, todos legítimos:

**Tabela 25 – Filhos de Tomás e Catarina, escravos de Antônio José Lopes**

<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>
26/04/1801	Elias	Inácio da Silva	Isabel, esposa de Inácio e escrava de João Carvalho da Mota

<sup>326</sup> ROCHA, 2004, p. 125.

19/12/1802	Inácio	Pedro, escravo de André Nunes	Gertrudes, escrava de André Nunes
14/06/1812	Joaquim	Joaquim, escravo de Antônio Machado Gomes	Rosa, escrava de Vitorino José Gomes
16/10/1814	Maria	Paulo	NC

**Fonte:** Livro 1E fls. 16, 24, 39v e 47, respectivamente.

A parte da rede formada por Tomás e Catarina através do apadrinhamento de seus filhos incluía, portanto, um liberto. Inácio da Silva, muito provavelmente havia sido escravo também de João Carvalho da Mota assim como sua esposa, e a sua escolha como padrinho do primeiro filho do casal Tomás e Catarina, pode nos indicar o desejo que ambos tinham de que seu próprio filho trilhasse o mesmo caminho, e que nele pudesse ser amparado pelo padrinho.

Ampliando um pouco essa pequena rede que esboçamos aqui, veremos que Tomás e Catarina também foram padrinhos. Tomás foi padrinho de 7 crianças, sendo acompanhado pela esposa em 6 cerimônias.

**Tabela 26 – Afilhados de Tomás e Catarina**

<b>Data</b>	<b>Batizado</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>
12/07/1812	Isabel	NC	Maria, escrava de Tomás Antônio da Silva
23/04/1815	Constância	NC	Joaquina, escrava de Antônio José Pinheiro
13/11/1815	Tomás	NC	Justina, escrava de Vicente José Gomes
24/11/1817	Eufrásia	João, escravo de Antônio Gomes de Carvalho	Joana, escrava de Antônio Gomes de Carvalho
17/03/1822	Tomás	Bento, escravo de Antônio Gomes de Carvalho	Isabel, escrava de Antônio Gomes de Carvalho
14/12/1823	Antônio	NC	Catarina, escrava de Severino Coelho Rodrigues
<b>Afilhada de Tomás e de Tereza, escrava de Antônio José Lopes</b>			
15/06/1817	Narcisa	NC	Justina, escrava de Vicente José Gomes

**Fonte:** Livro 1E fls. 40, 51, 52v, 59v, 86v, 94 e 58, respectivamente.

Note-se que em nenhum caso Tomás e Catarina foram padrinhos de filhos de escravas do mesmo senhor. Os proprietários só se repetem no caso do batismo de Eufrásia e Tomás, filhos de escravos de Antônio Gomes de Carvalho. E há o caso de Tomás e Narcisa, filhos de Justina, escrava de Vicente José Gomes, que são ambos afilhados de Tomás, que foi inclusive homenageado na escolha do nome do afilhado.

Ter como padrinho ou madrinha um sujeito livre ou forro poderia garantir ao afilhado algum tipo de apoio num momento de enfrentamento externo, ou seja, na negociação pela alforria, para obtenção de um roçado ou qualquer outra demanda frente ao senhor. Afinal, numa sociedade extremamente hierarquizada, um padrinho com condição jurídica igual ao do senhor poderia a ele, ao menos, encaminhar a demanda. No entanto, um padrinho escravo era *útil* no cotidiano, como apoio nas rotinas diárias e no suporte emocional necessário ao *viver* escravo.

Podemos ver, portanto, que a rede segue se ampliando e abarcando diferentes senzalas. Nossa hipótese é a de que Tomás e Catarina, por terem sido os padrinhos preferenciais em nossa amostra, possuísem bom trânsito na casa grande, e talvez até já tivessem obtido alguns direitos como ter uma roça e um local para residir somente com a família. Infelizmente, isso não foi possível averiguar.

Mas, mais uma vez, a existência desse caso indica *possibilidades*, e revela *estratégias*. Ao formar uma comunidade dentro do cativeiro os escravos tentavam, num horizonte repleto de incertezas, assegurar alguma estabilidade no futuro de seus filhos. Entendida como base das relações sociais, a família cumpria esse papel: permitia que os escravos e seus descendentes vivessem *apesar* do cativeiro.

## CONCLUSÃO

Após ler mais de 4.000 registros de batismos e tentar extrair deles algumas informações estamos certos de que ainda há muito a ser feito, difícil será escrever algumas frases que tenham *cara* de conclusão.

Vimos neste trabalho que o Continente de São Pedro durante boa parte do século XVII e XVIII foi *fronteira aberta*, característica que fez aportar nessas paragens uma miríade de pessoas: brancos, negros, pardos, livres, escravos, peões, portugueses, espanhóis, homens e mulheres; que tinham pelo menos, um objetivo comum: *viver bem*. O significado de *viver bem* pode ser discutido e até questionado, o certo é que varia caso a caso, em diferentes períodos. Mesmo assim, ousamos acreditar que fosse essa a principal razão que deslocava as pessoas para locais distantes e desconhecidos: todos buscavam *viver bem*.

Esse foi caso de Inácio José de Mendonça que apresentamos no segundo capítulo. *Bastardo, tropeiro e pardo*, Inácio viu na migração a possibilidade de ascender socialmente e adquirir melhor condição de vida. Não pudemos ter certeza de que seu pai tenha influenciado nessa decisão, não só por ter se ordenado padre após o nascimento de Inácio, mas também pela possibilidade de ter levado consigo o filho bastardo em suas viagens pela Colônia. Mas sabemos que Inácio optou por migrar, arriscou, e, de certa forma, obteve sucesso. Teve vários filhos, construiu uma capela e recebeu honrarias em sua morte.

Em diferentes graus, outros pardos como Inácio também migraram e obtiveram sucesso. *Mover-se como exercício da liberdade* parece ter sido a regra. Apresentamos alguns dos casos que encontramos ao longo do texto, e nesse momento, acreditamos que eles confirmam nossa hipótese a migração indicava um horizonte incerto, porém repleto de *possibilidades*. Vimos também que a cor citada nos documentos para referenciar esses indivíduos diziam mais sobre o local social do que a sua aparência física.

Neste trabalho vimos também a luta de escravos por *viver bem*. Vimos que a violência existiu, ela era inerente ao sistema escravista, mas nunca foi paralisante o suficiente. *Apesar* do cativeiro os escravos viviam.

A luta pela alforria, as fugas, o suicídio, o assassinato, todas essas atitudes fizeram parte da busca por parte dos escravos por liberdade. No entanto, acreditamos e confirmamos aqui que a formação de famílias também estava entre esse *objetivo de liberdade*.

Ter perto de si os seus parentes, com eles formar uma comunidade, poder ver os filhos crescerem, plantar um roçado próprio: todas essas conquistas *familiares* são resultado de uma luta silenciosa, cotidiana. Seu sucesso dependia de uma série de fatores, mas mesmo assim, a tentativa foi sempre feita. Como em qualquer outro momento (ou estrato social) havia um campo de possibilidades aberto frente aos escravos, suas escolhas determinavam o caminho. A decisão por fincar raízes e estabelecer elos de parentesco, sangüíneos ou não, era tão ou mais difícil de tomar do que a de fugir. Em comum, todas as decisões tinham o objetivo: manter-se *humanos*.

Confirmamos nossa hipótese de que o parentesco espiritual substituía, pelo menos em partes, a *ancestralidade* perdida no tráfico. Sabemos que para a maioria dos povos africanos a *ancestralidade* tem papel fundamental, são as relações construídas em torno dela e seus rituais a base da cosmologia desses sujeitos. Ao serem compulsoriamente retirados de seus lares, esse sujeitos precisavam reinventar suas famílias, crenças e formas de viver. Não nos é plausível a hipótese de que deles foi arrancado tudo, inclusive a humanidade. A viagem pelo Atlântico não tem poder de apagar a memória, de destruir vivências e apagar experiências. Elas são trazidas dentro de cada um; reinventadas e expressas no cativeiro.

## REFERÊNCIAS

### Documentos manuscritos:

#### **Arquivo da Cúria Diocesana de Osório (RS).**

Livro 1 de batismo de Santo Antônio da Patrulha – 1773/1799

Livro 1E de batismo de Santo Antônio da Patrulha – 1797/1854

Livro 2 de batismo de Santo Antônio da Patrulha – 1780/1810

Livro 3 de batismo de Santo Antônio da Patrulha – 1810/1819 (inclui crismas)

Livro 4 de batismo de Santo Antônio da Patrulha – 1820/1846

Livro 1 de óbitos de Santo Antônio da Patrulha – 1761/1810

Livro 2 de óbitos de Santo Antônio da Patrulha – 1810/1824

#### **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre**

Rol de confessados da freguesia de Santo Antônio da Patrulha – 1779

Rol de confessados da freguesia de Santo Antônio da Patrulha – 1780

Rol de confessados da freguesia de Viamão – 1750 a 1782 (transcrições gentilmente cedidas por Vanessa Campos)

Habilitação de casamento de Inácio José de Mendonça e Silva e Margarida da Exaltação da Cruz, 1755/29.

Autos de Justificação que fez Manoel de Barros Pereira. Viamão, 1759/27.

#### **Arquivo Público do Rio Grande do Sul**

Autos de inventário de Manoel Nunes Benfica, auto 109, maço 4, 1815, 2º cartório do Cível de Porto Alegre.

#### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

Fundo Fazenda – código F1198B

**Documentos transcritos:**

Notícia – 1ª Prática. Dada ao R.P.M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavalaria Francisco de Souza faria, primeiro descobridor, e abridor do dito caminho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXIX, parte I, 1908.

Notícia – 3ª Prática. Dada pelo Coronel Cristovão Pereira d'Abreu, sobre o mesmo caminho, ao R.P.M. Diogo Soares. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXIX, parte I, 1908.

*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro Da Vide Bispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Magestade. Propostas e aceitas em o synodo diocesano que o dito Senhor celebrou em 21 de junho do ano de 1707.* 1 CD-ROM (gentilmente cedido pela profª Ana Silvia Volpi Scott).

*Demarcação no sul do Brasil.* Transcrições de despachos, cartas e registros de Gomes Freire de Andrada. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. XXI a XXIV, 1927-1933.

*Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo*, vol. XXVI, parte 1ª. Arquivo do Estado de São Paulo, s/d.

**Documentos on-line:**

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: 1712-1728. Disponível on-line: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acessado diversas vezes em 2007/2008.

Bula Inter caetera I e II. Disponível em: [http://purl.pt/162/1/brasil/obras/bulas\\_inter\\_caetera\\_ii/hg8822/hg8822-HTML/M\\_index.html](http://purl.pt/162/1/brasil/obras/bulas_inter_caetera_ii/hg8822/hg8822-HTML/M_index.html)

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. 13 vol. [1903-1905] Disponível em: <http://www.geocities.com/nestorsamelo/gp/genpaulistana.htm>.

## Bibliográficas

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Família e História – questões metodológicas*. Seminário Família & Sociedade. Núcleo de Estudos Sociais da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) – Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: [http://www.usp.br/nemge/textos\\_seminario\\_familia/fam\\_hist\\_metodologicas\\_almeida.pdf](http://www.usp.br/nemge/textos_seminario_familia/fam_hist_metodologicas_almeida.pdf)
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Os religiosos e as mulheres: um olhar sobre as famílias constituídas pelos clérigos. In: Jornada Setecentista, VII, 2007. Curitiba. Disponível em: [http://people.ufpr.br/~vii\\_jornada/calend.html](http://people.ufpr.br/~vii_jornada/calend.html). Acesso em 23/04/2008.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais*. Porto Alegre: DAC/SEC, 1977. Vol. 1.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Quarenta anos de Demografia Histórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XV, 2006. Caxambu (MG). Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_289.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_289.pdf). Acesso em: 06/09/2007.
- BANDIERI, Susana. La posibilidad operativa de la construcción histórica regional o cómo contribuir a una historia nacional más complejizada. In: FERNÁNDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla. *Lugares para la Historia*. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporáneos. Rosário: UNR Editora, 2001. pp. 91-117.
- BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa (PR), vol. 10, nº 1, p. 95-129, verão. 2005. Disponível em: [http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=242&path\[\]=197](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=242&path[]=197). Acesso em: 15/07/2007.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-sul: séculos XVII e XVIII. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa (PR), vol. 3, nº 2, p. 7-36, inverno. 1998. Disponível em: [http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=107&path\[\]=54](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=107&path[]=54) Acesso em: 15/07/2007.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina. In: Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade.", 2005. Lisboa. Disponível em: <http://www.instituto->

[camoes.pt/cvc/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat\\_view/75-coloquios-e-congressos/76-espaco-atlantico-de-antigo-regime.html](http://camoes.pt/cvc/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/75-coloquios-e-congressos/76-espaco-atlantico-de-antigo-regime.html). Acesso em 12/12/2007.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. 382 p.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. O apadrinhamento de escravos adultos (São João Del Rei, 1730-1850). In: Simpósio Nacional de História, XXIII, 2005. Londrina. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/SILVIA%20MARIA%20JARDIM%20BR%C3%9CGGER.pdf>. Acesso em: 19/05/2008.

CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. *Naufraios*. S/d. Disponível em: <http://www.elaleph.com/libros.cfm?item=786&style=biblioteca>. Acesso em: 06/09/2008.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Sec. de Educação e Cultura, 1968. 430 p.

CAILLET-BOIS, Ricardo R. “Plano” das marchas e acampamentos das tropas espanholas no Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 85, pp. 23-26, ano XXII, Iº trimestre, janeiro/março de 1942.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa (PR), vol. 3, nº 1, p. 7-23, verão. 1998. Disponível em: [http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=76&path\[\]=46](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=76&path[]=46). Acesso em: 15/07/2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. O negro na Sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 339 p.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período Colonial. 2ª ed. Porto Alegre: editora do Brasil, 1980. 327 p. (Coleção Província)

CÉSAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. pp. 7-28.

CÉSAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudos de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos*. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. 189 p.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- COMISSOLI, Adriano. *“Os homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 300 p.
- CUNHA, Maísa Faleiros da. Reconstituindo famílias escravas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XV, 2006. Caxambu (MG). Disponível em: [http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=566&nivel=1](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=566&nivel=1). Acesso em: 06/09/2007.
- DECKMANN, Eliane Cristina. A política colonial portuguesa e o bandeirantismo. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, v. 24, nº 104, p. 53-104, jun/jul. 1988.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2005. 163 p.
- DUARTE, Manoel. O Menino Diabo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 86, ano XXII, II trimestre, abril-junho de 1942 pp. 297-302.
- DURÃES, Margarida. *“Porque a morte é certa e a hora incerta...”*. Alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarenses (sécs. XVIII e XIX). *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste, série Sociologia, Minho*, vol. 13, nº 2, pp. 295-342. 2000. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2889>. Acesso em: 11/07/2007.
- DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emília. A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (séc. XVIII-XIX). In: MENESES, Avelino de Freitas de; COSTA, João Paulo Oliveira e, coord. *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2007. pp. 237-263. disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8111>. Acesso em: 11/07/2007.
- FARIA, Manuel Augusto de. Distribuição territorial e composição social das Companhias de Ordenanças nos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 2004. Disponível em: <http://www.ihit.pt/new/boletim.php?area=boletins&id=85>. Acesso em: 26/11/2008.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 432 p.
- FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense no Concurso para Professor Titular em História do Brasil. UFF, Niterói, 2004.

- FLORENTINO, Manolo Garcia. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 9-40, setembro. 2002.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 300 p. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa; 5)
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 256 p. Il.
- FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. 6ª edição. Porto Alegre: Sulina, 1981.
- FORTES, General Borges. Christovão Pereira de Abreu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. III e IV trimestres, ano XI. Typografia do Centro: Porto Alegre, 1931. pp. 131-161.
- FRAGOSO, João Luís. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 29-71. (a)
- FRAGOSO, João Luís. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 8, nº 15, pp. 11-35. 2003.
- FRAGOSO, João Luís. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 319-338. (b)
- FRAGOSO, João Luís. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 41-70, dezembro. 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da econômica patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 232 p. Il. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 23).

- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 352 p. (Temas brasileiros)
- GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. 268 p. (Coleção Temas Brasileiros, v. 4)
- GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 300 p. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, série 1ª História, v. 5)
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, Joa José (org.) *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: editora Brasiliense, 1988. pp. 33-59.
- GUTFRIEND, Ieda. João Borges Fortes e a construção da historiografia sul-riograndense luso-açoriana. In: Colóquio Internacional Território e Povoamento – A presença portuguesa na região platina, 2004. Colônia de Sacramento (Uruguai). Disponível em: [www.instituto-camoes.pt/cvc/.../doc.../394-joao-borges-fortes-e-a-contrucao-da-historiografia-sul-riograndense-luso-acoriana.html](http://www.instituto-camoes.pt/cvc/.../doc.../394-joao-borges-fortes-e-a-contrucao-da-historiografia-sul-riograndense-luso-acoriana.html). Acesso em: 22/06/2008.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. 2002. 287 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. 2006. 474 p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 643 p. Il.
- KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. 160 p. (Temas do Novo Século, 8)
- KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América portuguesa – século XVIII*. 2006. 479 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

- KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. pp. 47-74.
- KÜHN, Fábio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande São Pedro (1780-1815)*. 1996. 177 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 430 p. Il.
- LIBBY, D. C.; PAIVA, C. A. alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 17-46, jan./dez. 2000.
- LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998. 278 p.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. 98 p. (Revisão, 4)
- LOTT, Mirian Moura. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In: Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, VII, 2005. Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG). Disponível em: [br.geocities.com/adarantes/artigos\\_mirian\\_lott/CONSTITUI\\_ES\\_PRIMEIRAS\\_DO\\_ARCEBISPADO\\_DA\\_BAHIA.doc](http://br.geocities.com/adarantes/artigos_mirian_lott/CONSTITUI_ES_PRIMEIRAS_DO_ARCEBISPADO_DA_BAHIA.doc). Acesso em: 12/08/2007.
- LOTT, Mirian Moura. Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX. In: Simpósio Internacional sobre religiões, Religiosidade e Culturas, II, 2006. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados (MS). Disponível em: [br.geocities.com/adarantes/artigos\\_mirian\\_lott/FONTES\\_PAROQUIAIS\\_Permanencias\\_e\\_Mudancas.doc](http://br.geocities.com/adarantes/artigos_mirian_lott/FONTES_PAROQUIAIS_Permanencias_e_Mudancas.doc). Acesso em: 12/08/2007.
- MACIEL JR, José (Juca Maciel). *Reminiscências de minha terra: Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST, [1987].
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 14, n. ½, p. 125-143, já./dez. 1997. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol14\\_n1e2\\_1997/vol14\\_n1e2\\_1997\\_7dossiedemoghist\\_125\\_143.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol14_n1e2_1997/vol14_n1e2_1997_7dossiedemoghist_125_143.pdf). Acesso em: 06/09/2007.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 31, pp. 13-20, janeiro, 2004.

- MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime na perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 141-162.
- MAURO, Frédéric. *História do Brasil*. Tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: DIFEL, 1974. 125 p. (Coleção Saber Atual)
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, pp. 29-56. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/search/authors/view?firstName=Cristiane&middleName=Figueiredo%20Pagano%20de&lastName=Mello&affiliation=>. Acesso em: 12/08/2008.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS / Ministério Público do RS / CORAG, 2000. vol. I.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 300 p.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento – 1680-1777*. Vol. I e II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, v. 12, nº 36, p. 493-550, set./dez. 2007.
- MOREIRA, Paulo R. Staudt. Os Campos negros de Viamão: Notas sobre a presença escrava no século XIX. In: *Raízes de Viamão: memória, história e pertencimento*. Porto Alegre: EST/FAPA, 2008, pp. 185-200.
- MOREIRA, Paulo R. Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007. 800 p.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Lealdades Compartilhadas: Famílias Negras e Etnicidades no Espaço Urbano (Porto Alegre – Século XIX). In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Imagens na História*. São Paulo: HUCITEC, 2008. pp. 309-326.

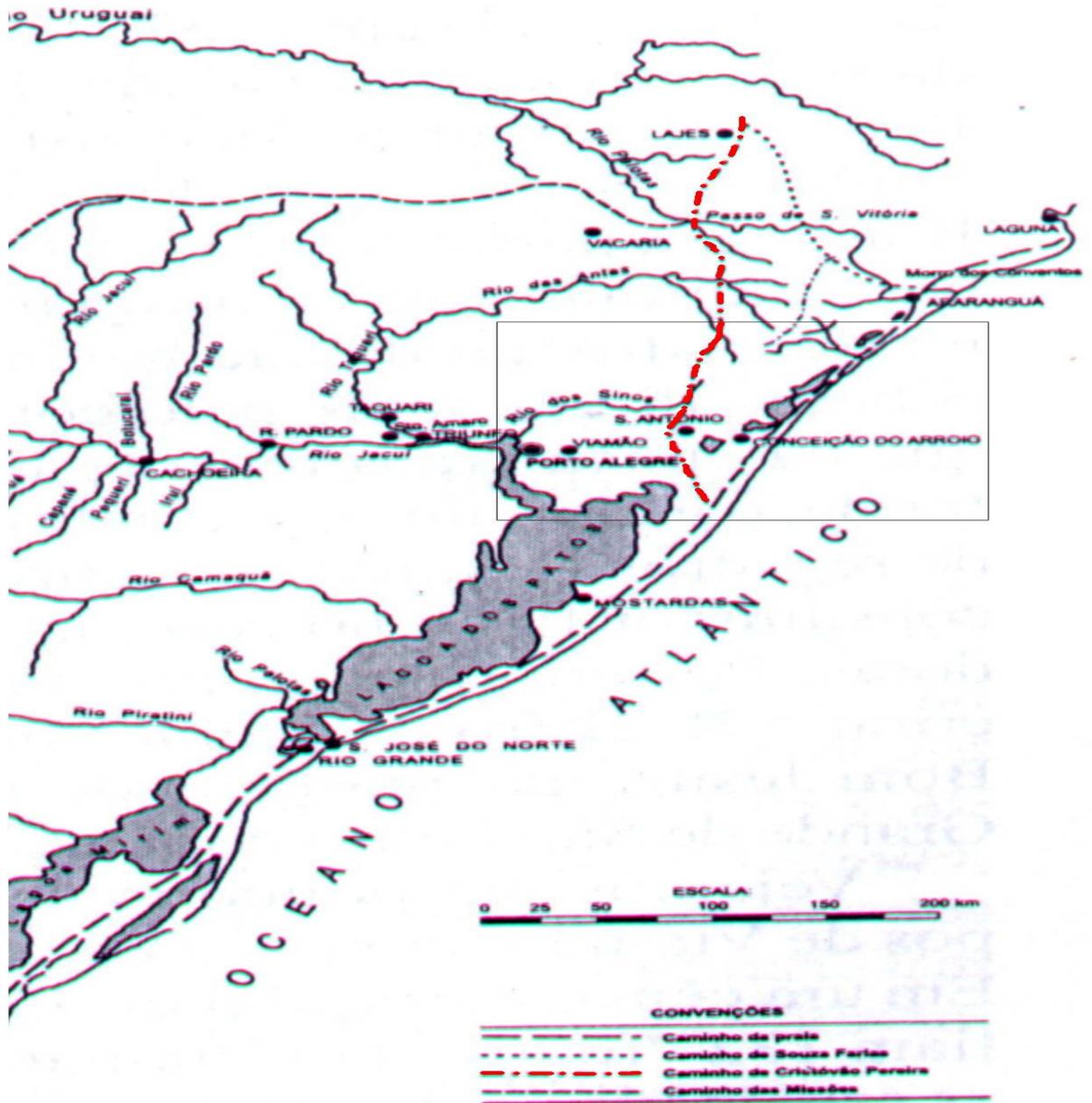
- MOTTA, José Flavio. Família escrava: uma incursão pela historiografia. *Revista da Associação Paranaense de História*, Curitiba, nº 16, ano 9, pp. 104-159, junho. 1988.
- NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha*. 1ª ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975. 182 p. (Temas histórico-culturais).
- NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. 156 p.
- OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, nº 39, pp. 115-134, 2000.
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da extremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. 1999. 315 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- PARANHOS, Paulo. Primeiros núcleos populacionais no Sul das Minas Gerais. *Revista Histórica*, Arquivo Público de São Paulo, São Paulo, nº 7, dezembro. 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao07/materia03/>. Acesso em: 17/03/2007.
- PÉREZ BRIGNOLI, Hector. Transformaciones del Espacio Centroamericano. In: CARMAGNANI, Marcello; HERNÁNDEZ CHÁVES, Alicia; ROMANO, Ruggiero (orgs.). *Para una historia de America*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. vol. 1.
- POSSAMAI, Paulo César. A expansão portuguesa no sul da América: a política de povoamento na Colônia de Sacramento (1680-1737). *Ciências e Letras*, Porto Alegre, nº 37, p. 45-65, jan./jun.. 2005. Disponível em: <http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap03.pdf>. Acesso em: 03/08/2007.
- POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia de Sacramento. *Mneme*, Caicó, v. 5, nº 12, pp. 01-27, out./nov.. 2004. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anteriores/sumario12.htm>. Acesso em: 12/04/2007.
- POSSAMAI, Paulo César. O trabalho de negros e índios na Colônia de Sacramento. *Mneme*, Caicó, v. 9, nº 24, pp. 01-13, set./out.. 2008. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais). Acesso em: 12/12/2008.

- PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. 1ª ed. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002. 230 p.
- RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas. O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 31, pp. 41-67. Janeiro. 2004.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ano XXIV, I volume, 1933. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, pp. 215-216.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. 181 p.
- ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações e notícias, que alcancei nas jornadas que fiz ao dito continente nos anos de 1774 e 1775. Copiado ao manuscrito pelo General Borges Fortes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 87, pp. 29-56, ano XXII, III e IV trimestre de 1942.
- RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul. Época Colonial (1626-1822)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. vol. 1. 183 p. (Coleção Teologia, 2)
- SÃO LEOPOLDO, Visconde de (José Feliciano Fernandes Pinheiro). *Anais da Província de São Pedro*. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 250 p. (Série Documenta 11).
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 474 p.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi; SCOTT, Dario. Cruzamento nominativo de fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais. In: Encontro Nacional de Estudos de População, XV, 2006. Caxambu (MG). Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_480.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_480.pdf). Acesso em: 17/07/2007.
- SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 151 p.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da; WESTPHALEN, Cecília M.; GRAF, Márcia. *História do Brasil*. Colônia – Império – República. Porto: Universidade Portucalense, 1991. 219 p. (Série Estudos e Documentos).
- SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 31, pp. 97-119, janeiro, 2004.
- SIRTORI, Bruna. Uma fonte inexplorada. Os róis de confessados: possibilidades e limites documentais. In: Encontro Regional de História ANPUH-RJ, XII, 2006. Rio de Janeiro. Disponível em: [www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Bruna%20Sirtori.pdf](http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Bruna%20Sirtori.pdf). Acesso em: 12/02/2008.
- SOARES, Márcio Sousa. A dádiva da alforria: uma proposta de interpretação sobre a natureza das manumissões antes da promulgação da Lei do Ventre Livre. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, II, 2005. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/48.pdf>. Acesso em: 27/08/2007.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971. 389 p. (Brasiliana, v. 117)
- THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico*. 1400/1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. Demografia e povoamento: São Paulo, 1532-1900, um território em construção. *Boletim de História Demográfica*, nº 40, ano XIII, março. 2006. Disponível em: <http://www.brnuede.com/bhds/bhd40/jademo.pdf>. Acesso em: 15/06/2007.
- VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, nº 52, pp. 273-294. 2006.
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. 320 p.

# ANEXOS

## ANEXO 1 – MAPA DOS CAMINHOS.



Fonte: KÜHN, 2002, p. 51 (editado pela autora)

## ANEXO 2 – BILHETE ESCRITO POR MARGARIDA DA EXALTAÇÃO.

Eu Margarida da Exaltação  
 prometto a Deco casar com  
 Maria de meazar Com In  
 acio José de meza Lomea  
 para ser da livre dor  
 da de esse Com traço  
 de niquem a minha livre  
 e sem o de se e co  
 peto al m. de se  
 e meza de se de se  
 e de se me se  
 e de se al m. Com se  
 e de se de se  
 Margarida da Exaltação

Fonte: AHCMMPA – Habilitação de casamento de Inácio José de Mendonça e  
 Silva e Margarida da Exaltação da Cruz, 1755/29.